

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**DANILO MORAES NASCIMENTO**

**ANÁLISE DA PROPENSÃO A CONSUMIR NO BRASIL ENTRE DIFERENTES  
GRUPOS POPULACIONAIS NO PERÍODO DE 2002-2003 E 2017-2018: UMA  
PERSPECTIVA KEYNESIANA**

**VARGINHA/MG  
2023**

**DANILO MORAES NASCIMENTO**

**ANÁLISE DA PROPENSÃO A CONSUMIR NO BRASIL ENTRE DIFERENTES  
GRUPOS POPULACIONAIS NO PERÍODO DE 2002-2003 E 2017-2018: UMA  
PERSPECTIVA KEYNESIANA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dra. Débora Juliene Pereira Lima  
Coorientadora: Prof. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva

**VARGINHA/MG  
2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Nascimento, Danilo Moraes.

Análise da propensão a consumir no Brasil entre diferentes grupos populacionais no período de 2002-2003 e 2017-2018 : uma perspectiva keynesiana / Danilo Moraes Nascimento. - Varginha, MG, 2023.

149 f. -

Orientador(a): Débora Juliene Pereira Lima.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Keynes. 2. Propensão a consumir . 3. Renda. 4. Brasil. 5. DFL. I. Lima, Débora Juliene Pereira, orient. II. Título.

DANILO MORAES NASCIMENTO

**ANÁLISE DA PROPENSÃO A CONSUMIR NO BRASIL ENTRE DIFERENTES GRUPOS POPULACIONAIS NO PERÍODO DE 2002-2003 E 2017-2018: UMA PERSPECTIVA KEYNESIANA**

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 26 de julho de 2023.

Profa. Dra. Débora Juliene Pereira Lima  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo  
Instituição: Universidad de Pinar del Rio

Profa. Dra. Ana Márcia Rodrigues da Silva  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Débora Juliene Pereira Lima, Professor do Magistério Superior**, em 27/07/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1044727** e o código CRC **B8887EFD**.

Dedico este trabalho a todos e todas economistas que entendem a economia como uma ciência de cunho social e de maneira nobre se esforçam para propor melhorias qualitativas na vida das pessoas mais vulneráveis. Dedico também a todos os trabalhadores e trabalhadoras que se empenham todos os dias para sustentar as suas famílias ao mesmo tempo que usam das suas forças laborais para desenvolver esta nação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família e aos meus amigos por todo apoio emocional.

As Professoras Débora e Ana Márcia, que ao longo deste último ano me ajudaram a pensar esta dissertação, me tranquilizando diante das dúvidas que surgiram no caminho. Obrigado por toda paciência, por todo carinho e pelas conversas.

Aos Professores Alain e Thiago pelos conselhos e pelas sugestões de melhoria.

A todos docentes da Unifal-MG que me ensinaram a importância de se pensar uma sociedade mais justa e desenvolvida.

Ao corpo administrativo e aos funcionários terceirizados da Unifal-MG, os quais se empenham todos os dias para manter a nossa universidade organizada, segura e limpa.

A Unifal-MG como instituição educadora, que me deu incontáveis oportunidades na graduação e no mestrado. Não me formei apenas como economista nesta universidade, mas também como pessoa.

Ao longo desses anos como aluno na Unifal-MG vivi as experiências que me tornaram quem eu sou hoje, foi um aprendizado de vida, sem dúvidas. Agradeço profundamente a todos e todas que estiveram comigo nesse processo. Não me esquecerei dos lugares, dos momentos e nem das pessoas que fizeram parte desta jornada.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil – Código de Financiamento 001.

*“A economia que não se preocupa com a justiça social, é uma economia que condena os povos a isto que está ocorrendo no mundo inteiro: uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria.”*

Maria da Conceição Tavares (1995)

## RESUMO

Por meio desta dissertação objetiva-se analisar a propensão a consumir dos brasileiros de diferentes grupos populacionais no período de 2002-2003 e 2017-2018. Para isso, foram analisadas algumas estatísticas descritivas básicas da renda, do consumo e Propensão Média a Consumir nas categorias posição na ocupação, cor ou raça e macrorregião geográfica. Além disso estimou-se curvas contrafactuais de densidade de probabilidade para se dimensionar as diferentes composições da propensão a consumir dos brasileiros. Seguindo os pressupostos do Princípio da Demanda Efetiva de Keynes, considera-se como hipótese o fato de que uma redistribuição de renda socialmente mais justa impacta positivamente a demanda agregada por meio da elevação do consumo. Assim, espera-se que grupos com menores níveis de renda possuam maiores propensão ao consumo. Para dar suporte às análises empíricas foi construído um referencial com base nas principais ideias de Keynes, focando-se na dinâmica do consumo com a demanda agregada e na Lei Psicológica Fundamental. Complementarmente revisou-se alguns dos principais aspectos da história econômica do Brasil desde os anos 1990, evidenciando algumas variáveis macroeconômicas relevantes para a formação da renda e do consumo. Para o alcance do objetivo estabelecido foram utilizados dados da POF de 2002-2003 e de 2017-2018, dos quais foi analisada a propensão média a consumir dos brasileiros de diferentes grupos populacionais, conforme a renda, como trabalhadores e empregadores, brancos e não brancos e macrorregiões geográficas. Para a análise, além das estatísticas descritivas foram realizadas estimações por meio do método DFL, baseada em simulações contrafactuais da Propensão Média a Consumir. Os resultados alcançados permitiram concluir que quando se simula a distribuição da propensão média a consumir em 2002-2003 para 2017-2018, os valores tendem a se reduzir em sua média – o que provavelmente pode ter sido causado pelos efeitos da crise econômica (que se estabeleceu entre 2014-2016) na renda e no consumo. Nas aplicações específicas foi mostrado que os grupos que representam os menores rendimentos possuem as maiores propensões ao consumo, o que ficou mais evidente para o fator que separa os brasileiros acima e abaixo do 10º e do 90º percentil da renda. Os resultados obtidos podem contribuir com o entendimento da dinâmica da renda com o consumo no Brasil, direcionando futuros estudos para a questão da distribuição dos recursos e seus impactos no desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Keynes; propensão a consumir; renda; Brasil; DFL.



## ABSTRACT

Through this dissertation it is aimed to analyze the propensity to consume of Brazilians from different population groups in the period 2002-2003 and 2017-2018. To this end, some basic statistics of income, consumption and Average Propensity to Consume were analyzed in the categories position in occupation, color or race and geographic macro-region. In addition, probability density counterfactual curves were estimated in order to dimension the different compositions of the propensity to consume of Brazilians. Following the assumptions of Keynes' Principle of Effective Demand, it is considered as a hypothesis that a more socially just income redistribution positively affects aggregate demand by raising consumption. Thus, groups with lower income levels are expected to have higher propensities to consume. To support the empirical analyses, it was built a reference based on Keynes' main ideas, focusing on the dynamics of consumption with aggregate demand and on the Fundamental Psychological Law. In addition, some of the main aspects of Brazil's economic history since the 1990s were reviewed, highlighting some relevant macroeconomic variables for the formation of income and consumption. To achieve the established objective, data from the POF of 2002-2003 and 2017-2018 were used, from which the average propensity to consume of Brazilians from different population groups was analyzed, according to income, such as workers and employers, whites and non-whites, and geographic macro-regions. For the analysis, in addition to descriptive statistics, estimations were performed using the DFL method, based on counterfactual simulations of the Average Propensity to Consume. The results achieved allowed the conclusion that when simulating the distribution of the average propensity to consume in 2002-2003 for 2017-2018, the values tend to reduce in their average - which probably may have been caused by the effects of the economic crisis (which was established between 2014-2016) on income and consumption. In the specific applications it was shown that the groups representing the lowest incomes have the highest propensities to consume, which was most evident for factor separating Brazilians above and below the 10th and 90th income percentile. The results obtained can contribute to an understanding of the dynamics of income and consumption in Brazil, directing future studies towards the question of the distribution of resources and their impact on economic development.

Keywords: Keynes; consumption propensity; income; Brazil; DFL.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de ocupação e Salário Mínimo Real (valores mensais): 2003-2018.....	57
Gráfico 2 - IPCA, taxa SELIC e FBK* entre 2003 e 2018 .....	60
Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial e Câmbio entre 2003 e 2018 (valores mensais) .....	62
Gráfico 4 - Variação <sup>1</sup> anual do PIB real brasileiro: 2003-2018.....	64
Gráfico 5 - Curva de Lorenz.....	75
Gráfico 6 - Estimação do Índice de Gini .....	76
Gráfico 7 - Diferença contrafactual entre os períodos.....	111
Gráfico 8 - Decomposição da diferença das densidades nos períodos .....	112
Gráfico 9 - Fatores da Decomposição nos períodos .....	113
Gráfico 10 - Diferença contrafactual entre trabalhadores e empregadores .....	116
Gráfico 11 - Decomposição da diferença das densidades na variável Trabalhador .....	117
Gráfico 12 - Diferença contrafactual entre Eixo-Norte e Eixo-Sul.....	118
Gráfico 13 - Decomposição da diferença das densidades na variável Eixo-Norte.....	119
Gráfico 14 - Diferença contrafactual entre brancos e não-brancos .....	120
Gráfico 15 - Decomposição da diferença das densidades na variável Não-Branco .....	121
Gráfico 16 - Diferença contrafactual entre os que estão abaixo e acima do 90º percentil da renda .....	122
Gráfico 17 - Decomposição da diferença das densidades na variável Abaixo do 90º Percentil da renda.....	123
Gráfico 18 - Diferença contrafactual entre os que estão abaixo e acima do 10º percentil .....	124
Gráfico 19 - Decomposição da diferença das densidades na variável Abaixo do 10º Percentil .....	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis classificativas .....	72
Quadro 2 - Definições dos fatores explicativos (z) .....	81
Quadro 3 - Modelos da regressão logística .....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Frequência da população nas categorias .....	88
Tabela 2 - Estatísticas gerais da renda dos brasileiros nos períodos 2002-2003 e 2017-2018.	89
Tabela 3 - Estatísticas gerais da renda dos brasileiros nos períodos 2002-2003 e 2017-2018.	91
Tabela 4 - Renda por posição na ocupação e cor nos períodos 2002-2003 e 2017-2018.....	93
Tabela 5 - Renda por Macrorregião nos períodos 2002-2003 e 2017-2018.....	94
Tabela 6 - Estatísticas gerais do consumo nos períodos 2002-2003 e 2017-2018 .....	95
Tabela 7 - Categorização do consumo <sup>1</sup> total por classes de rendas: 2002-2003 e 2017-2018 .	96
Tabela 8 - Consumo por posição na ocupação e cor nos períodos 2002-2003 e 2017-2018....	97
Tabela 9 - Consumo por Macrorregião nos períodos 2002-2003 e 2017-2018.....	98
Tabela 10 - Estatísticas gerais da Propensão Média a Consumir: 2002-2003 e 2017-2018...	100
Tabela 11 - Categorização das propensões por classes de rendas: 2002-2003 e 2017-2018..	101
Tabela 12 - Propensão Média a Consumir por posição na ocupação e cor: 2002-2003 e 2017- 2018 .....	102
Tabela 13 - Propensão Média a Consumir por Macrorregião: 2002-2003 e 2017-2018.....	103
Tabela 14 - Índice de Gini para renda, consumo e propensão média a consumir: 2002-2003 e 2017-2018.....	105
Tabela 15 - Regressões logísticas para os fatores explicativos .....	108
Tabela 16 - Pseudo-R <sup>2</sup> e AACR* nas regressões logísticas .....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Área Abaixo da Curva de ROC
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional das indústrias
FDP	Função de Densidade de Probabilidade
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Economia Aplicada
MDO	Mão De Obra
MEI	Microempreendedor Individual
PDE	Princípio da Demanda Efetiva
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PT	Partido dos Trabalhadores
ROC	Receiver Operating Characteristic
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SM	Salário Mínimo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC	Unidade de Consumo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CONSUMO, RENDA E DEMANDA EM KEYNES</b> .....	<b>20</b>
2.1	A DEMANDA AGREGADA SEGUNDO A TEORIA GERAL.....	20
2.1.1	O Consumo das Famílias.....	22
2.1.2	O Investimento.....	25
2.1.3	Os Gastos do Governo.....	26
2.1.4	As Exportações e as Importações.....	27
2.1.5	O Papel do Consumo na Demanda Agregada.....	29
<b>3</b>	<b>ASPECTOS HISTÓRICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	<b>37</b>
3.1	O PLANO REAL E O TRIPÉ MACROECONÔMICO.....	37
3.2	CONTINUIDADE E RUPTURA NO GOVERNO LULA.....	41
3.3	DESENVOLVIMENTO E INSTABILIDADES NO GOVERNO DILMA.....	48
3.4	NEOLIBERALISMO CONTRACIONISTA NO GOVERNO TEMER.....	54
3.5	AS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NO BRASIL.....	56
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>66</b>
4.1	BASE DE DADOS UTILIZADA.....	66
4.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	69
4.3	ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	70
4.4	ESTIMAÇÃO DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR.....	73
4.5	CÁLCULO DO DEFLATOR.....	74
4.6	CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI.....	75
4.7	ESTIMAÇÃO DA DENSIDADE DE KERNEL REPONDERADA.....	76
<b>5</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DA RENDA, DO CONSUMO E DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR</b> .....	<b>86</b>
5.1	CARACTERÍSTICAS DA RENDA.....	88
5.2	CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO.....	95
5.3	CARACTERÍSTICAS DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR.....	99
5.4	ÍNDICE DE GINI E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	104
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DA DENSIDADE DE KERNEL REPONDERADA</b> .....	<b>106</b>
6.1	ANÁLISE DOS FATORES EXPLICATIVOS.....	106
6.2	MODELO DE ESTIMAÇÃO DA DENSIDADE ENTRE PERÍODOS.....	110
6.3	MODELOS DE ESTIMAÇÃO DAS DENSIDADES DOS FATORES.....	114
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>136</b>

<b>APÊNDICE A – Fatores da Decomposição do Gráfico 11 .....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE B – Fatores da Decomposição do Gráfico 13.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE C – Fatores da Decomposição do Gráfico 15 .....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE D – Fatores da Decomposição do Gráfico 17 .....</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE E – Fatores de Decomposição do Gráfico 19.....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A análise da propensão a consumir demarca um importante tema na literatura econômica, tanto por sua importância social, interferindo diretamente no bem-estar das famílias, quanto dentro do escopo do crescimento econômico, quando se observa o papel do consumo na demanda agregada. Desta forma, a temática envolve, em seus aspectos desenvolvimentistas, a questão da distribuição da renda. Nesta perspectiva, a desigualdade de renda representa, simultaneamente, um problema social e um entrave econômico.

Considerando essa perspectiva e seguindo a abordagem keynesiana, supõe-se que, quando a renda está concentrada no topo da distribuição, o efeito do consumo sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não gera resultados importantes para a economia, pois as propensões marginais a consumir dos mais ricos são menores. Sendo assim, uma melhor redistribuição da renda em favor dos mais pobres influenciaria positivamente a capacidade de consumo dessas pessoas, o que poderia alavancar um maior crescimento socioeconômico no país – pelo impulso da demanda efetiva<sup>1</sup>.

Contudo, quando se fala das disparidades nos rendimentos, deve-se ter em mente que as sociedades podem ser divididas em grupos representativos, visto que diferentes características condicionam a constituição da renda entre os indivíduos. Do ponto de vista funcional, é possível diferenciar os trabalhadores dos empregadores. Os rendimentos nos setores produtivos podem ser divididos entre lucros e salários, sendo que a distribuição dos recursos geralmente segue uma ordem desigual, favorecendo os capitalistas (ou empregadores, nos termos utilizados neste trabalho). Conforme aponta Kalecki (1977), a diferença nos rendimentos destes grupos afeta diretamente a capacidade de consumo, uma vez que os trabalhadores tendem a gastar praticamente todos os seus salários, enquanto os empregadores, que estão envolvidos no processo de acumulação de capital, tendem a consumir uma parcela ínfima da renda.

Além da questão ocupacional, a renda pode ser observada em outras dimensões. No Brasil a diferença de renda entre as diferentes regiões geográficas sempre foi um tema marcante. A distribuição logística dos centros produtivos se consolidou de forma desbalanceada no país, o que, conseqüentemente, concentrou a renda nos estados mais próximo dos centros produtivos do Sudeste, fato que também configurou a composição do consumo dos indivíduos em suas diferentes localidades, seja quantitativa ou qualitativamente – Campos (2020) mostra que a desigualdade regional está envolta na dinâmica interna e externa da produção nacional, o que está intrinsecamente ligado com a questão salarial. Outro fator, que também está envolto na

---

<sup>1</sup> O capítulo um tratará destas questões mais detalhadamente, apoiando-se sobre os princípios da teoria keynesiana.



formação e na evolução da economia brasileira, é a disparidade racial. A marginalização dos indivíduos vai além das suas posições geográficas e ocupacionais, que são características externas, uma vez que o processo histórico-social criou uma estrutura de privilégios para os brancos, tornando a renda e o consumo mais acessível para esses indivíduos.

Essas diferenciações se propagam dentro das distintas conjunturas históricas ao longo tempo, demarcando uma fragilidade na estrutura socioeconômica do país. Sob esse ponto de vista, é possível observar que nos últimos vinte anos o Brasil passou por várias mudanças institucionais, políticas, sociais e econômicas, abrangendo períodos de alta instabilidade e outros de relativa estabilidade, o que inclui oscilações de renda e de consumo nos distintos estratos da sociedade. Ponderando de outro modo, as diferentes conjunturas, seguidas de seus impasses e resultados, condicionaram as complexidades existentes na estrutura socioeconômica brasileira, afetando as formas da distribuição da renda e, conseqüentemente, as expectativas de desenvolvimento econômico por intermédio do consumo.

Levando esses pressupostos em consideração, a presente dissertação tem o objetivo de analisar a propensão a consumir dos brasileiros de diferentes grupos populacionais no período de 2002-2003 e 2017-2018. Tal perspectiva dos fatos permite se ter uma visão do comportamento da renda e seu efeito sobre o consumo em diferentes conjunturas históricas. Especificamente, por meio desta pesquisa, pretende-se: realizar descrever o comportamento da renda, do consumo e da propensão a consumir (por meio das estatísticas descritivas) conforme distintos grupos populacionais, como trabalhadores e empregadores, brancos e não brancos, e entre as regiões do país; determinar a desigualdade da renda, do consumo e da propensão a consumir; calcular a densidade da propensão a consumir entre os diferentes grupos mencionados; realizar simulações contrafactuais da propensão a consumir entre os grupos; e decompor as simulações contrafactuais.

A realização desta pesquisa tangencia a questão central a ser observada: qual o comportamento da propensão a consumir considerando grupos populacionais com níveis distintos de renda? A hipótese que guia o presente trabalho, que é baseada nos pressupostos abordados ao longo do referencial teórico, afirma que uma redistribuição de renda socialmente mais justa impacta positivamente a demanda agregada por meio da elevação do consumo. Assim, espera-se que grupos com menores níveis de renda possuam maiores propensões ao consumo. O elemento dinâmico observado na ligação da distribuição da renda com o consumo é a Propensão Média a Consumir ( $PmeC$ ).

O período escolhido para análise (2002-2003 e 2017-2018) cobre duas perspectivas fundamentais para se entender o movimento do consumo em paralelo com as mudanças na

distribuição de renda. Conforme será apresentado mais adiante, nos anos 2000 o Brasil passou por mudanças sociais importantes, o que pode ser percebido pela redução da desigualdade. Um resultado disso foi uma melhora significativa na renda dos indivíduos socialmente mais vulneráveis, o que permitiu uma maior dinamização da economia, impulsionando-a pelo aumento da capacidade de consumo das famílias. No entanto, quando se observa conjuntamente as décadas de 2000 e 2010, é possível observar um movimento cíclico, pois, entre 2013 e 2014 se instalou uma crise política e econômica no Brasil, o que gerou uma piora nos indicadores socioeconômicos. Logo, analisar a renda e o consumo neste intervalo de tempo viabiliza uma análise mais detalhada das mudanças produzidas durante o momento cíclico.

Considerando os elementos já apresentados, esta dissertação tem a intenção de construir algumas estatísticas descritivas básicas, objetivando a análise da distribuição da renda, do consumo e da Propensão Média a Consumir, de acordo com categorias definidas – classe de renda (em salário mínimo), cor ou raça e região geográfica. Tal exercício permite mapear de forma mais concisa a desigualdade brasileira (medida também pelo Índice de Gini), levando em consideração a variação da distribuição no tempo.

Para estimar alterações na propensão a consumir dos brasileiros será utilizada a metodologia da “estimação da densidade de Kernel reponderada”, conhecida também como *DFL*, que foi proposta por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996). Com essa aplicação é possível calcular a função de densidade de probabilidade considerando duas características diferentes (que pode ser tanto o fator temporal como outras variáveis binárias), o que permite investigar os efeitos de uma alteração na distribuição dos fatores explicativos, que representam diferentes grupos de renda (considerando as diferenças entre as distribuições desses em suas características binárias), sobre a propensão média a consumir dos brasileiros.

Além disso, com o método e a aplicação proposta por Azevedo (2005), também é possível observar a diferença da distribuição entre os fatores explicativos e a razão de chances (*odds ratio*) entre eles (por meio da regressão logística), tanto para 2002-2003 como para 2017-2018, o que se permite ter uma visão mais completa dos resultados e da influência das variáveis na propensão a consumir. Os microdados utilizados, tanto na estimação do modelo *DFL* quanto nas estatísticas descritivas, foram extraídos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2002-2003 e 2017-2018.

As proposições realizadas pelo presente trabalho são justificadas pela relevância prática do tema, visto que abordam as possíveis vantagens econômicas de se estabelecer uma melhoria social em favor dos mais pobres, via acesso ao consumo. Ao se ter uma estimativa do

comportamento do consumo (o que determina as dinâmicas de demanda agregada e, conseqüentemente, estimula uma melhor dinamização econômica), abre-se espaço para discutir alguns dos impasses e das necessidades da economia brasileira contemporânea.

As revisões teórica e histórica e a aplicação dos métodos quantitativos podem contribuir com a literatura já existente ao complementar alguns estudos que tratam empiricamente da análise do consumo dos brasileiros<sup>2</sup>. O diferencial desta dissertação, além da parte teórica que dá embasamento para os dados, está na aplicação do método DFL para estimação dos efeitos das mudanças nos padrões distributivos da propensão a consumir, assim como na forma de categorização dos grupos por meio de variáveis binárias – que é uma característica do próprio método.

Além desta introdução e das considerações finais, esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico que abrange as ideias centrais de Keynes, pontuando-se o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) e a propensão a consumir das famílias, explicando-se conceitos-chave para o entendimento dos resultados da pesquisa, como Lei Psicológica Fundamental e a redistribuição da renda.

No capítulo três é realizada a contextualização histórica da evolução estrutural da economia brasileira recente, dando ênfase para as décadas de 2000 e 2010. Aborda-se nessa parte alguns pontos de inflexões na história do Brasil, apresentando os argumentos referenciados sob as óticas da economia política e da macroeconomia.

A apresentação da base de dados e as metodologias utilizadas estão presentes no quarto capítulo. Pontua-se o tratamento realizado sobre os dados da POF, as variáveis trabalhadas e as estatísticas estimadas.

O quinto capítulo apresenta os primeiros resultados aplicados e as discussões da pesquisa, indicando as estatísticas descritivas para a renda, o consumo e a Propensão Média a Consumir dos brasileiros. Estes resultados são diferenciados segundo as categorias de renda, cor ou raça, macrorregião geográfica e posição na ocupação (trabalhadores *versus* empregadores).

As aplicações do método DFL estão presentes no sexto capítulo desta dissertação, demarcando as análises da propensão média a consumir entre os períodos e para cada fator explicativo. Utiliza-se interpretação gráfica sobre as diferenças das curvas de densidade de probabilidade de Kernel e realizam-se decomposições das simulações contrafactuais da propensão a consumir na discussão dos resultados.

---

<sup>2</sup> Ver Leite (2015), Cavalieri (1994), Morais e Martins (2018) e Bonelli e Cunha (1981).

## 2 CONSUMO, RENDA E DEMANDA EM KEYNES

Considerado um dos maiores economistas do século XX, John Maynard Keynes deixou um grande legado para a teoria econômica, tanto que suas ideias ainda circundam os principais debates na economia contemporânea. No geral, em períodos de crise econômica (como a do mercado imobiliário estadunidense em 2008 e a da pandemia de COVID-19 após 2020) as ideias keynesianas são resgatadas com maior frequência, visto seus aspectos direcionados ao crescimento do emprego e da renda em seus níveis macroeconômicos<sup>3</sup>. No entanto, além dessa perspectiva generalizada, é válido notar que as ideias de Keynes estão no centro do pensamento desenvolvimentista, permeando várias problemáticas presentes nos países subdesenvolvidos.

Dentre as ideias apresentadas pelo autor em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1988), é possível destacar o protagonismo da demanda efetiva na determinação da produção do emprego e da renda. Nesse sentido, o autor contraria a *Lei de Say* (segundo a qual toda oferta gera sua própria demanda), afirmando que é a demanda que induz a oferta em uma economia, ou seja, só é viável produzir os bens quando há expectativa de que haverá demanda por eles. Nesta perspectiva, ao estimular a demanda agregada (o que pode ser realizado via consumo), viabiliza-se uma maior dinamização das relações econômicas e, como consequência, a agregação da produção e da renda.

### 2.1 A DEMANDA AGREGADA SEGUNDO A TEORIA GERAL

Para entender melhor o mecanismo da oferta e da demanda em Keynes é preciso analisar o capítulo 3 da Teoria Geral. Nele, explicando os princípios de sua teoria do emprego, o autor afirma que o preço da oferta agregada e o preço da demanda agregada em uma economia são funções do nível de emprego, pois, na visão do empresário, que pretende maximizar seus lucros, o emprego gera renda agregada (salários e lucros) e produção. Logo, as perspectivas positivas de mercado induzem os empregadores a contratarem mais mão de obra (MDO), visto que um incremento de sua produção pode elevar os seus retornos. A chave dessas “boas expectativas” se localiza na demanda agregada, visto que se existir um contingente de demanda, a possibilidade de uma realização (consumo) da produção é maior, compensando o aumento dos

---

<sup>3</sup> O exemplo mais recente e mais representativo – após o New Deal na década de 1930 – disso seria o Plano Biden nos Estados Unidos, tema muito bem esclarecido por Roncaglia e Barbosa (2021) no livro *Bidenomics nos Trópicos*.

custos dos empresários (com contratação, insumos e capital) no aumento na produção, ou seja, a demanda agregada sinaliza a possibilidade de aumento da oferta agregada.

Em resumo, se para determinado nível de emprego a demanda agregada for maior que a oferta agregada, existirá um incentivo à produção, dada a existência de demanda agregada não efetivada. Contudo, a diferenciação central na obra de Keynes está na afirmação de que a demanda efetiva, determinada pela interseção da oferta agregada com a demanda agregada, não necessariamente satisfaz toda demanda agregada existente. Em outras palavras, existem limitações que permitem que a economia opere com desemprego involuntário<sup>4</sup> e com demanda ociosa. Essas limitações serão tratadas mais adiante.

Visto a existência de disparidade entre demanda potencial e demanda efetiva, é possível notar que na teoria keynesiana a pobreza e o desemprego são elementos nocivos para o funcionamento pleno da economia. A relação é complexa e se realiza nos dois sentidos, dado que a insuficiência de demanda gera desemprego e a redução no nível de emprego reduz a demanda efetivada. Desta forma, Keynes nota que o desemprego involuntário é um problema para o funcionamento da economia, pois ele limita a oferta e a demanda realizada, o que cria uma relação paradoxal entre uma economia potencial e uma economia efetiva:

Esta análise nos oferece uma explicação do paradoxo da pobreza em meio à abundância, pois a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisa, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego (KEYNES, 1988, p. 37).

Quando se observa a literatura econômica, é possível notar que muitos autores, como Carvalho e Carvalho (2018), Lima (2020) e Klagsbrunn (2022), ressaltam que o elemento central na tese keynesiana é a demanda efetiva – que é tratada neste trabalho diretamente como consumo (um dos fatores de demanda). Porém, existe outro fator importante, essencial do ponto de vista da própria demanda efetiva, que é o investimento (público e privado). Em suma, a demanda é efetivada quando o investimento é realizado, uma consequência da sinalização da demanda agregada em potencial, gerando produto e emprego. Claro, a situação não é simples e nem unidirecional. Existem muitas questões que interferem na decisão do investimento, tanto objetivas quanto subjetivas – que são difíceis de mensurar.

---

<sup>4</sup> A teoria clássica considera que a economia tende a sempre operar em equilíbrio, existindo-se apenas de desemprego voluntário: quando os benefícios de não trabalhar (desutilidade marginal do emprego) é mais atrativo do que os benefícios de trabalhar – uma visão muito simplificada, em que o trabalhador escolhe gastar seu tempo entre lazer e trabalho. Keynes vai na contramão dos clássicos, pois admite que existe desemprego mesmo que as pessoas queiram trabalhar.

Antes de adentrar mais a fundo nas ideias de consumo e investimento da Teoria Geral, vale aqui reforçar o arcabouço teórico de Keynes. Colocado essas concepções, é válido usar aqui uma conceituação de demanda agregada muito utilizada por manuais de macroeconomia<sup>5</sup> para apresentar as ideias de forma mais didática – mesmo que essa exposição não tenha fidelidade<sup>6</sup> estrita com a Teoria Geral.

$$DA = Y = C + I + G + (X - M) \quad (1)$$

Na equação (1) é demonstrado que a demanda agregada ( $DA$ ) é igual ao produto da economia ( $Y$ ), que por sua vez é determinado pelo consumo das famílias ( $C$ ), pelos investimentos ( $I$ ), pelos gastos do governo ( $G$ ) e pelo resultado líquido da balança comercial – demarcado pela diferença entre exportação ( $X$ ) e importação ( $M$ ). Em outras palavras, é observado que o produto de uma economia nacional tem origens internas ( $C + I + G$ ) e externas ( $X - M$ ), de forma que é possível pontuar os três agentes centrais na economia nacional: consumidores-trabalhadores, empresários e governo planejador (e executor). Já o lado externo da demanda agregada depende da relação de produção desses mesmos agentes dentro e fora do país, levando-se em conta as necessidades e os focos produtivos das nações participantes do comércio internacional, fatores esses que determinam a qualidade e a quantidade das importações e das exportações, assim como dos fluxos de capitais.

Com intuito de aproximar mais a equação (1) da realidade econômica nos países capitalistas modernos, é necessário compreender que os componentes desta exposição influenciam uns aos outros, modelando-se a complexidade do sistema produtivo. Contudo, para tornar as relações mais claras, os itens devem ser avaliados em separado.

### 2.1.1 O Consumo das Famílias

Seguindo a ordem, o primeiro elemento a ser observado é o *consumo das famílias* ( $C$ ). Pode ser que exista uma confusão prática na interpretação do termo, equívoco que Keynes tenta esclarecer no capítulo seis da Teoria Geral. Na visão do autor, existem dois tipos fundamentais de gastos em uma economia, definidos como dispêndio de consumo ou de investimento – ambos provenientes da renda, seja ela caracterizada como salário ou lucro. Keynes mostra que para

<sup>5</sup> A exemplo pode-se citar o capítulo 3 do manual de macroeconomia de Olivier Blanchard (2007).

<sup>6</sup> Ao contrário do pressuposto dos manuais introdutórios de macroeconomia, Keynes afirma que a poupança não é necessariamente igual ao investimento.

diferenciá-los basta traçar a finalidade do gasto, analisando, por exemplo, “se é legítimo encarar a compra de um automóvel como um gasto de consumo e a compra de uma casa como um gasto de investimento” (KEYNES, 1988, p.55).

Feita essa distinção entre as compras de consumo e investimento, Keynes apresenta o papel dinâmico do consumo final, o impulsionador primário da demanda efetiva. Em sua teoria, a demanda agregada sugere um possível consumo ocioso não aproveitado na economia, o que dá sinais positivos para os investimentos, fazendo os empresários gastarem parte de suas rendas disponíveis (não necessariamente própria, visto as possibilidades de crédito) na obtenção de novos capitais e de mais MDO, realimentando o processo produtivo.

É interessante notar o movimento de encadeamento das demandas na economia. A demanda por bens e serviços finais gera procura no mercado de trabalho e no mercado de capitais (e insumos), de modo que os gastos direcionados para esses setores criam uma nova remessa de demandas por MDO, capitais e insumos. O resultado é um encadeamento cíclico das demandas, movimento que se propaga até chegar nos setores mais primitivos da economia. O aspecto de retroalimentação dessa dinâmica está circunscrito na formação das rendas durante a produção, que ativam novamente a demanda primária (seja pelos gastos em consumo ou em investimento), iniciando um processo contínuo de encadeamento circular da demanda. O teto deste processo é o pleno emprego, em que não há possibilidade de novas absorções dos trabalhadores excedentes – o que é uma situação casual, visto que as instabilidades existentes se associam com a geração de desemprego.

Keynes coloca diretamente na Teoria Geral que o consumo é a engrenagem motriz que move uma economia capitalista. A demanda efetiva, fator dinamizador da produção na teoria keynesiana, é determinada pela soma de todos os consumos realizados em um intervalo de tempo, sejam esses em suas diferentes formas.

O consumo — para repetir o óbvio — é o único fim e objetivo da atividade econômica. As oportunidades de emprego estão necessariamente limitadas pela extensão da procura agregada. A demanda agregada só pode ser derivada do consumo presente ou das reservas para o consumo futuro (KEYNES, 1988, p. 82).

Dada a importância do consumo na teoria de Keynes, é necessário apresentar seu princípio fundamental. No que foi visto até aqui, é evidente que na Teoria Geral o determinante central do consumo é a renda. No entanto, deve-se levar em conta a existência de um *proxy* que liga o caminho existente entre a alteração da renda e a variação do consumo, que Keynes define como *Propensão Marginal a Consumir (PmgC)*. Como aponta o autor, apenas uma parcela ( $W$ ) da renda ( $Y$ ) vira consumo ( $C$ ), como é mostrado pela equação (2). Desta forma, conclui-se que os indivíduos têm diferentes propensões ao consumo, as quais podem ser definidas como a

variação resposta do consumo dado a alteração da renda. A  $PmgC$  é calculada pela divisão entre a variação do consumo e a variação da renda (o que também pode ser representado por uma derivada) – conforme é esboçado na equação (3).

$$C = W \cdot f(Y) \quad (2)$$

$$PmgC = \frac{\Delta C}{\Delta Y} = \frac{\partial C}{\partial Y} \quad (3)$$

No entanto, quando Keynes apresenta a  $PmgC$ , ele deixa claro que essa variável não é uma constante, uma vez que ela depende diretamente dos níveis de renda dos agentes econômicos. Segundo o autor, o consumo não varia na mesma proporção que a renda, dado que quanto mais esta aumenta, menos o primeiro se expande. Keynes chama esse processo de *Lei Psicológica Fundamental*.

[...] os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento de sua renda. Isto quer dizer que, se  $C_w$  é o montante do consumo e  $Y_w$  o da renda (ambos medidos em unidades de salário),  $\Delta C_w$  tem o mesmo sinal que  $\Delta Y_w$ ,  $\frac{\Delta C_w}{\Delta Y_w}$  porém é de grandeza menor, isto é, é positivo e inferior à unidade (KEYNES, 1988, p. 77).

Em tese, o valor da  $PmgC$  vai ser menor ou igual a 1 ( $PmgC \leq 1$ )<sup>7</sup>, uma vez que nem toda renda adquirida em um determinado prazo de tempo vai ser consumida – o que é representado por  $W$  na equação (2). Keynes divide os fatores que influenciam a propensão a consumir em objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser resumidos em variações salariais, aumento da liquidez da renda, alteração do valor do capital (determinante do nível de consumo dos proprietários), políticas monetárias, políticas fiscais e esperança de consumo futuro (KEYNES, 1988, p. 74-77).

Já quando Keynes observa os fatores subjetivos que influenciam a  $PmgC$  no capítulo 9, as condições são analisadas em uma ordem inversa, dado que o autor pontua os possíveis fatores que influenciam a abstenção de consumo, ou seja, a poupança. Dentre as oito motivações citadas destacam-se a precaução, a previdência, a especulação, a herança e a avareza (KEYNES, 1988, p. 84). Keynes entende a complexidade desses fatores e como eles variam entre as sociedades e dentro delas, pois as motivações subjetivas diversificam-se temporalmente nas localidades. Expostas as complicações do tema, o autor considera que essas abstrações devem ficar em segundo plano dentro de sua análise mais objetiva.

<sup>7</sup> Na realidade, os valores podem ser maiores que um, porque existe uma parcela de consumo que não depende diretamente da renda. Exemplos claros podem ser observados nas doações (quando essas entram no cálculo) e no consumo via endividamento (seja por cartões de crédito, crediários, empréstimos, etc.).



Agora, a força de todos estes motivos variam enormemente segundo as instituições e a organização da sociedade econômica que presumimos; segundo os hábitos devidos à raça, à educação, às convenções, à religião e às atitudes morais correntes; segundo as esperanças atuais e a experiência passada; segundo a escala e a técnica do equipamento de capital; segundo a forma prevalecente da distribuição da riqueza e os níveis de vida estabelecidos. Todavia, na tese que constitui o objetivo desta obra, não nos ocuparemos, exceto em digressões ocasionais, dos resultados das mudanças sociais de longo prazo nem dos lentos efeitos do progresso secular. Isso significa que daremos por aceita a base dos motivos subjetivos que levam, respectivamente, a poupar e a consumir. Na medida em que a distribuição da riqueza é determinada pela estrutura social mais ou menos permanente da comunidade, podemos igualmente considerar essa base um fator que só varia em ritmo lento e no curso de um longo período, o que também daremos por aceito no presente estudo (KEYNES, 1988, p. 85).

Visto esses aspectos menos palpáveis que influenciam a formação da poupança, Keynes cita os efeitos psicológicos das conjunturas sobre a tomada de decisão, configurações abstratas que modificam os indivíduos, as culturas e as instituições que organizam a sociedade. Conforme a passagem supracitada expõe, esses fatores são deixados de lado na explicação da propensão a consumir, pois os aspectos mais abstratos podem ser considerados como constantes, visto que sua lenta alteração só é percebida em prazos muito longos.

### 2.1.2 O Investimento

Observados os principais aspectos do consumo na Teoria Geral, pode-se abordar agora – seguindo a sequência da equação (1) – os principais determinantes do investimento na obra de Keynes. No capítulo 11, o autor resume a realização dos *investimentos privados (I)* com base na interação de dois componentes elementares. O primeiro deles é a *Eficiência Marginal do Capital (EmgK)*, que é determinada pela “relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção”, comportando-se como uma espécie de “taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta”, ou seja, é a taxa que determina o quanto um fluxo de receita previsto varia em compensação a uma alteração nos custos de aquisição de capital<sup>8</sup> (KEYNES, 1988, p. 101).

Paralelamente à *EmgK*, Keynes apresenta a taxa de juros como fator de controle dos investimentos. O pressuposto de que o investimento não é igual à poupança surge da inclusão do mercado de crédito no esquema de financiamento das economias. Em outras palavras, o empresário comumente recorre ao crédito para financiar a aquisição dos capitais. Contudo, o

---

<sup>8</sup> Para esclarecer, em estimativas razoáveis, é permissível falar que  $EmgK = \partial Rk(t)/\partial Ck(t)$ , de modo que  $Rk$  é o fluxo de receita do capital e  $Ck$  é o custo de aquisição do capital, ambos em um tempo de operação  $t$ .

empréstimo tomado é acrescido de uma taxa de juros ( $i$ ) – na obra de Keynes é entendida como um prêmio pelo sacrifício da liquidez<sup>9</sup> –, que quando comparada com a eficiência marginal do capital determina a viabilidade do investimento.

Em uma situação em que a taxa de juros for maior que a Eficiência Marginal do Capital ( $EmgK < i$ ), os custos monetários ultrapassaram os ganhos adquiridos, causando desestímulo ao investimento. Quando a situação é inversa ( $EmgK > i$ ) os investimentos são estimulados até que se alcance o limite da alocação – quando a eficiência marginal do capital se igualar a taxa de juros ( $EmgK = i$ ).

### 2.1.3 Os Gastos do Governo

Passando para a terceira variável da equação (1), denominada como *gastos do governo* ( $G$ ), é notável que esta se faz presente em toda Teoria Geral, seja de forma explícita ou discreta. Conforme as colocações já abordadas, Keynes nega a ideia clássica de que o mercado seria autorregulado, afirmando que as interações entre os agentes econômicos não são harmoniosas, o que implica várias deficiências no funcionamento do mecanismo econômico. Além disso, assim como o setor privado, o governo também consome e investe – sendo que a finalidade dos gastos é um dos fatores que o diferencia-o dos agentes privados. Em tese, diferentemente do setor privado, o Estado realiza suas atividades não com o intuito de obter lucros, mas sim de gerar bem-estar coletivo.

Na obra de Keynes, o investimento público é colocado como um necessário potencializador do desempenho econômico, pois quando o governo realiza obras de infraestrutura, por exemplo, ele cria empregos – o que gera renda e demanda agregada – e bases estruturais para o setor privado<sup>10</sup>. Para efetivação dos seus empreendimentos, o Estado demanda

---

<sup>9</sup> A liquidez de um ativo é determinada pela sua capacidade e velocidade de mobilização nas trocas. Por exemplo, o dinheiro físico e um imóvel são dois ativos, porém, o dinheiro é facilmente mais “trocável” do que o imóvel, o que garante a maior liquidez do primeiro em relação ao segundo. Na teoria keynesiana, os indivíduos alocam seus recursos entre ativos líquidos (como o dinheiro) e ativos ilíquidos (ou menos líquidos), como os títulos de dívida. Logo, se um indivíduo abdicar da sua liquidez, trocando dinheiro por títulos no mercado financeiro, ele receberá um “prêmio” (juros) por isso, pois existe nesse processo o sacrifício da segurança que a liquidez proporciona. Esses movimentos são muito voláteis devido ao caráter cíclico das economias, como o próprio Keynes observa. Em crises a procura pela segurança na liquidez aumenta, elevando a taxa de juros (quando a demanda monetária ultrapassa a oferta). Em períodos de estabilidade a segurança conjuntural é maior, fazendo com que os agentes migrem para ativos menos líquidos, reduzindo a taxa de juros. Herscovici (2013) aborda essa perspectiva com maior profundidade.

<sup>10</sup> Quando o Estado realiza investimentos diretos em mobilidade, indústrias, saneamento, telecomunicações, energias e em tantos outros tipos, ele pode subsidiar indiretamente alguns custos do setor privado, o que facilita novos empreendimentos. Além de atuar sobre o capital físico, o Estado pode facilitar a formação do “capital humano”, pois os gastos públicos realizados na educação e na saúde, além de fornecer o bem-estar, também visam capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho.

capital e insumos do setor privado, além de outros bens e serviços necessários para a manutenção da máquina pública. Dessa forma, é possível deduzir que os gastos do governo também participam da demanda efetiva diretamente, seja pelas inversões ou pelo consumo. Já pela perspectiva da influência indireta, quando o Estado realiza obras de infraestrutura (como rodovias, portos, aeroportos, sistemas de telecomunicações, redes de distribuição energética, entre tantas outras), por exemplo, criam-se externalidades positivas que estimulam o investimento privado, aumentando o número de pessoas empregadas e, simultaneamente, o produto agregado da economia.

Para satisfazer essas metas de desenvolvimento, os governos devem planejar e administrar pontos estratégicos que garantam o investimento privado e o consumo agregado. Dentro dessa perspectiva, Keynes afirma que “em tempos de grave desemprego, as obras públicas, mesmo de duvidosa utilidade, podem ser altamente compensadoras” (KEYNES, 1988, p. 95). Em outras palavras, o investimento público – assim como o privado – irá empregar trabalhadores, o que pode ser usado como estratégia para aumentar o nível de emprego e consumo, seja em posição setorial ou agregada. Contudo, vale observar que a qualidade dos investimentos públicos define a proporção dos seus efeitos multiplicadores – conceito esse que será melhor explicado mais adiante.

Keynes defende que, em um cenário de alto desemprego e de estagnação econômica (fase baixa dos ciclos econômicos), o governo também pode utilizar políticas monetárias expansionistas<sup>11</sup> (contracíclicas) para recuperar a economia, dado que a “importância da moeda, para além de sua função de meio de troca, [...] (tem o seu) papel na produção”, argumento esse que embasa sua “teoria monetária da produção” (AMITRANO, 2005, p. 3).

#### **2.1.4 As Exportações e as Importações**

O último elemento da equação (1) é o saldo líquido da balança comercial. Seguindo os manuais de macroeconomia, as relações externas são bilaterais, ou seja, um país importa e exporta dos outros países. Os fatores que determinam a circulação de bens e serviços no mercado internacional estão relacionados com as capacidades de consumo e de investimento dos diferentes países, termos esses condicionados pelas questões já abordadas aqui. Em síntese, os fundamentos que diferenciam as questões externas das internas são aqueles delimitados pelas

---

<sup>11</sup> Os críticos das políticas expansionistas afirmam que a intervenção estatal expansionista causa inflação, o que em médio prazo deteriora a estabilidade econômica, gerando um novo período de recessão. Tal diagnóstico pode ser correto, mas deve-se levar em consideração as causas da inflação e os efeitos das medidas adotadas.

estruturas-produtivas<sup>12</sup> e pelo padrão monetário. Esse último envolve as relações comerciais que são moldadas pelo “poder de moeda” das diferentes economias, indicador que oscila conforme os choques na produção (sequenciando entradas ou saídas de capital) e na confiança econômica. Em outras palavras, a taxa de câmbio ( $t\hat{c}$ ) é o principal determinante na atividade de exportação e de importação em um país<sup>13</sup>.

Sobre a questão das relações comerciais internacionais, principalmente no que diz a respeito das economias já estabilizadas, Keynes atribui aspectos positivos à existência de uma balança comercial favorável, julgando-a como meio para se alcançar o bem-estar nacional. Contudo, o autor deixa claro que o problema não é tão simples, atentando para a moderação nas tomadas de decisões, visto que a extrema valorização (via protecionismo) pode ser prejudicial ao funcionamento das economias, gerando um efeito oposto do esperado.

[...] a manutenção da prosperidade exige que as autoridades observem, de muito perto, o estado da balança comercial, porque uma balança favorável, desde que não excessiva, pode ser um grande estímulo, ao passo que uma balança desfavorável pode levar rapidamente a um estado de depressão persistente. Isto não significa que uma restrição máxima das importações conduza a uma balança comercial mais favorável (KEYNES, 1988, p. 224)

Por outro lado, a desregularização dos mercados internacionais, a carência de políticas de controle de exportações e importações e a falta de planejamento interno podem fomentar uma estrutura produtiva frágil e dependente. Países que se especializam na exportação de bens primários podem deixar de lado as atividades que mais geram externalidades positivas em outros setores, demarcando um baixo encadeamento produtivo nas economias nacionais, o que pode limitar o ritmo de absorção de MDO<sup>14</sup>. Os resultados desse desfalque produtivo são a desindustrialização, a dependência externa, o desemprego (ou subemprego) e a vazão do consumo para o exterior, pois aumentam-se as importações de bens industrializados e tecnológicos. No entanto, a baixa dinâmica interna causada por esses desequilíbrios põe as economias nacionais subdesenvolvidas em posição de subordinação perante aos mercados internacionais, ameaçando a estabilidade dessas economias dependentes. Tais estruturas possibilitam operações produtivas irrestritas, mesmo com a existência de MDO inutilizada.

---

<sup>12</sup> A capacidade produtiva, as formas institucionais e a posição no mercado internacional são alguns dos fatores que condicionam a estrutura dos países. Essas questões são de difícil mensuração, dado que envolve aspectos políticos e históricos, pois cada país tem suas particularidades estruturais.

<sup>13</sup> É importante destacar que a taxa de câmbio em modelos flutuantes oscila de acordo com a oferta e a demanda das reservas internacionais. Logo, em situações de instabilidades e incerteza o câmbio tende a se desvalorizar, visto que tais situações condicionam a “fuga” das divisas para economias mais seguras.

<sup>14</sup> Trindade e Oliveira (2014) tratam dessa questão com mais profundidade.

Esse fenômeno é chamado de “equilíbrio com desemprego involuntário” – conforme o exposto por Missio e Oreiro (2008).

Pontuadas as principais observações sobre o consumo, o investimento, os gastos do governo e o saldo líquido da balança comercial, é necessário apresentar aqui uma síntese dos principais conceitos apresentados. O intuito de tal exercício é demonstrar de forma simplificada e didática os argumentos centrais levantados por Keynes na Teoria Geral, embasando-se, assim, posteriores análises de variáveis macroeconômicas.

### 2.1.5 O Papel do Consumo na Demanda Agregada

Foi observado anteriormente que o consumo depende da Propensão Marginal a Consumir ( $PmgC$ ) dos indivíduos, delimitando que apenas uma parte da renda líquida – a renda descontada pelo tributo ( $Y-T$ ) – será gasta. Porém, uma parte do consumo será independente da porção da renda ( $Y$ ), o que indica a existência de uma parcela de consumo autônomo ( $c$ ) na equação do consumo total ( $C$ ). Com isso, a função do consumo pode ser representada pela equação (4).

$$C = c + PmgC \cdot (Y - T) \quad (4)$$

Em linhas gerais, quando se analisa a realidade, indo além da teoria, os determinantes do nível de consumo das famílias são diversos, incluindo fatores intangíveis e subjetivos. Para exemplificar essa complexidade, é possível ressaltar que, de sociedade para sociedade – o que também é verdade para grupos familiares – o fator cultural e temporal pode subordinar os hábitos de consumo de um indivíduo. Com isso fica evidente que o consumo pode se encaixar em uma função comportamental (representativa de uma sociedade, quando se fala de consumo agregado, como o caso da equação acima, ou individual). Nesta lógica, visto as complexidades em sua determinação, os condicionantes podem ser divididos em renda ( $Y$ ) – ou renda líquida ( $Y-T$ ), quando se considera um sistema de tributação – e fatores diversos não dependentes da renda, muitas vezes correlacionados à questão de subsistência dos indivíduos, que são representados pelo consumo autônomo ( $c$ ) na equação, o que inclui as razões subjetivas.

Também foi exposto que o investimento depende objetivamente da Eficiência Marginal do Capital ( $EmgK$ ) e da taxa de juros ( $i$ ). A  $EmgK$ , por sua vez, é subordinada aos fluxos de receita esperados – que serão tratados aqui de forma mais direta como expectativas de consumo

futuro ( $ExpC$ )<sup>15</sup> –, e dos gastos operacionais ( $GOp$ ). As relações dessas variáveis podem ser observadas em conjunto nas equações (5) e (6).

$$I = f(EmgK, i) \quad (5)$$

$$EmgK = g(ExpC, GOp) \quad (6)$$

Sobre os gastos do governo, é possível definir uma função contábil generalizada, pois, seguindo a lógica, os dispêndios governamentais são iguais às suas receitas<sup>16</sup>. Tendo isso em mente, é válido assinalar que as fontes de recursos podem ser resumidas em tributos ( $T$ ), recursos próprios ( $Rp$ ), títulos da dívida pública ( $TP$ ), crédito do setor privado ( $Cp$ ) e ampliação monetária ( $AmpM$ ). Tais fatores influenciam diretamente o investimento e o consumo agregado, visto que eles podem afetar a renda líquida disponível ( $Y-T$ ) – no caso dos tributos –, alterando os gastos internos. Por outro lado, as formas de financiamento público também podem interferir na taxa de juros – com as operações de títulos públicos em *open market* e expansão da oferta monetária –, o que determina a capacidade de obtenção de crédito para consumo e investimento. Colocando tais critérios em conjunto, forma-se a equação (7).

$$G = T + Rp + TP + Cp + AmpM \quad (7)$$

Analisando o último elemento da equação da demanda agregada, foi definido, de forma resumida, que o saldo de uma balança comercial depende da taxa de câmbio observada ( $t\hat{c}$ ). Essa relação é apresentada na equação (8). É interessante notar aqui que os termos das diferentes equações se cruzam, dado que, conforme os processos conceituados por Keynes, a taxa de juros ( $i$ ) e o investimento em si ( $I$ ) também influem diretamente na posição externa das economias. Porém, como foi proposto um ensaio macroeconômico mais sucinto diante das temáticas estudadas, essas questões ficaram em segundo plano nesta perspectiva.

$$(X - M) = h(t\hat{c}) \quad (8)$$

---

<sup>15</sup> Considera-se didaticamente nesta suposição que todas as receitas são obtidas exclusivamente dos gastos em consumo dessas famílias.

<sup>16</sup> Para deixar as ideias mais claras, deve-se considerar que o governo não poupa parte alguma de suas receitas gastando todo recurso obtido (seja por qualquer meio).

Substituindo as equações (4), (5), (6), e (8) na equação (1), forma-se uma função de demanda mais específica – conforme o apresentado pela equação (9) –, que expõe de forma direta a importância do consumo das famílias para a dinamização da demanda agregada. De forma geral, quanto maior propensão marginal a consumir ( $PmgC$ ) maior será a demanda agregada ( $DA$ ), isso quando se considera que a renda disponível ( $Y - T$ ) não é decrescente. A subfunção que se refere aos investimentos, mostra que a  $EmgK$ , quando comparada com uma taxa de juros ( $i$ ), também influi nas variações da demanda agregada. A equação (6) mostrou que a  $EmgK$  depende das expectativas em relação ao consumo futuro ( $ExpC$ ), sendo que esse é determinado pelo nível do consumo ( $C$ ) no presente (os agentes estimam os valores dos períodos posteriores com base nas convenções observadas no momento da análise). Paralelamente, é visível que a taxa câmbio ( $t\hat{c}$ ) possui relação direta com o consumo e com o investimento, pois, ao mesmo tempo que uma taxa sobrevalorizada estimula a importação (o que pode ser visto como uma “vazão” de consumo para fora), ela também pode desestimular as exportações, vinculando mais fortemente as produções interna às demandas nacionais<sup>17</sup>.

$$DA = Y = c + PmgC.(Y - T) + f(EmgK, i) + G + h(t\hat{c}) \quad (9)$$

Sobre os gastos do governo, é possível afirmar que essa variável também depende do consumo, só que em um segundo plano. As receitas não autônomas do Estado, mais especificamente as tributações ( $T$ ), estão relacionadas com a capacidade de consumo e com o nível de renda das famílias. Isso fica evidente quando se observa que alguns impostos incidem sobre o consumo (como o ICMS<sup>18</sup> no Brasil) enquanto outros estão atribuídos à renda e à riqueza. Contudo, é preciso olhar os impostos sob uma perspectiva dual, dado eles podem depreciar a renda disponível no momento da arrecadação e também serem usados para ampliá-la por meio de alguns investimentos públicos – basta olhar as transferências de renda e as políticas de capacitação e emprego.

---

<sup>17</sup> Nos estudos macroeconômicos, a taxa de câmbio possui um papel delicado no crescimento econômico, pois, dependendo da sua posição de apreciação ou depreciação, os resultados gerados podem ser negativos ou positivos. Em um sistema de valorização da moeda nacional, as importações são estimuladas (o que viabiliza remessas internas de capital e mercadorias) e as exportações são desestimuladas (o que centraliza a economia internamente, mas pode reduzir as escalas produtivas externalizadas). Já em um cenário de desvalorização da moeda nacional, as exportações são estimuladas e as importações são desestimuladas, revertendo o processo.

<sup>18</sup> ICMS significa Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço, tributo estadual indireto (adicionado ao preço), sendo o fato gerador de sua incidência está no momento da compra. Em outras palavras, o ICMS é cobrado diretamente do consumidor.

Já a relação do consumo interno com a taxa de câmbio está vinculada ao nível de importação dos bens de consumo duráveis e não duráveis, em razão de que um aumento na aquisição de bens importados valida a saída de divisas para o exterior, o que, conseqüentemente, desvaloriza a taxa de câmbio por meio de uma redução na oferta dessas divisas em moeda estrangeira. Uma taxa de câmbio descontroladamente desvalorizada penaliza o consumo interno pelo aumento da inflação, uma vez que as produções de muitos bens internos dependem de insumos e de capitais externos, que são adquiridos pelas divisas de moeda estrangeira.

Visto a ligação existente entre as variações no consumo e no rendimento, é válido notar que em sociedades de renda não homogênea, a propensão marginal a consumir varia segundo a posição social de cada indivíduo. Seguindo os princípios da Lei Psicológica Fundamental, quanto mais rico o indivíduo for, menor é a sua propensão marginal a consumir, enquanto a posição do relativamente mais pobre determina que quase toda sua renda – muitas vezes ela toda – é gasta com o consumo (alta propensão a consumir). Desta forma, é viável considerar que quanto mais desigual for uma sociedade, menor serão as suas possibilidades de alavancamento produtivo por meio do consumo internalizado. Em outras palavras, quanto maior for a porção da renda concentrada no topo da distribuição, menor será a soma das propensões marginais a consumir, o que é limitante para a demanda agregada.

No capítulo 8 da Teoria Geral, quando Keynes pontua os principais fatores objetivos que contribuem com a Propensão Marginal a Consumir, é mostrado que, além dos puramente econômicos, a variação do consumo também depende de outros determinantes. Na Teoria Geral, a incerteza é o fundamento que desestabiliza e complexifica o mecanismo econômico, visto que as decisões não podem ser tomadas diante de previsões certas, mas apenas sobre as expectativas futuras. Diante dessa perspectiva, Keynes afirma que, assim como as outras variáveis, “a propensão ao consumo é profundamente afetada pelo desenvolvimento de uma extrema incerteza quanto ao futuro e ao que ele possa trazer”, ou seja, mudanças conjunturais e cenários de instabilidade podem afetar a capacidade de realização do consumo para alguns indivíduos, pelo menos em determinado prazo de tempo<sup>19</sup> (KEYNES, 1988, p. 76).

Além do papel das expectativas no consumo, Keynes também afirma que as políticas fiscais auxiliam na adequação da *PmgC*. O autor faz um paralelo com o papel da taxa de juros,

---

<sup>19</sup> Se os consumidores perceberem que seus rendimentos reais podem ser afetados no futuro, seus comportamentos com consumo presente podem ser alterados. Logo, quando as perspectivas futuras convergem para um cenário onde as rendas vão se elevar e/ou os preços vão baixar, o consumo presente é trocado pelo consumo futuro. Por outro lado, quando se prediz que as rendas irão se deteriorar e/ou os preços irão se elevar, o consumo presente se amplia para compensar os desgastes do futuro. Como tais movimentos são baseados em expectativas, existem riscos sistêmicos nas possibilidades de frustrações das esperanças.



colocando os impostos como fatores corretivos, os quais podem ser usados para redistribuir a renda de forma mais igualitária, o que, por consequência, tende a dinamizar a demanda agregada pelo aumento da propensão marginal a consumir em níveis gerais.

[...] os impostos sobre lucros de capital, sobre heranças etc., são tão importantes quanto a taxa de juros, sendo mesmo possível que as modificações eventuais da política fiscal tenham, pelo menos nas expectativas, maior influência que a própria taxa de juros. Se a política fiscal for usada como um instrumento deliberado para conseguir maior igualdade na distribuição das rendas, seu efeito sobre o aumento da propensão a consumir será, naturalmente, tanto maior (KEYNES, 1988, p. 76).

Com base na expressão da demanda agregada, que foi apresentada na equação (9), é possível perceber que um acréscimo na  $PmgC$  pode ser efetivo para o aumento do produto da economia, dadas as condições de consumo e de investimento público e privado. Complementarmente, no capítulo 10 da Teoria Geral, Keynes observa que o consumo é o elo entre o investimento e o produto. É exposto que, em um determinado espaço de tempo, a variação do produto ( $\Delta Y$ ) pode ser proporcionalmente maior que a variação do investimento ( $\Delta I$ ). Saindo da condição didática que o investimento é o determinante direto do produto, Keynes reconhece a existência de um *multiplicador do investimento* ( $k$ ), termo determinado pela  $PmgC$  observada. As equações (10) e (11) expõem essas relações.

$$\Delta Y = k. \Delta I \quad (10)$$

$$k = \frac{1}{1 - PmgC} \quad (11)$$

Seguindo os princípios da Teoria Geral, quanto maior for a  $PmgC$ , maior será o efeito multiplicador do investimento ( $k$ ) sobre o produto. A efetividade de tal fenômeno pode ser explicada pelos efeitos obtidos no encadeamento das demandas dos diferentes setores da economia. Keynes demonstra essa ligação intersetorial quando afirma que, sob condições específicas<sup>20</sup>, o seu multiplicador se iguala ao multiplicador de Kahn, indicando que a  $PmgC$  é determinante para a agregação do nível de empregos entre os diferentes setores de produção. Dessa forma, por exemplo, quando o emprego aumenta na indústria de capitais ( $\Delta N1$ ), o mesmo se expande com mais intensidade na indústria de bens finais ( $\Delta N2$ ), sendo que tal desproporção é gerada pelo multiplicador do investimento ( $k$ ), que é positivo e maior que 1, conforme o exposto pela equação (12).

<sup>20</sup> O multiplicador de Kahn ( $k'$ ) considera que não necessariamente o produto marginal ( $dY/dN2$ ) em uma economia é igual ao investimento marginal ( $dI/dN1$ ). Quando existe essa igualdade, o multiplicador de Kahn se iguala ao multiplicador de Keynes ( $k'=k$ ). Keynes deixa isso claro no capítulo 10 da Teoria Geral (p. 89).

$$\Delta N2 = k. \Delta N1 \quad (12)$$

Observado o efeito multiplicador, fica ainda mais claro a importância que a  $PmgC$  desempenha sobre as variáveis macroeconômicas. Portanto, é plausível afirmar que o estímulo ao consumo retroalimenta e dinamiza as etapas produtivas, uma vez que quanto maior a  $PmgC$  e, conseqüentemente, o efeito multiplicador, menor será o esforço necessário (em termos de investimento) para se alcançar elevados níveis de produção e emprego agregado.

Deduz-se do que foi dito que, se a propensão marginal a consumir não está longe da unidade, as pequenas flutuações no investimento provocarão grandes variações no emprego; porém, ao mesmo tempo, um aumento relativamente pequeno do investimento bastará para causar o pleno emprego (KEYNES, 1988, p. 90).

Indo além dos argumentos lógicos, Keynes afirma que os efeitos positivos do consumo sobre o crescimento econômico podem ser ameaçados por inconsistências, das quais devem ser destacadas as duas de maior relevância para esta dissertação: a desigualdade e o desemprego estrutural. Dada a Lei Psicológica Fundamental, que afirma que a  $PmgC$  é inversamente proporcional ao aumento da renda, se a renda estiver concentrada no topo da distribuição, possivelmente a tendência agregada ao consumo será menor do que em uma situação de maior equidade. Logo, Keynes nota que a desigualdade de renda é um fator que condiciona o baixo grau de desenvolvimento econômico. Em um contexto mais específico, é apresentada a disparidade no nível da renda funcional como condicionante da desestruturação do consumo, pois, “como efeito dos rendimentos decrescentes” dos trabalhadores, tende-se a aumentar “a proporção do rendimento agregado destinado aos empresários, cuja propensão marginal ao consumo é provavelmente inferior à média para o conjunto da comunidade” (KEYNES, 1988, p. 91).

No capítulo 24 da Teoria Geral, nomeado como *Notas Finais sobre a Filosofia Social a Que Poderia Levar a Teoria Geral*, Keynes busca sintetizar os principais aspectos que embasam um desenvolvimento econômico mais socializado, reforçando, desta forma, seu argumento sobre a ineficiência da desigualdade. Ele afirma, em primeira ênfase, que “os defeitos flagrantes da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e não equitativa repartição da riqueza e dos rendimentos” (KEYNES, 1988, p. 245). Indo na contramão da teoria neoclássica, Keynes nota que a acumulação da riqueza (representada em grande parte pela poupança dos afortunados), não necessariamente fomenta o investimento, podendo até desencadear um efeito reverso. Segundo ele, a renda e a riqueza acumulada no topo são ociosas, produtivamente ineficientes e

limitantes para a agregação do emprego, visto que o que justifica a dinâmica econômica é a capacidade de consumo agregada, e não a concentração de recursos.

Assim, a nossa linha de raciocínio leva-nos à conclusão de que, nas condições contemporâneas, o crescimento da riqueza não depende da abstinência dos ricos como se costuma supor, muito pelo contrário, e o mais provável é que seja impedida por ela. É assim eliminada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade de riqueza (KEYNES, 1988, p. 246).

Levando em conta que este modelo de estímulo à demanda agregada propõe um maior planejamento por parte do Estado, visando controlar as variáveis internas e externas, assim como alocar os recursos de forma mais eficiente, o que inclui a importância de se alcançar uma maior equidade de renda e de se melhor estruturar a produção doméstica – seja por meio da alocação da MDO disponível ou das oportunidades de investimento –, Keynes entende que as economias nacionais devem ser mais internalizadas. É colocado, mesmo que de forma não especificada, que é necessário substituir as medidas de expansão externa por políticas internas que assegurem um crescimento econômico baseado na redução do desemprego. Todavia, Keynes deixa claro que seu posicionamento não converge com a tese do isolamento econômico das nações, uma vez que ele considera que a divisão internacional do trabalho e o crédito internacional (quando aplicados de forma moderada) possuem papéis importantes no desenvolvimento das nações. Tais questões são apontadas no final do capítulo 24 da Teoria Geral.

[...]se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (e também, devemos acrescentar, se logram alcançar o equilíbrio na tendência de crescimento de suas populações), não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional em condições adequadas, mas deixaria de existir motivo premente para que um país necessitasse impor suas mercadorias a outro ou recusar as ofertas de seus vizinhos, não porque isto seja indispensável para capacitá-lo a pagar o que deseja adquirir no estrangeiro, mas por causa do objetivo expresso de alterar o equilíbrio de pagamentos, a fim de criar uma balança comercial que lhe seja favorável (KEYNES, 1988, p. 250).

Até aqui foi visto os principais pontos da tese keynesiana no que se refere ao papel do consumo, do investimento e das políticas públicas no arcabouço do desenvolvimento econômico. O eixo central na análise do presente trabalho é o *Princípio da Demanda Efetiva* (PDE) de Keynes, conceituação que leva como base metódica a propensão a consumir (fator ativo da procura agregada) dos agentes econômicos. Contudo, é visto que os indivíduos (em termos agregados) possuem um maior peso analítico na Teoria Geral; por mais que o autor muitas vezes empregou o termo “classe” em suas colocações, fica evidente que o foco central de sua obra é analisar o organismo econômico com base nas complexidades organizacionais

dos agentes econômicos, não distinguindo, pelo menos diretamente, o papel das diferentes classes sociais na reprodução do consumo dentro do sistema econômico.

Logo, para complementar as ideias propostas acima, sobretudo quando se fala sobre as diferenças existentes na propensão a consumir dos indivíduos, que é afetada diretamente pela desigualdade de renda, é preciso entender que a sociedade possui várias estratificações, dividindo-se diferentes grupos de acordo com os seus níveis de renda. Portanto, é visto que a renda pode se distinguir em região geográfica, em diferentes etnias e, sobretudo, entre classes produtivas, nas quais se pode diferenciar empregadores (ou capitalistas) dos trabalhadores

Visto que o presente trabalho visa analisar esta distinção observada do consumo entre diferentes grupos com distintas classes de renda, é de suma importância considerar as diferenças categóricas entre os grupos que participam diretamente do processo produtivo. Para isso, é preciso levar em conta as diferenças quantitativas e qualitativas observadas na formação dos salários e dos lucros<sup>21</sup>. Tais distinções evidenciam a estrutura que determina o grau de desigualdade existente entre as diferentes classes de renda.

O referencial teórico abordado neste capítulo tem por função esclarecer os acontecimentos econômicos observados na história do Brasil nos últimos anos, visto que os conceitos e pressupostos apresentados podem dar base à análise socioeconômica do país, convergindo-os com as principais observações dos autores desenvolvimentistas. Cria-se assim novas possibilidades para a estruturação de uma ideia de desenvolvimento adaptada às condições de desemprego e desigualdade (características marcantes na atual economia brasileira), que usa como guia a defesa de uma redistribuição da renda que garanta a otimização do consumo. Entretanto, para se entender melhor a situação econômica brasileira, é necessário realizar uma retomada dos principais fatos históricos – que serão discutidos no próximo capítulo.

---

<sup>21</sup> Kalecki (1977) aborda essa temática com mais precisão, complementando o referencial teórico apresentado neste trabalho.

### 3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Compreender a economia brasileira não é uma tarefa trivial. Os processos determinantes das suas características e peculiaridades estão envoltos em um tecido de complexidade que abrange camadas culturais, institucionais, organizacionais e sociais. Nesse sentido, para dar corpo aos conceitos teóricos e as análises empíricas, visto que as conjunturas políticas e econômicas afetam diretamente o comportamento das variáveis estudadas ao longo do tempo, é essencial apresentar os principais aspectos históricos que marcaram a evolução da economia brasileira nos últimos anos, dando ênfase aos possíveis condicionantes da desigualdade de renda e, por consequência, do subconsumo.

Para esboçar essas características, o presente capítulo está dividido em dois momentos. No primeiro será apresentada uma breve revisão histórica, esboçando-se alguns dos principais pontos de inflexão da história brasileira desde o plano real (recorte temporal pós-estabilização). Apesar do enfoque desta dissertação ser as décadas de 2000 e 2010, compreende-se que esta retomada é importante, uma vez que este é um período marcante quando se trata da análise da propensão a consumir, visto que se abrange as fases mais recentes das oscilações da economia no Brasil. Posteriormente, o trabalho foca-se na conjuntura contemporânea, apresentando algumas variáveis macroeconômicas observadas nas duas décadas mais recentes<sup>22</sup>. Em resumo, é possível afirmar que o presente capítulo finaliza a contextualização das análises centrais da pesquisa empírica, construindo-se para isso uma trajetória econômica e um embasamento conjuntural das estimações quantitativas.

#### 3.1 O PLANO REAL E O TRIPÉ MACROECONÔMICO

Entre os anos 1980 e 1990 o Brasil passou por uma instabilidade econômica, característica que foi marcada pela alta pressão inflacionária. Fazendo frente a este problema, foram tomadas algumas medidas restritivas no campo das políticas econômicas – mesmo com os movimentos trabalhistas nos anos 1980 –, posições que foram aprofundadas com a

---

<sup>22</sup> A utilização deste período se deve ao encaixe histórico que objetiva observar os processos econômicos dos últimos anos. A abrangência a partir da década 2000 é definida devido ao momento de estabilização macroeconômica posterior ao final da década de 1990, o que facilita e dá homogeneização nas análises recentes.

intensificação das ações de cunho neoliberal<sup>23</sup> no final da década de 1980 (no governo Fernando Collor de Mello) e durante toda a década de 1990 (no governo Fernando Henrique Cardoso).

Com os andamentos do arranjo neoliberal internacional, a configuração da economia brasileira passou a se alinhar de forma mais intensa ao capital financeiro globalizado, fenômeno que aprofundou as “medidas liberalizantes” no território nacional, dando-se ênfase às privatizações e à abertura comercial-financeira. As reorganizações da estrutura econômica foram refletidas nos ordenamentos políticos e sociais, conforme afirma Filgueiras (2006), pois se fortificava uma classe média-alta rentista – que defendia a minimização das intervenções estatais e o aumento da taxa de juros, com um padrão de consumo baseado nas importações – em detrimento da classe dos trabalhadores – que perdia suas representações no meio político e sofria com o alto nível de desemprego, com a precarização e com a informalidade, além da desregulamentação do mercado de trabalho.

Dado o conjunto dos padrões socioeconômicos no começo dos anos 1990, que a princípio intencionavam a estabilização macroeconômica, é possível observar um movimento de desestruturação dos moldes desenvolvimentistas (que eram marcantes entre as décadas de 1950 e 1960), o que condicionou a exponenciação da dependência externa. Os desdobramentos entre os setores produtivos também apontavam para uma conjuntura favorável às classes vinculadas ao mercado internacional, sejam ligadas ao segmento financeiro ou produtivo. Dentre os setores nacionais, relevava-se o agrário – centralizando a condução das exportações –, principalmente após a segunda metade da década de 1990, tendo sua relevância estendida ao longo da década seguinte. Filgueiras (2006) pontua que a distinção econômica (e consequentemente política) dada aos condutores do setor agrário, assim como a preponderância dos financistas na economia brasileira, se apoiou sobre as estratégias reducionistas de um Estado neoliberal:

Em outra dimensão, os processos de abertura comercial e financeira e de privatização – acompanhados, durante o primeiro Governo FHC, por uma política cambial de sobrevalorização do real – levaram a um movimento impressionante de centralização de capitais, através de aquisições, incorporações e fusões, concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira. O capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram se transnacionalizar, aumentaram sua participação na economia e seu poder político. O mesmo pode-se dizer das frações de capital com fortes vínculos com o comércio exterior, especialmente o chamado agronegócio, que passou, a partir do segundo Governo FHC e principalmente do Governo Lula, a se fortalecer, em razão da importância estratégica que as exportações passaram a ter para a dinâmica do modelo

---

<sup>23</sup> Destaca-se no período a influência das medidas impostas pelo Consenso de Washington aos países periféricos. Vaz e Merlo (2020) detalham o assunto com clareza, centrando-se nas causas e nos efeitos da adesão ao Consenso de Washington na América Latina.

neoliberal, ao possibilitar-lhe um mínimo de estabilidade (FILGUEIRAS, 2006, p. 190-191).

Apontados os processos que desencadearam a organização neoliberal no Brasil, vale colocar em evidência o projeto que impulsionou e institucionalizou as principais medidas macroeconômicas do período, o Plano Real. A necessidade de estabilização econômica – após a queda do regime ditatorial-militar – trouxe uma série de planos<sup>24</sup> que fracassaram em resolver (principalmente) o problema inflacionário. Sucedendo essas tentativas de estabilização, o Plano Real foi implementado em 1994 (ainda no governo de Itamar Franco), consolidando uma nova moeda nacional (o Real) pareada com o Dólar, o que garantiu, pelo menos no curto prazo, um sistema monetário forte e estabilizado, além de promover uma apreciação cambial ancorada na estabilidade dessa nova moeda<sup>25</sup>. Conjuntamente a essas medidas, o Plano trouxe consigo uma série de reformas bancárias e alterações no sistema tributário e orçamentário, assim como uma maior abertura econômica ao capital estrangeiro.

Nos primeiros anos após a implementação do Plano Real os resultados se mostraram favoráveis à estabilização da economia. Rocha (2000) observa uma redução da pobreza, dado que as medidas de obstrução da inflação aumentaram o poder real de consumo das famílias. Contudo, essa contração não foi generalizada, conforme observa a autora, pois os níveis de pobreza no meio rural não se reduziram como no meio urbano, assim como entre as regiões, haja vista que a pobreza permaneceu concentrada nas regiões Norte e Nordeste. Quanto à desigualdade de renda, medida nos termos do Índice de Gini<sup>26</sup>, os efeitos não foram muito significativos, declinando “apenas de 0,58 para 0,57 entre 1993 e 1995”, uma vez que, ao mesmo tempo que a renda crescia na base da distribuição, ela também se eleva no topo, mantendo a dinâmica da concentração (ROCHA, 2000, p. 15).

Entre 1996 e 1997 os dispersos efeitos sociais do Plano Real se esgotaram, não reproduzindo mais seus efeitos sobre os indicadores de pobreza e desigualdade. Concomitantemente a esse enfraquecimento, era observado que as políticas de estabilização econômica geraram resultados adversos, minando o próprio desenvolvimento econômico. A elevada taxa de juros (vinculada a atração do capital internacional) e a ampliação da dependência externa criaram uma estrutura internamente frágil e vulnerável aos movimentos do capital externo, limitando a capacidade do Estado de empregar políticas macroeconômicas

---

<sup>24</sup> Plano Cruzado em 1986; Plano Bresser em 1987; Plano Verão em 1989; Plano Collor I em 1990; e Plano Collor II em 1991.

<sup>25</sup> O Plano Real trouxe uma série de políticas macroeconômicas para tentar sanar o problema da inflação e da dívida externa, utilizando-se para isso algumas medidas voltadas para a manutenção do equilíbrio fiscal.

<sup>26</sup> O Índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo que quanto maior for o indicador, maior será o nível de desigualdade. O capítulo seguinte detalha a metodologia da estimação deste índice.

ligadas ao impulsionamento do crescimento econômico. No âmbito dos conflitos sociais, a pressão se estendia sobre os trabalhadores, uma vez que o modelo de exportações pressionava os salários e os direitos trabalhistas para baixo, visto a necessidade de cortar custos para dinamizar a competitividade no mercado internacional, conforme o exposto por Filgueiras (2006):

[...] o papel estratégico assumido pelas exportações, [...] pressionam por uma maior exploração da força de trabalho, com a queda dos salários reais e redução dos direitos trabalhistas e sociais (reforma trabalhista para a flexibilização dos direitos constitucionais e reforma da CLT). Assim, a estrutura de distribuição da renda se mantém extremamente concentrada e desigual (ARCEO; BASUALDO, 2004 *apud* FILGUEIRAS, 2006, p. 199).

Com base nessas colocações, pode-se colocar que os padrões observados durante o período, em que se destaca a submissão do capital nacional à financeirização e à globalização impostas pelos movimentos neoimperialistas<sup>27</sup> dos países desenvolvidos, convergiram para a intensificação da desnacionalização da economia brasileira. Paralelamente à coordenação do comércio internacional, as possibilidades de se implementar uma dinâmica industrial baseada nos mercados internos descentralizados<sup>28</sup> foram ignoradas no plano neoliberal. Em contraposição às propostas estruturalistas e desenvolvimentistas, existia no Brasil uma dinâmica produtiva baseada no agronegócio e na indústria de baixo valor agregado, condições que iam de acordo com os novos delineamentos da divisão internacional do trabalho. A conjuntura do período acentuou o processo de desindustrialização na economia brasileira.

As fragilidades externas da economia brasileira afetaram também as estruturas internas de produção, principalmente seus parâmetros industriais. Conforme aponta Cano (2012), o processo de desindustrialização dos anos 1990, que foi reforçado pelas reformulações políticas de Fernando Henrique Cardoso, ficou marcado pela redução dos setores dos bens de capitais e dos bens de consumo duráveis, que constituíam as maiores aplicações tecnológicas e os mais elevados níveis de encadeamento produtivo, enfraquecendo as possibilidades de um desenvolvimento econômico sustentado pela interação dos mercados internos. Com a nova onda de especulação financeira causada pela ancoragem cambial no final dos anos 1990, a capital estrangeiro passou a aumentar a sua desconfiança com a economia brasileira, o que acarretou a retomada da instabilidade, reduzindo mais ainda as expectativas positivas sobre desenvolvimento nacional. Para evitar a quebra generalizada da economia, o governo passou a

---

<sup>27</sup> Neoimperialismo se refere a política de dominação econômica, cultural, territorial e militar dos países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos periféricos.

<sup>28</sup> Mesmo existindo um certo grau de encadeamento entre os mercados internos, tal processo se realiza de forma concentrada, além de não ser o foco econômico dos grupos dominantes, os quais se focaram nos mercados externos e nos arranjos da economia financeira (FILGUEIRAS, 2006, p. 193).



adotar o *Tripé Macroeconômico* em 1999, que buscava a estabilização por meio do câmbio flutuante, das metas fiscais e das metas de inflação.

Colocado esses pontos de estrangulamento que foram incorporados à economia brasileiro durante os anos 1990, é válido destacar os seus efeitos nocivos sobre a demanda agregada. A depreciação do trabalho, a desindustrialização e a instabilidades externas brasileira, que, em linhas gerais, forma condicionadas pelas medidas estabilizantes, impactaram negativamente na capacidade de consumo dos indivíduos, que já era restringida pela hiperinflação dos anos anteriores ao Plano Real. Formou-se assim uma estrutura macroeconômica internamente fragilizada, onde o mercado interno e, conseqüentemente, o consumo dos brasileiros passaram a desempenhar um papel secundário em relação às dinâmicas externas da economia – ligadas ao capital financeiro internacional e a exportação das *commodities*.

### 3.2 CONTINUIDADE E RUPTURA NO GOVERNO LULA

No ano de 2003 Luiz Inácio “Lula” da Silva assumiu a presidência utilizando-se de um discurso alinhado aos sindicatos e à classe trabalhadora. Mas, na prática, seus posicionamentos se mostraram extensivos e até mesmo contraditórios, marcando – em alguns aspectos – uma continuidade das medidas adotadas pelo seu predecessor, o que favoreceu, em algumas instâncias, os interesses do empresariado e dos especuladores. Apesar desses contrastes, seu governo sempre é lembrado pelos avanços conquistados na redução da extrema pobreza<sup>29</sup>, tornando marcantes algumas políticas que foram adotadas ao longo de seus mandatos.

Dentre as políticas de maior efeito sobre a renda agregada destaca-se a valorização do Salário Mínimo<sup>30</sup> e, em menor grau, a implementação do Programa Bolsa Família<sup>31</sup>. A primeira medida, que passou a ser implementada a partir de 2005, conjuntamente com algumas propostas para melhor regularizar o mercado de trabalho, foi importante para o asseguramento dos salários, reduzindo os níveis de pobreza e melhorando as relações de produção no Brasil.

Krein, Santos e Nunes (2012) mostram o mercado de trabalho brasileiro no período Lula sobre a ótica das políticas adotadas entre 2003 e 2010. Dentre as medidas de regularização

---

<sup>29</sup> A métrica estabelecida pelo Banco Mundial em 2018 considera que um indivíduo é extremamente pobre se ele possui uma renda diária inferior a US\$ 1,90, valor que considera a insuficiência da subsistência.

<sup>30</sup> O reajuste salarial foi maior do que inflação no período, fazendo que os salários reais se valorizassem frente aos preços.

<sup>31</sup> O Programa Bolsa Família passou a proporcionar transferências de renda de forma condicionada, sendo que as famílias que cumprirem os requisitos estabelecidos (no campo da saúde e da educação), podem receber os benefícios. Tal medida foi fundamental para a asseguarção da renda dos mais vulneráveis.

destaca-se, além da política de valorização do Salário Mínimo, a proteção ao microempreendedor, com a criação do Microempreendedor Individual (MEI), a ampliação do seguro desemprego e a criação de novas regras para os estágios profissionais<sup>32</sup>.

Para complementar a renda dos trabalhadores (e também dos não trabalhadores) que possuíam rendas familiares *per capita* abaixo da linha da pobreza<sup>33</sup>, segundo os critérios adotados pelo CadÚnico<sup>34</sup>, o governo Lula adotou ainda em 2003 o Programa Bolsa Família. O programa tinha como objetivos centrais a amenização da pobreza no curto prazo, por meio da transferência de renda direta, e no Longo Prazo, com condicionalidades na área da saúde e da educação. Além desses fatores intrínsecos, o Bolsa Família contava com programas complementares de capacitação profissional. Gerou-se com isto muitos resultados positivos, principalmente com a redução da pobreza, da extrema pobreza, da desigualdade social e do trabalho infantil, como muitos autores já concluíram<sup>35</sup>.

Além dos avanços sociais, o Programa Bolsa Família também trouxe resultados positivos para o crescimento econômico do período. Segundo Neri, Vaz e Souza (2013), no ano de 2009 o efeito multiplicador das transferências do Bolsa Família sobre o PIB foi de 1,78, sendo o maior dentre as sete transferências selecionadas no Estudo (Benefício de Prestação continuada, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Aposentadorias e FGTS). Isto significa que se ocorrer um gasto de R\$ 1,00 a mais do PIB no PBF, este aumentaria proporcionalmente em R\$1,78, o que mostra que os valores transferidos pelo programa impactam positivamente na atividade econômica do país.

Nesse mesmo estudo é mostrado que o multiplicador dos gastos na transferência do Bolsa Família é de 1,98, ou seja, o programa quase que duplica o poder de consumo da renda dos mais pobres em seus efeitos agregados. Convergindo com essas implicações, é possível notar um aumento síncrono entre o consumo e o investimento no período. Sicsú (2019, p. 139) expõe em seu estudo que o aumento dos investimentos (74,3%) superou a elevação do nível de consumo (48,2%) entre 2006 e 2010, mostrando que o destacado crescimento econômico do

---

<sup>32</sup> Por outro lado, os autores deixam claro que, mesmo com a aplicação das regularizações trabalhistas, o governo Lula deixou brechas para a adoção de medidas de flexibilização no mercado de trabalho. Apesar dessas divergências quanto às medidas adotadas, os resultados foram favoráveis durante o governo Lula, principalmente entre 2006 e 2010, quando houve uma maior formalização dos empregos e uma redução no número total de desempregados (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012, p. 22).

<sup>33</sup> A linha pobreza é a demarcação que separa os indivíduos pobres dos não-pobres. Para o Banco Mundial, uma pessoa é pobre se ela possuir menos de US\$ 5,50 ao dia para gastar.

<sup>34</sup> CadÚnico é o sistema unificado de cadastramento do governo federal. As famílias se cadastram no CadÚnico, informando suas situações socioeconômicas, para poderem participar dos programas sociais. Se o perfil situacional da família atender os critérios programáticos, esta passa a receber um benefício social proporcional ao seu grau de vulnerabilidade.

<sup>35</sup> Ver Soares e Sátyro (2009), Cacciamali, Tatei e Batista (2010), Rocha (2011) e Neri, Vaz e Souza (2013)

período seguiu uma combinação entre a demanda interna e demanda externa, apoiando-se no aumento da renda das massas consumidoras no Brasil e no sequenciamento das exportações. O autor coloca que esse aumento conjunto se deu pelas demandas reprimidas nos anos anteriores, tanto dos produtores como dos consumidores.

Tal dinamização dos gastos das famílias e das inversões produtivas, as quais, segundo a linha keynesiana, dependem das expectativas, do comportamento presente e futuro dos consumidores e da capacidade de financiamento para a formação do capital fixo, seguiam uma característica peculiar nos anos 2000. Sicsú (2019) ressalta que além do incremento da renda real, destaca-se também no período a expansão do crédito popular – posição que passou a destacar o crédito imobiliário a partir da criação do *Programa Minha Casa, Minha Vida*<sup>36</sup> em 2009. De tal modo, o governo Lula adotou um posicionamento monetário expansionista em seu segundo mandato, favorecendo uma ampliação do consumo baseada parcialmente no endividamento das famílias, principalmente quando se observa a aquisição de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis.

Contra-argumentando os críticos desse processo de endividamento, que afirmam que o acúmulo de dívidas torna a demanda insustentável no médio prazo, Sicsú (2019) mostra que apesar do aumento das aquisições de dívida via crédito entre 2006 e 2016, a capacidade de pagamento (que ele chama de “comprometimento da renda no pagamento da dívida”) permaneceu estável, com baixas elevações. Essa regularidade foi garantida pelo aumento da renda real, pois a capacidade de quitação da dívida é medida pelo montante das dívidas sobre a renda total das famílias. Se o denominador se elevar em proporções parecidas com o incremento no numerador, o resultado tende a permanecer estável.

Observando o crescimento do produto e o provável efeito multiplicador dos ganhos reais de renda, é possível notar que a estabilização da demanda agregada, que é fruto da combinação da expansão dos créditos com a valorização dos rendimentos, supostamente colaborou com os resultados socioeconômicos positivos ao longo do governo Lula – seguindo-se o PDE. Essa hipótese fica mais clara quando Sicsú (2019) expõe a série histórica dos investimentos privados, deixando evidente que essa variável seguiu oscilações instáveis ao longo do tempo, principalmente após 2009. Porém, ao resgatar o argumento da necessidade de harmonia entre as demandas e os investimentos, o autor afirma que o Estado teve um papel fundamental no crescimento para além das políticas de renda, atuando diretamente como empreendedor através

---

<sup>36</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida foi criado em 2009, tendo como intuito subsidiar a aquisição de imóveis para as famílias de baixa renda e facilitar o acesso ao crédito imobiliário.

das iniciativas de investimento público<sup>37</sup>. De forma geral, é possível observar, por meio dessa conjuntura, uma retomada do modelo de crescimento baseado na maior atuação estatal e no consumo massivo das famílias brasileiras, apoiando-se na

[...]estratégia do alto consumo de Minsky. É muito conhecida a interpretação minskiana sobre a crise financeira norte-americana a partir da hipótese da instabilidade financeira. A crise de 2008-09 corroborou a hipótese de Minsky, mas mais do que isso deve ser observado. No caso brasileiro, comprovou a correção da estratégia alternativa do alto consumo: mostrou a volatilidade do investimento e a estabilidade do consumo das famílias (SICSÚ, 2019, p. 140).

É importante ressaltar que o baixo impacto da crise no Brasil, durante as suas fases iniciais de difusão, fez com que país se destacasse no cenário internacional entre 2008 e 2009. Para isso, foi essencial as medidas anticíclicas de cunho keynesiano, que, como já falado, sustentou o consumo e o investimento público durante a fase de altas incertezas, o que possivelmente garantiu um crescimento de 7,5% no ano de 2010 (dados do IBGE). Porém, tais ações não perduraram no tempo, em razão de que uma série de pressões fez com o governo revertesse sua posição expansionista para uma contracionista, posto que passou a se objetivar a regularização das contas públicas e o controle inflacionário. Indo nessa direção, foram limitados os gastos do Estado, o que implicou na redução dos investimentos públicos. Como o diagnóstico do aumento dos preços generalizados deduzia que o excesso de demanda era o fator causador de tal problema, optou-se pela elevação da taxa de juros básica. A adoção de tais políticas impossibilitou a continuidade do modelo de crescimento baseado nas medidas contracíclicas.

Sobre a expansão da taxa de juros, é notável que seu impacto não se limita apenas no lado da demanda agregada, restringindo, diretamente, o consumo via crédito e piorando o endividamento privado (via elevação das taxas pós-fixadas) e público (por conta da indexação dos compromissos dos títulos de dívida com a taxa SELIC). Do lado da oferta agregada, o aumento dos juros básicos afetou a capacidade de negociação dos empresários com os credores dos organismos financeiros, desencadeando uma série de restrições à atividade econômica. Cano (2012) deixa claro essa questão em seu texto, mostrando, conjuntamente, que existem outros fatores que também podem desestimular a produção nacional, como: a taxa de câmbio excessivamente valorizada, a abertura comercial desregrada e o investimento estrangeiro especulativo – o que já foi destacado para os anos 1990. Quando observados os percursos tomados pela economia brasileira na história recente, é possível ver que as condições apontadas anteriormente pressionam um processo de desindustrialização desde meados dos anos 1980,

---

<sup>37</sup> O Programa de Aceleração Econômica (PAC), lançado em janeiro de 2007, foi essencial para dinamizar o crescimento econômico brasileiro, utilizando-se de investimentos públicos diretos em infraestrutura, saneamento, transporte, energias e outros pontos estratégicos.

dando lugar às atividades do setor de serviços, à agropecuária, ao setor extrativo e aos negócios financeiros e imobiliários (CANO, 2012, p. 835).

Esses fatores estão intrinsecamente vinculados às disparidades econômicas observadas entre as diferentes regiões brasileiras. A desigualdade produtiva entre as diferentes localidades é uma marca do próprio processo histórico de formação do país<sup>38</sup>, visto que as macrorregiões Norte e Nordeste se posicionam desde o século XVIII de forma subordinada às outras, seja por conta da logística produtiva desbalanceada ou pela existência de uma concentração industrial em torno do Sudeste e do Sul. Levando essas fragilidades em consideração, apesar da crítica quanto a posição do governo Lula no que diz respeito às mudanças estruturais no país, este, desde seu início, esboçou uma preocupação fundamental com a questão da integração nacional e com o combate das desigualdades regionais.

Gumiero (2014) mostra que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), apresentada por Lula, visava dar uma atenção maior para as condições sociais e econômicas das regiões Norte e Nordeste, sobretudo através do combate à pobreza e à extrema pobreza nestas macrorregiões – destaca-se aqui a importância do Bolsa Família nestes objetivos de governo. Todavia, Gumiero (2014) observa que em comparação a outros projetos anteriores voltados para o desenvolvimento regional (SUDENE e GTDN), o PNDR não avançou muito nas questões de infraestrutura e de industrialização no Norte e, principalmente, no Nordeste. É importante observar, a partir da conjuntura do período, que as preferências produtivas, centradas nos bens e serviços, produzidos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, moldaram a economias do Norte e do Nordeste, visto a existência de dependências produtivas entre as macrorregiões, imputando nacionalmente uma economia pouco industrializada e focada no setor das exportações agropecuárias.

Visto a desigualdade regional e a fraca integração nacional das indústrias, é posto que a fragilização industrial no território brasileiro ao longo dos anos 2000 se deve principalmente pela recente intensificação da economia manufatureira chinesa, a qual modificou a estrutura da divisão internacional do trabalho. Isto reafirmou a posição agroexportadora do Brasil, pois os

---

<sup>38</sup> Furtado (2005), mostra ao longo de sua obra, Formação Econômica do Brasil, que o desenrolar econômico na colônia operou por meio dos ciclos produtivos. Em resumo, é possível dividir as principais fases da economia do período em três. A primeira é a etapa do açúcar no Nordeste, sequenciado pela fase do ouro em Minas Gerais, encerrando-se com o ciclo cafeeiro no final do século XIX. É interessante notar que, quando o autor apresenta o sequenciamento dessas etapas produtivas, é mostrado as alocações dos centros econômicos dentro do território brasileiro. No momento inicial da colonização as atividades se concentravam no litoral nordestino, sendo que após a queda do açúcar (como atividade central) o centro econômico foi internalizado para o Sudeste brasileiro, trazendo consigo todo o aparato organizacional. Tal deslocamento representa um tratamento desigual das regiões nacionais, o que marca a acumulação dos centros das decisões nas regiões Sudeste e Sul (em certo nível), beneficiando-as em paralelo com a periferação das outras regiões, especialmente o Norte e o Nordeste.

bens industriais baratos produzidos na China reduziram a capacidade de competição dos produtos manufaturados nos países periféricos, conforme aponta Cano (2012).

No entanto, quando se analisa a composição industrial brasileira entre 2003 e 2010, é possível notar uma elevada concentração daquelas indústrias intensivas em recursos naturais. Logo, a indústria nacional se estagnou nos baixos recursos tecnológicos e na subordinação com os setores extrativo e agrícola, condições estas que estão fortemente vinculados com a pauta exportadora – o que demonstra a existência de possíveis fragilidade no abastecimento da indústria nacional (DIEGUES, 2021, p. 689). Dado a desindustrialização intensiva no âmbito dos setores ricos em capitais tecnológicos, a provisão interna de bens duráveis passou a ser mais dependente das importações, indicando a baixa competitividade das indústrias nacionais frente às estrangeiras, o que está vinculado com a fuga de capitais produtivos, dando novas posições para ampliação do capital financeiro especulativo.

Com base na heterogeneidade produtiva setorial, a MDO passou a se alocar para os setores de menor produtividade, ou seja, aqueles não intensivos em tecnologia. Esta observação está atrelada a predominância do setor primário-exportador na condução da economia brasileira, dado que a conjuntura político-econômica do período continuava, de certa forma, propondo uma economia “voltada para fora”, saciando as demandas de *commodities* dos países mais desenvolvidos – por meio das exportações – e importando bens manufaturados de maior valor agregado, o que fragiliza o valor agregado produtivo e o consumo internalizado.

Os pontos observados mostram que a desindustrialização brasileira durante anos 2000 está associada às carências estruturais da economia. Simplificando o proposto, para se alcançar um crescimento economicamente sustentável no longo prazo, baseado na indústria nacional e no consumo das massas, é necessário contornar alguns obstáculos que diminuem a possibilidade de um desenvolvimento internamente estruturado. Neste escopo, as importações puderam desempenharam um duplo efeito nocivo, dado que, ao invés de produzir internamente os recursos demandados pela população, os padrões estabelecidos deixaram de lado a proposta de intensificar a industrialização brasileira via substituição de importações, ao mesmo tempo que a vazão do consumo fez com que a demanda agregada se enfraquecesse. Esses fatos, combinado com as controvérsias em termos de política econômica durante os anos 2000, faz surgir o questionamento se o governo Lula foi desenvolvimentista, sendo que alguns autores, como Queiróz Neto (2015), Scoralich (2011) e Jesus (2016), até conciliam suas ações com as práticas da cartilha neoliberal

Sabendo que existe possibilidade de divergência entre o posicionamento político dos governantes, Teixeira e Pinto (2012) afirmam que o governo Lula, em seu primeiro mandato,

apesar de se apresentar como uma alternativa às propostas dos governos anteriores, deu continuidade às principais medidas macroeconômicas de Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se, nesse ponto, a permanência de uma política fiscal reducionista, visando, sobretudo, a manutenção do superávit das contas públicas para reduzir o peso das dívidas. O que consolida esse posicionamento de Lula é o temor de uma fuga massiva de capitais, reforçando o modelo da “dependência-associada” de seu antecessor, além das preocupações quanto à crise cambial e à inflação. No campo das políticas macroeconômicas, o que mais reforça a continuidade entre os governos é a conservação do Tripé Macroeconômico. Contudo, no segundo mandato de Lula houve algumas rupturas com as medidas restritivas-estabilizadoras. A partir de 2006 o BNDES expandiu sua atuação, as políticas de renda foram ampliadas e o investimento público passou a ser mais incisivo. As políticas adotadas após a crise de 2008, que possuíam aspectos contracíclicos, reforçaram os movimentos expansionistas.

Os altos patamares dos juros observados durante o governo Lula são essenciais para definir os posicionamentos macroeconômicos adotados nos anos 2000. As justificativas dos tomadores de decisões iam de encontro com as velhas práticas de estabilização, afirmando-se a necessidade elevar as taxas para controlar a expansão inflacionária, o que era uma contradição. Tal aumento encareceu os valores de quitação dos títulos públicos, ampliando o denotado problema da dívida, questão que, segundo os próprios ortodoxos, acabava por dificultar o processo de estabilização econômica. Contudo, o que havia de subtendido em tal política era o interesse dos grupos hegemônicos do “bloco no poder”, que respondiam às demandas da fração bancário-financeira. Para eles, o aumento da taxa de juros significava a valorização dos ativos financeiros ancorados à Taxa SELIC, possibilitou maiores especulações sobre esses meios, gerando novas rodadas de instabilidade na conjuntura macroeconômica do período (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 926).

Atribuindo as contradições econômicas do governo Lula às políticas fiscais, Curado (2011) observa que a tributação manteve seu caráter regressivo, pois “no plano fiscal, a tão prometida reforma tributária não saiu do papel, sendo mantida uma pesada e arcaica estrutura tributária”, caracterizando um verdadeiro paradoxo em termos de aplicação política durante o governo Lula (CURADO, 2011, p. 96). As possíveis incongruências detectadas pela literatura econômica podem estar atreladas às tentativas de obter um apoio amplo da sociedade, ora favorecendo os grupos dominantes, ora tomando medida a favor do subproletariado.

Além dos impasses envolvendo a burguesia rentista, destaca-se também, no período, a ascensão dos poderes econômico e político da classe exportadora de *commodities* sob a conjuntura favorável do mercado internacional (*boom* de *commodities* entre 2004 e 2008).

Teixeira e Pinto (2012, p. 928) mostram que durante o primeiro e o segundo mandato de Lula (seguindo a tendência do final dos anos 1990) os lucros dos setores produtivos se concentraram na indústria de *commodities* e no agronegócio. Conseqüentemente, como a economia dos anos 2000 ainda era marcada pela alta dependência dos movimentos dos mercados externos, qualquer quebra das demandas pelas exportações de *commodities* no cenário internacional desencadearia a deterioração das estruturas produtivas internas. De certa forma, isso aconteceu com o esgotamento relativo das demandas chinesas no final da década de 2000. Se não fossem as medidas contracíclicas após 2008, os impactos negativos na economia brasileira seriam muito mais profundos.

De fato, analisar os aspectos políticos das duas últimas décadas não é uma tarefa trivial, o que exige um grande esforço para revisar a literatura que estuda o período. Autores divergem sobre a posição do governo quanto à cartilha neoliberal em vigor desde a década de 1980. Paulani (2017), indo na contramão dos que defendem a existência de progressismo durante os governos do PT, afirma que os aspectos centrais do primeiro mandato de Lula apontavam para um neoliberalismo aplicado. A autora cita três características que a permitiram chegar a essa conclusão, indo de acordo com o que já foi exposto aqui nos parágrafos anteriores. Em primeiro lugar, percebe-se que o Brasil se transformou em uma plataforma de valorização do capital financeiro especulativo internacional, o que é observado quando a posição dos juros brasileiros se destaca frente aos outros países (sejam desenvolvidos ou subdesenvolvidos). O segundo ponto referenciado diz respeito à posição das políticas econômicas, que, segundo Paulani (2017), foram muito mais favoráveis ao lado da oferta agregada do que da demanda, mesmo com a consolidação das políticas de redistribuição de renda – um posicionamento típico dos governos neoliberais. Por fim, diz-se que as medidas de cunho social adotadas pelo Estado foram insuficientes perante a extrema pobreza e a marcante desigualdade, ficando mais caracterizadas como políticas compensatórias superficiais, que já eram aplicadas pelos liberais na década de 1990 (PAULANI, 2017, p. 70).

### 3.3 DESENVOLVIMENTO E INSTABILIDADES NO GOVERNO DILMA

Assim como para o governo Lula, a literatura também aponta as inconsistências nas políticas econômicas do governo Dilma, marcando, de modo geral, uma espécie de dualidade entre as práticas heterodoxas e as ortodoxas. Em um primeiro momento, Dilma se deparou com a desaceleração econômica que havia se iniciado em 2010, conjuntura que exigia uma resposta concisa do por parte das políticas econômicas. Visando intensificar os processos adotados por



Lula em seu segundo mandato, Dilma lançou em 2011 o Plano Brasil Maior. O programa, que era categorizado por muitos como a parte essencial da denominada “Nova Matriz Econômica” do governo, tinha como objetivo retomar o crescimento da economia brasileira por meio de políticas expansionistas. Dentre as medidas adotadas destacam-se a redução da taxa de juros, a expansão da atuação do BNDES, o controle da entrada de capitais, a reforma dos setores energéticos, a desoneração das folhas de pagamento, o Programa de Investimento em Logística (PIL) e o apoio a obras de infraestrutura (SINGER, 2015, p. 43-45).

Em suas vias gerais, as propostas macroeconômicas do governo Dilma (em seu primeiro mandato) usavam o protecionismo e os incentivos econômicos como meio de estimular o investimento privado e, conseqüentemente, a oferta agregada no país. Entre 2011 e 2013, a política fiscal brasileira se pautava na renúncia fiscal e na concessão de subsídios para o estimular a atividade econômica, tendo em mente, nesse primeiro momento, a reintrodução do processo de industrialização no Brasil.

Complementarmente, é possível observar que o Estado também atuou por meio da regularização ativa no controle dos preços administrados, focando-se nos combustíveis e na energia elétrica por intermédio da Petrobras e da Eletrobras, o que possibilitou um barateamento dos custos produtivos e o controle parcial da inflação. Dentre as diversas medidas tomadas ao longo dos primeiros anos do governo Dilma, o destaque pode ser dado para as sequências de reduções na taxa SELIC, que por um lado ia de acordo com as propostas “desenvolvimentistas”<sup>39</sup>, saindo da lógica do Tripé Macroeconômico, e por outro gerava perda de apoio e aumento da pressão política por parte do setor bancário-financeiro (MELLO; ROSSI, 2017, p. 20).

Outra medida importante, adotada durante o governo Dilma, que está mais relacionada com a questão da inclusão econômica de grupos marginalizados, é a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Tal medida se apoia na ideia de que desigualdade no Brasil é multifacetada, sendo que as diferenças raciais, que se arrastam desde o período da escravidão, ainda é um problema nos dias de hoje. Conforme o afirmado por Osorio (2021), apesar de a desigualdade racial ter caído a partir dos anos 2000, os indicadores ainda são altos, tanto que, se a renda dos brancos e negros fossem iguais nos últimos anos, a desigualdade de renda total seria 11% menor no Brasil. Esse fato está relacionado com as características da pobreza no país,

---

<sup>39</sup> Como Singer (2015) comenta em seu texto, o governo Dilma não pode ser classificado como inteiramente desenvolvimentista, pois esse caráter ficou meio obscuro diante das contradições decorrentes das mudanças repentinas de posicionamento. Assim, é válido dizer que o que aconteceu de fato durante 2011 e 2013 foi um “ensaio desenvolvimentista”.

visto que a concentração de negros entre os pobres se deu em torno de 35% neste período (desde a década de 1980 a renda *per capita* domiciliar dos brancos tendem a ser mais que o dobro quando comparada com os negros). Logo, a proposta da Lei de Cotas também buscou minimizar esses impasses e replanejar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, dando maiores oportunidades aos desfavorecidos e, posteriormente, consolidando uma estrutura produtiva (composta por trabalho e consumo) mais inclusiva do ponto de vista racial.

Sob a ótica macroeconômica da inclusão em seus níveis produtivos, é visto que as discordâncias dos setores da economia com o governo Dilma se acentuaram a partir do momento em que as medidas desenvolvimentistas não surtiram o efeito esperado no crescimento do PIB e no investimento privado, o que gerou um sentimento de aversão generalizada, inclusive nos segmentos industriais – para onde as medidas eram voltadas. Mello e Rossi (2017, p. 2) afirmam que a principal falha do modelo aplicado foi a não execução de transformações estruturais, visto que não se visou suficientemente um processo de modernização das condições produtivas e não se alocou a MDO disponível para os setores de maiores produtividades (os mais tecnológicos). O que vigorou foi a continuidade de uma estrutura industrial altamente dependente, refém das importações e das especulações financeiras, que tendiam a pressionar por um câmbio sobrevalorizado e juros elevados, condições essas que dificultaram o processo de investimento nas indústrias, principalmente após o segundo semestre de 2013, quando Dilma cedeu às pressões do setor financeiro-bancário e elevou a taxa SELIC (MELLO; ROSSI, 2017, p. 24).

Como indica a literatura, 2013 foi o ano do rompimento de Dilma com seu ensaio desenvolvimentista. Para tentar retomar o apoio das classes dominantes, Dilma reverteu seu posicionamento, saltando da heterodoxia para a ortodoxia. Além das manobras monetárias (entre as quais se encaixa a elevação da taxa de juros básica), o governo passou a dar uma maior atenção com o equilíbrio fiscal, retomando o Tripé Macroeconômico como diretriz central na condução das políticas monetárias, fiscais e cambiais. Mello e Rossi (2017, p. 26) observam que o novo comportamento do Estado foi de encontro com as propostas dos neoliberais brasileiros na década 1990, pois se adotava, a partir de 2013 e 2014, medidas de estabilização, como a redução parcial dos gastos públicos e a centralização da inflação como um problema macroeconômico. Contudo, a austeridade adotada por Dilma não obteve sucesso. A deterioração fiscal se acentuou, assim como o endividamento e a inflação, conforme o mostrado por Mello e Rossi (2017, p. 31).

É importante ressaltar que foi a pressão político-social que condicionou a mudança de posicionamento do governo Dilma – o que ocorreu com mais ênfase durante o seu segundo

mandato, principalmente após 2015 (com a entrada de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda) –, o que foi caracterizado pela formação da “frente única burguesa”, segundo a denominação de Singer (2015). Tal coalizão reunia os diferentes setores econômicos da sociedade, os quais eram liderados pelo segmento financeiro-bancário, tendo como intuito formar um bloco de pressão contra as medidas supostamente intervencionistas da presidente Dilma – ideologia tipicamente neoliberal que era difundida até pela grande mídia. Além dessas especificações, a oposição ao governo começou a se difundir pela sociedade civil, o que ficou caracterizado com as manifestações de junho de 2013 e com o apelo midiático da Operação Lava Jato<sup>40</sup> a partir de 2014.

Conforme as observações de Singer (2015), dentre as camadas sociais envolvidas na oposição à Dilma, destaca-se a classe média, uma vez que esse segmento se via ameaçado com movimento de aproximação das camadas de renda inferior e, simultaneamente, com o seu distanciamento do topo da distribuição de renda<sup>41</sup>, além de terem suas capacidades de consumo ameaçadas pela inflação do período. A conclusão do somatório desses grupos de pressão, frente às instabilidades políticas e econômicas, foi a emergência do *Impeachment* da presidente Dilma como uma possibilidade de retomar a estabilidade no Brasil – instrumento esse usado pelos grupos dominantes para consolidar e justificar as futuras reformas neoliberais após 2016<sup>42</sup> (PINTO *et al.*, 2016, p. 30).

Juntamente com o agronegócio, as indústrias estavam alinhadas com a frente única burguesa – posição que ficou mais clara com a postura ativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) durante as manifestações de 2013. Isto mostrava, de certa forma, o poder de persuasão da ideologia neoliberal do setor financeiro-bancário sobre os setores produtivos, visto que as medidas expansionistas adotadas entre 2011 e 2012, que eram apontadas como condutas intervencionistas prejudiciais à confiança do empresariado, tinham como metas estimular a indústria nacional e incentivar o investimento privado.

O novo posicionamento dos industriários quanto às práticas do governo podem ser explicado também pela insuficiência dos resultados alcançados pelo Plano Brasil Maior, pois o investimento não foi dinamizado conforme o esperado e a utilização da capacidade instalada

---

<sup>40</sup> Operação Lava Jato foi o nome dado ao conjunto de investigações que se instaurou no Brasil entre 2014 e 2021, ligadas aos esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro nas instituições públicas e privadas.

<sup>41</sup> Pinto *et al.* (2016) afirmam que durante os anos anteriores à crise econômica e política que se instaurou entre 2014 e 2016, o crescimento econômico beneficiou as camadas de renda mais baixas (o que explica a redução da extrema pobreza no período e a chamada “ascensão da classe C”) e as mais altas (benefícios advindos dos setores financeiros e do agronegócio), o que pressionou as camadas médias relativamente para baixo.

<sup>42</sup> A acusação que Dilma respondeu durante seu processo de impedimento se baseou na chamada “pelada fiscal”. Logo, usando isso como argumento, a instituição neoliberal de 2016 reforçou a pauta do equilíbrio fiscal como um dogma econômico.

seguiu a tendência de queda, colocando o setor industrial em uma posição mais defensiva, retirando parte dos seus recursos da produção e alocando-os em investimentos financeiros – o que também pode explicar os alinhamentos das indústrias com as pautas do setor financeiro-bancário após 2012 (LOURENÇO NETO, 2021, p. 502). Ao observar as escassas respostas do investimento agregado frente às políticas pró-indústria no início do governo Dilma, Lourenço Neto (2021) argumenta que fatores estruturais e conjunturais, como o aumento da capacidade ociosa, a desaceleração do consumo das famílias e o câmbio insuficientemente desvalorizado, foram responsáveis por limitarem o investimento industrial no início da década de 2010.

Por outro lado, apesar de o Plano Brasil Maior não ter sido inteiramente eficaz no estímulo à produção, o mesmo gerou resultados positivos para manutenção das baixas taxas de desemprego e para manutenção da inflação nas metas estipuladas – até meados de 2014 –, conforme o afirmado Mello e Rossi (2017, p. 23). Contudo, a estabilidade do emprego foi ameaçada pelo posicionamento ortodoxos dos industriários (em apoio à fração financeira que era dominante dentro do bloco de poder), que passaram a pressionar para flexibilização do emprego formal<sup>43</sup>. Instaurou-se assim um ambiente de conflitos distributivos entre os empregadores e os trabalhadores, o que explica o crescente número de greves trabalhistas após 2012 – informações essas que podem ser observadas no trabalho de Barros (2021, p. 97). Dados apresentados por Cacciamali e Tatei (2016), mostram que o peso das relações produtivas conflituosas se pendeu desfavoravelmente para o lado dos trabalhadores. A partir daí ocorreu, entre 2012 e 2013, uma desaceleração conjunta do crescimento do emprego (principalmente na indústria e na construção civil) e dos rendimentos do trabalho, ao mesmo tempo em que se observou um aumento significativo de trabalhadores autônomos, o que representou uma quebra na redução da formalidade – modalidade que tinha ganhado espaço no Brasil desde os anos 2000.

O rompimento com a dinâmica positiva do emprego e da renda do trabalhador indica uma provável fragilidade na capacidade de consumo das massas, instaurando-se uma das possíveis causas que contribuíram com a desaceleração da demanda agregada entre 2013 e 2014. Lourenço Neto (2021), ao comparar os ciclos de consumo entre os governos Lula e Dilma, traz a hipótese do esgotamento do modelo de consumo baseado no endividamento, processo que, segundo o autor, fomentou a desaceleração econômica e elevou o índice de endividamento (medido pela razão entre o valor total das dívidas e o PIB do período). Complementarmente, agravando essa fragilidade, a elevação da taxa de juros no período

---

<sup>43</sup> Singer (2015, p. 56) mostra que a própria Confederação Nacional das Indústrias (CNI) em dezembro de 2012 lança um documento sugerindo a flexibilização da CLT.

encareceu a tomada de empréstimos, desestimulando a demanda por crédito. Logo, para retomar o consumo via endividamento, seria necessário adotar políticas de barateamento do crédito e facilitar a negociação das dívidas já existentes, o que seria inviável de acordo com o posicionamento ortodoxo do governo após 2013.

Complementando as questões políticas e econômicas que indicam explicações para a crise instaurada no Brasil entre 2014 e 2016, que já foram tratados nos parágrafos anteriores, existem também algumas fragilidades externas que podem ajudar na compreensão de tal fenômeno. Após o desenrolar da crise 2008, a dependência das economias periféricas com as economias centrais mostrou de forma explícita as fragilidades do modelo neoliberal de organização produtiva global. O Brasil, que até então apoiava seu crescimento econômico principalmente sobre o cenário que favoreceu os preços das exportações primárias, se deparou com o fim do *boom* de *commodities*, o que deflagrou uma série de desestruturas na economia brasileira, facilitando o processo de desaceleração nos primeiros anos da década de 2010.

Porém, ao invés de se direcionar no caminho do desenvolvimento e da maior independência externa, a posição contracionista do segundo mandato do governo Dilma intensificou as amarras da dependência, o que é característico nas recomendações do capital financeiro internacional. Indo nessa direção, Pinto *et al.* (2016, p. 34) mostram o alargamento das práticas dependentistas durante 2015, colocando em evidência o aumento das negociações (aquisições e fusões) de empresas nacionais com o capital estrangeiro. Acentua-se dessa forma a desnacionalização da economia brasileira, em que se destacam a atuação dos bancos privados e de outras instituições financeiras estrangeiras nas negociações apresentadas.

Além desses fatores mais diretos, é possível notar que o movimento da acumulação divisas, que até então se debruçava sobre as receitas advindas das exportações de *commodities* e sobre a entrada de capital estrangeiro direto, passou a se enfraquecer durante o governo Dilma, principalmente em 2014 – quando a reversão da liquidez internacional e a retração dos preços das *commodities* se tornaram mais evidentes. Dessa forma, as fragilidades da dependência externa vieram à superfície mais uma vez, visto que a alta nos preços dos produtos primários, que são exportados geralmente por países periféricos, acentuou a especulação e financeirização (e, conseqüentemente, a instabilidade) nesses países. Seguindo a afirmação colocada por Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2017), a expressiva vulnerabilidade externa brasileira está associada ao diferencial dos estoques de ativos e passivos, sendo desde os anos 2000 a série histórica dos balanços de pagamento aponta um desnivelamento desfavorável, com os passivos superando os ativos, fato que ficou mais evidente após a crise global de 2008. Porém, mesmo que a situação de vulnerabilidade tenha se deteriorado em 2015, com o aumento da dívida bruta,

os resultados foram menos agressivos do que em 2002, o que pode ser um indicativo de que os problemas enfrentados com a crise no governo Dilma estavam mais associados a fatores estruturais internos do que com as movimentações externas no período (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2017, p. 28).

### 3.4 NEOLIBERALISMO CONTRACIONISTA NO GOVERNO TEMER

Em agosto de 2016, em meio às pressões políticas e às crises instauradas, o processo de *Impeachment* foi concluído, marcando a saída de Dilma da presidência da república, repassando o seu cargo para o seu vice, Michel Temer. O novo governo representou a cristalização do neoliberalismo no Brasil. O que já era uma realidade durante o segundo mandato de Dilma se intensificou com a tomada de Temer, pois, dentre as medidas aprofundadas, destaca-se a redução dos investimentos públicos, os cortes em recursos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho. A austeridade nas políticas econômicas atuou para saciar os desejos dos mercados, sobretudo o financeiro, visto que na conjuntura da crise existiu-se um apelo para liberalização mercadológica. A visão de que os salários são custos produtivos e, portanto, devem ser flexibilizados, se institucionalizou em 2017 com Reforma Trabalhista (instrumentalizada pela lei Nº 13.467), que trouxe uma série de medidas que beneficia mais os contratantes do que os contratados. Conforme afirma Teodoro (2020, p. 798), substituiu-se a intermediação da legalidade pelos acordos diretos, isto em um ambiente de negociações onde os trabalhadores possuem um menor poder de barganha em relação aos empregadores.

Conjuntamente com os regressos na regulamentação dos direitos trabalhistas, o governo Temer intensificou o diálogo com o setor financeiro-bancário, no Brasil e internacionalmente, alinhando os arranjos políticos com os interesses do capital globalizado. Como contrapartida deu-se a redução do papel do Estado na economia e o aumento da dependência externa (SILVA; BARBOSA, 2020, p. 4). A institucionalização do limite do poder econômico do Estado veio com a Emenda Constitucional Nº 95 (a promulgação do Teto de Gastos Públicos) em dezembro de 2016, o que acarretou a queda do investimento público, além de deteriorar os gastos destinados a atender as demandas sociais. O discurso que embasou tal política foi o da necessidade de se equilibrar as contas públicas para se estabelecer a confiança do empresariado, visando retomar o crescimento econômico por meio de novos investimentos após a estabilização. Outra medida adotada nesse sentido foi a priorização do pagamento da dívida pública frente aos outros gastos governamentais, o que é mais um sintoma da alta dependência da economia brasileira com o capital financeiro.

Oreiro e Paula (2019) observam a continuidade da crise após 2016, encontrando suas justificativas no contracionismo neoliberal que foi aprofundado por Temer, que, juntamente com as altas taxas de desemprego e subemprego, reforçou a quebra do ciclo econômico de crescimento baseado na expansão da demanda agregada. O desaquecimento da economia foi acentuado pelas políticas limitantes do consumo e do investimento, como a insuficiência na liquidez creditícia e o aumento da taxa de juros, o que também contribuiu para a conservação da desindustrialização no Brasil. Formava-se uma nova espiral contracionista, uma vez que as medidas restritivas tiraram a dinâmica da demanda agregada, gerando uma nova fase de recessão, com aumento do desemprego e desestímulo ao investimento (o que aprofundou os desequilíbrios macroeconômicos), gerando sucessivos ciclos de restrições. Ao se aplicar novas políticas contracionistas para estabilização da economia, esperava-se por melhorias na atividade econômica. Ignoravam-se as medidas contracíclicas robustas, marginalizando, dessa forma, o estímulo à demanda agregada em meio à estagnação da atividade produtiva. A redução do papel do Estado na atividade econômica, que em conjunto com o desemprego e com a contração dos investimentos ajudaram a reduzir a demanda agregada, foi justificada pela imposição moralista e pela centralização do mercado livre na ideologia neoliberal:

[...] a redução da participação do Estado na economia é automaticamente compensada pelo aumento da participação privada; como ainda a ideia de que a crise econômica brasileira é essencialmente um problema moral, ou seja, resultado da “gastança” dos governos anteriores e que agora precisa ser purgada. Nesse contexto, a recessão é vista como uma espécie de “mal necessário” para desinfecionar o organismo econômico brasileiro, e qualquer tentativa de acelerar “artificialmente” a recuperação cíclica irá apenas agravar os problemas da economia brasileira no futuro (OREIRO; PAULA, 2019, p. 23-24).

Com as argumentações revisadas até aqui, é possível notar que no Brasil os impasses políticos e econômicos apontam para uma estrutura de alta dependência externa, de subordinação do trabalhador aos lucros dos grandes capitalistas (por mais que existam alguns pontos de inflexão) e de relativo arcaísmo nos modos de produção, como é visto com a priorização do modelo de exportações primárias e com a tendência crescente da desindustrialização, fruto das ordenações da divisão internacional do trabalho. Tais fatores impossibilitam um desenvolvimento econômico socialmente sustentável, segundo os moldes da teoria keynesiana, pois a demanda agregada ficou restringida, seja ela do lado dos investimentos públicos e privados ou dos gastos das famílias. Nesta conjuntura o consumo tem um papel essencial para estimular a atividade produtiva. Porém, dado que o Brasil se destaca pelos seus altos níveis de concentração de renda e pela priorização das atividades de baixo valor agregado, o consumo potencial é constantemente inutilizado. Como essa variável é fundamental na dinâmica macroeconômica, é preciso estudá-la com maior profundidade.

Contudo, antes de analisar a dinâmica do consumo das famílias nos anos mais recentes, é importante se ter uma noção mais sólida do comportamento das principais variáveis macroeconômicas relacionadas ao consumo. Esse exercício aplicado permite se ter uma visão mais empírica dos fatos, embasando os possíveis processos que condicionaram o desempenho do consumo agregado brasileiro nos períodos estudados.

### 3.5 AS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS NO BRASIL

O Brasil é marcado pela pluralidade dos modos de condução econômica, o que é evidenciado pela instabilidade e pelas divergências de comportamento dos tomadores de decisões ao longo da história. Nisto está implícito a diversidade dos fatores conjunturais e políticos de cada período – o que torna complexa uma análise mais aprofundada no tema. Para se dimensionar melhor as questões apresentadas, é necessário fazer um recorte temporal dos fatos, atendendo o objetivo de se esboçar uma análise de embasamento e contextualização nos anos mais recentes da história do Brasil. Desta forma, é válido apresentar aqui o desempenho das principais variáveis macroeconômicas ao longo das décadas de 2000 e 2010, uma vez que esta temporalidade engloba a “pós-estabilização” no final dos anos 1990 e evidencia, em simultâneo, a dicotomia entre o “ensaio desenvolvimentista” e as inclinações contracionistas nos governos mais recentes, fatores cruciais para se entender o condicionamento político e econômico do consumo, do investimento e da distribuição da renda.

Como já visto ao longo deste trabalho, o consumo tem um papel fundamental dentro da teoria keynesiana. Segundo esta linha de pensamento, a demanda agregada age como um motor que impulsiona o investimento privado e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Desta forma, conforme o referencial apresentado, o desenvolvimento socioeconômico nos moldes keynesianos depende de como os recursos são distribuídos entre as classes da renda, dado que a teoria aponta para uma difusão menos concentradora, o que em tese maximizaria o consumo efetivo.

O Gráfico 1, que apresenta as variações mensais do Salário Mínimo real e a taxa de ocupação<sup>44</sup>, mostra que no ano de 2012 o percentual de ocupados beirava os 95%, enquanto o valor real do Salário Mínimo ficava em torno de R\$ 1.000,00. Porém, surge um ponto de inflexão entre 2013 e 2015, período que os salários passaram a se desacelerar e o desemprego

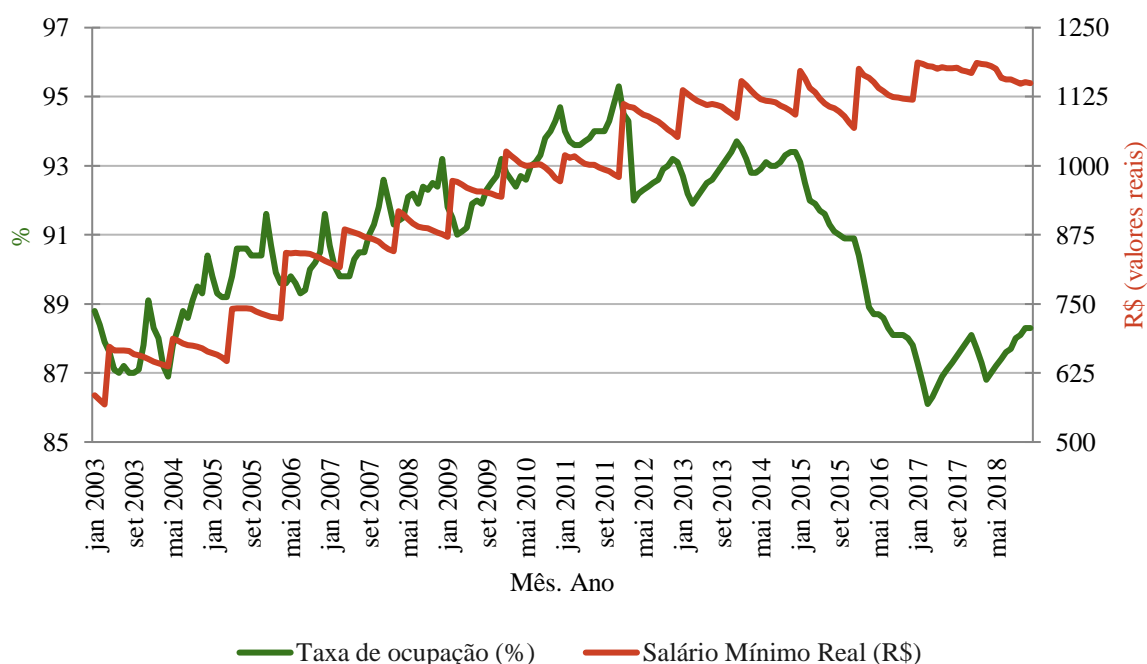
---

<sup>44</sup> Os dados referentes ao Salário Mínimo real (valores nominais descontado INPC mensal) foi retirado do IPEADATA (2022) enquanto os valores da taxa de ocupação foram extraídos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) – até dezembro de 2012 – e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



ganhou força. Como apontam os autores estudados, tal movimento possivelmente está associado a reversão de posicionamento no governo Dilma, que passou a adotar medidas mais austeras e optou pela redução do expansionismo político-econômico. No governo de consolidação neoliberal (Temer), é possível ver um comportamento oscilatório na taxa de ocupação entre 2017 e 2018, mas nunca ultrapassando os 89% de ocupação, sendo que o nível mais baixo de ocupação da série, durante a década de 2010, se deu em 2017 (86%). Por outro lado, o aumento dos rendimentos reais provindos do trabalho segue uma tendência de desaceleração – representada pela forma de curva logarítmica da série histórica. Isto fica evidente quando se observa uma oscilação dos valores reais em torno dos R\$ 1.170,00 entre 2017 e 2018.

Gráfico 1 - Taxa de ocupação e Salário Mínimo Real (valores mensais): 2003-2018



Fonte: Elaboração do autor com dados do IPEADATA (2022) e do IBGE (2022) (PME e PNAD Contínua).

Analisando o gráfico acima em paralelo com o referencial histórico apresentado, é possível verificar indícios de que as distinções no nível da renda entre as classes produtivas foram aprofundadas após no Brasil após 2015, pois, ao mesmo tempo em que o emprego e o salários reais sofriam restrições, o capital, principalmente o financeiro, ganhava mais espaço nas decisões políticas. Essa dinâmica converge com o fato de que, até o final do governo Lula e o começo do governo Dilma, o consumo das massas era um componente do modelo de desenvolvimento internalizado, posto que medidas como a expansão do salário mínimo e a

intensificação das transferências de renda possibilitaram a efetivação das demandas das famílias e, simultaneamente, reduziram as disparidades socioeconômicas entre os indivíduos – segundo a literatura revista.

Contudo, o consumo perdeu força com a reversão neoliberal que começou no final do governo Dilma e o começo do governo Temer, visto que de 2015 para 2016 o indicador de desigualdade se elevou de 0,519 para 0,533 (dados do Banco Mundial). A observada elevação do Índice de Gini, que alcançou 0,539 em 2018, possivelmente evidencia o abandono do expansionismo via dinamização do consumo. Como a renda passou a se concentrar com mais intensidade nas camadas mais elevadas da distribuição, aquelas que segundo a teoria keynesiana possuem as menores propensões ao consumo, o modelo de crescimento econômico via estímulos à demanda agregada provavelmente foi enfraquecido.

O impacto das restrições sobre o consumo das famílias afetou em diferentes níveis as formas de aquisição. A partir do relativo expansionismo nos anos 2000, que foi induzido pelas políticas de renda e pela conjuntura internacional do mercado de *commodities*, o consumo de bens duráveis se ampliou, formando um novo padrão de vida para as famílias brasileiras – fator que está fortemente associado com a redução da pobreza. Contudo, com as mudanças efetuadas entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma Rousseff, tal padrão foi desestruturado.

Vaz e Hoffman (2021) mostram que houve no Brasil uma tendência positiva no consumo das famílias entre 2004 e 2014, trazendo à tona uma maior diversificação nas despesas das classes pobres, visto que a conjuntura do período permitiu o saciamento de algumas das demandas que estavam reprimidas no grupo dos indivíduos mais vulneráveis. A redução da extrema pobreza durante o governo Lula, que segundo Curado (2011) passou de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009, permitiu uma maior igualdade no acesso a bens de consumo entre as classes de renda, principalmente nos bens de necessidades imediatas (alimentação, habitação e vestuário). Por outro lado, os dados apresentados por Vaz e Hoffman (2021) expõem que entre 2008 e 2017 os gastos totais permaneceram concentrados nos bens não duráveis, fato derivado da persistente desigualdade de renda, que, mesmo com os avanços sociais dos anos 2000, ainda mostravam um distanciamento extremo entre as camadas sociais – os 10% do topo da distribuição da renda familiar acumulavam cerca de 63% dos gastos totais enquanto os 50% mais pobres não possuíam nem 10% do consumo agregados, isso para o ano de 2017 (VAZ; HOFFMAN, 2021, p. 179).

Em concordância com os apontamentos para a influência dos fatores estruturais na fragilização do consumo, conforme apresentado pelos revisados no referencial histórico desta dissertação, é importante ressaltar aqui dois elementos essenciais que contribuíram para a

deterioração da demanda agregada: a inflação e a taxa de juros. O clássico diagnóstico das causas inflacionárias aponta para o excesso de demanda, afirmando-se que o aumento dos preços é resultado direto do superaquecimento econômico, que muitas vezes, segundo os pensadores mais ortodoxos, é decorrência do aumento dos gastos públicos e do desequilíbrio entre a produtividade do trabalho e os salários dos trabalhadores. Para amenizar a pressão inflacionária aumenta-se a taxa básica de juros, objetivando com isso o desestímulo à demanda. Todavia, quando o contracionismo monetário é realizado sob um cenário de fragilização econômica, forma-se um movimento regressivo continuado, visto que muitas vezes o real motivo de aumento dos preços está vinculado à insuficiência da oferta agregada, pois, como afirma Keynes, a demanda agregada é a chave para o estímulo produtivo e para o desenvolvimento econômico.

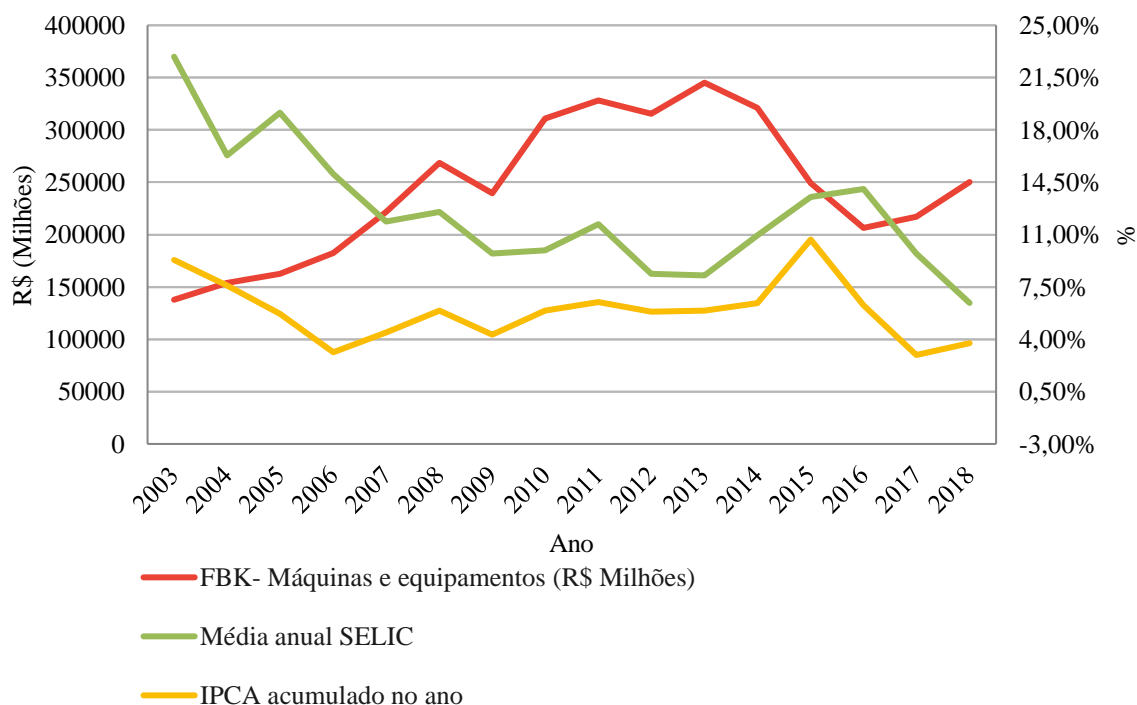
No caso do Brasil, a ineficiência das políticas contracionistas no combate da inflação pode ser observada quando se compara o movimento conjunto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a taxa SELIC. Em tese, os indicadores deveriam seguir trajetórias opostas, mesmo se houvesse uma defasagem temporal entre o aumento da taxa de juros e a redução da inflação. Porém, o Gráfico 2 mostra que em alguns períodos as variáveis oscilam em conjunto, o que possivelmente indica incongruências entre as causas inflacionárias e as medidas de contenção tipicamente ortodoxas.

Analisando o Gráfico 2, é possível ver que a taxa SELIC e a inflação seguiram tendência de queda no início dos anos 2000. Por outro lado, Formação Bruta de Capital Fixo (FBK) – que se refere especificamente à aquisição de máquinas e equipamentos – apresentou tendência positiva no mesmo período. Contudo, a FBK avançou até 2013, sendo a queda desta coincide com o aumento da taxa SELIC. Quando se analisa a inflação, que apresentou em 2006 seu ponto de baixa no recorte histórico, chegando a 3,75% ao ano, é possível ver que suas oscilações acompanham a taxa SELIC, evidenciando a política de elevação dos juros no controle inflacionário. Após 2016, a média anual da taxa básica de juros voltou a cair, chegando a 6,43% em 2018, ao mesmo tempo em que a FBK voltou a se recuperar, o que possivelmente indica que o expansionismo monetário esteve associado ao aumento do investimento privado nos anos 2000.

Os dados mostram que, além dessas peculiaridades na busca pela estabilização macroeconômica, a elevação da taxa de juros gerou uma série de efeitos adversos sobre a economia produtiva e monetária. Em primeiro plano, é válido destacar que o aumento da taxa SELIC acaba por inviabilizar a continuação de um modelo de consumo baseado no crédito, conforme ocorrido nos anos 2000, visto que, além de encarecer o crédito ao consumidor, a

elevação dos juros aprofunda o nível de endividamento das famílias, dificultando um novo ciclo de dívidas<sup>45</sup>. Contudo, não são apenas as famílias que são impactadas pela elevação dos juros da dívida. O governo, que se financia em boa parte com títulos de dívida, também tem sua posição de devedor fragilizada, dado que o aumento da SELIC estimula a compra de novos títulos e, ao mesmo tempo, encarece a compensação dos títulos já negociados.

Gráfico 2 - IPCA, taxa SELIC e FBK\* entre 2003 e 2018



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do IBGE (2022) e da plataforma SIDRA (IBGE, 2022).

\* FBK = Formação Bruta de Capital Fixo.

Do lado produtivo, a elevação da taxa de juros desestimula ao investimento privado, o que, por sua vez, enfraquece a agregação na produção nacional. Tal questão é ainda mais visível quando se analisa os setores industriais, os quais dependem frequentemente dos créditos para a aquisição de insumos, assim como para a manutenção ou aquisição dos capitais – o que pode ser visto com a análise da FBK no Gráfico 2. Com os investimentos em baixa, a situação ocupacional se deteriora, trazendo à tona o problema do desemprego e a maior informalização do trabalho, prejudicando a renda agregada, principalmente quando se observa a base de sua distribuição. Como isto também explica os gastos na economia, pode ser que o aumento da taxa

<sup>45</sup> Apesar desta perspectiva mais generalizada, o modelo de crédito pode ser funcional por um tempo, mesmo com o juro alto, pois dependendo das necessidades das famílias, assim como seus aspectos subjetivos de tomada de decisão, essas podem se sujeitar à tomada de créditos mesmo em cenários de juros elevados.

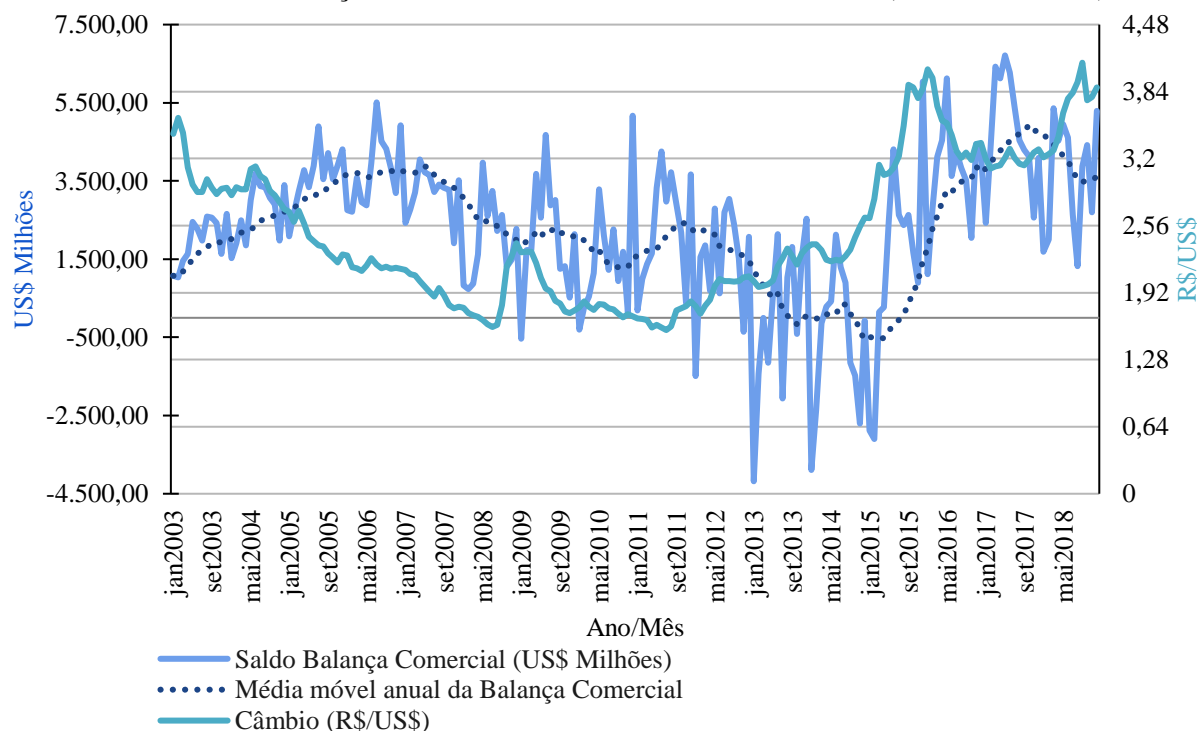
de juros desestimulou o consumo interno das famílias, seja pela sua influência negativa nos investimentos como pela limitação do crédito na aquisição de bens e serviços.

Além dos fatores internos que condicionam o consumo, a dinâmica externa da economia também influencia os indicadores de dispêndio dos brasileiros. Centrando-se nas importações e nas exportações, é válido ressaltar que as primeiras podem ser entendidas, quando se observa o consumo final dos indivíduos, como uma “vazão” da demanda agregada nacional, limitando-se a execução de um modelo de desenvolvimento internalizado e mais independente. Nos países que focam suas economias para os mercados internos, tendência persistente no Brasil, se prioriza a produção e a exportação de produtos de baixo valor agregado, o que faz com que a demanda por bens mais sofisticados, como os industriais, seja direcionada para os mercados importadores.

Contudo, essa visão de que as importações são limitantes para o desenvolvimento interno, se restringe aos bens e serviços de consumo direto. Quando se trata da aquisição de insumos e capitais, elementos fundamentais para a consolidação industrial em território nacional, as importações têm participação direta na industrialização das economias periféricas. Visto esse paradoxo dos efeitos das importações, cabe ao Estado o planejamento e a regulação das políticas externas, estimulando o consumo e a produção interna.

Dentro desse pressuposto a taxa de câmbio têm um papel fundamental, pois quando esta sofre uma apreciação, ou seja, quando o Real ganha valor frente ao Dólar, as importações são barateadas e as exportações perdem valor relativo no mercado internacional. No caso oposto, quando a compra do Dólar fica mais caro, as importações são desestimuladas e as exportações estimuladas – isso nos casos mais gerais. O Gráfico 3 mostra a variação do câmbio (R\$/US\$) e da Balança Comercial entre 2003 e 2018 no Brasil. Nele é possível notar uma depreciação cambial em conjunto com o aumento do saldo na Balança Comercial no início dos anos 2000 – o que foi assegurado pelo *boom* de *commodities* –, sendo que entre 2003 e 2004 o câmbio começou a se valorizar e Balança Comercial manteve sua ascensão positiva. Após a segunda metade da década de 2010, o saldo da Balança Comercial subiu para perto dos US\$ 5 bilhões, fato que está relacionado com a enorme desvalorização do Real frente ao Dólar – o câmbio saltou, em valores aproximados, de R\$ 1,50 entre 2011 e 2012 para valores próximos de R\$ 4,00 entre 2016 e 2018, o que limitou o consumo via importação.

Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial e Câmbio entre 2003 e 2018 (valores mensais)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do IPEADATA (2022)

Para se consolidar um crescimento econômico com base nos mercados internos, primeiramente é preciso substituir as prioridades ao modelo primário-exportador dependente pela reindustrialização, apoiando-se a dinamização produtiva sobre o consumo e o trabalho das massas populares. Dentro dessa teoria desenvolvimentista, segundo os pressupostos apresentados por Keynes, é preciso redistribuir a renda e aplicar políticas direcionadas ao pleno emprego para maximizar a propensão a consumir agregada, estimulando o crescimento produtivo e o desenvolvimento social (permitindo a consolidação do “bem-estar social”)<sup>46</sup>. O Estado, nesse contexto, tem a função central de organizar e fomentar os recursos públicos para impulsionar o investimento e consumo privado, atuando como um agente econômico central. Indo na contramão dos argumentos progressistas-expansionistas, alguns autores – como Barbosa Filho (2017) – criticam o modelo de crescimento baseado no estímulo à demanda, afirmando que existem inconsistências no médio prazo, em razão de que após a maturação na alocação dos recursos, o modelo fica fadado ao esgotamento. Porém, no caso brasileiro,

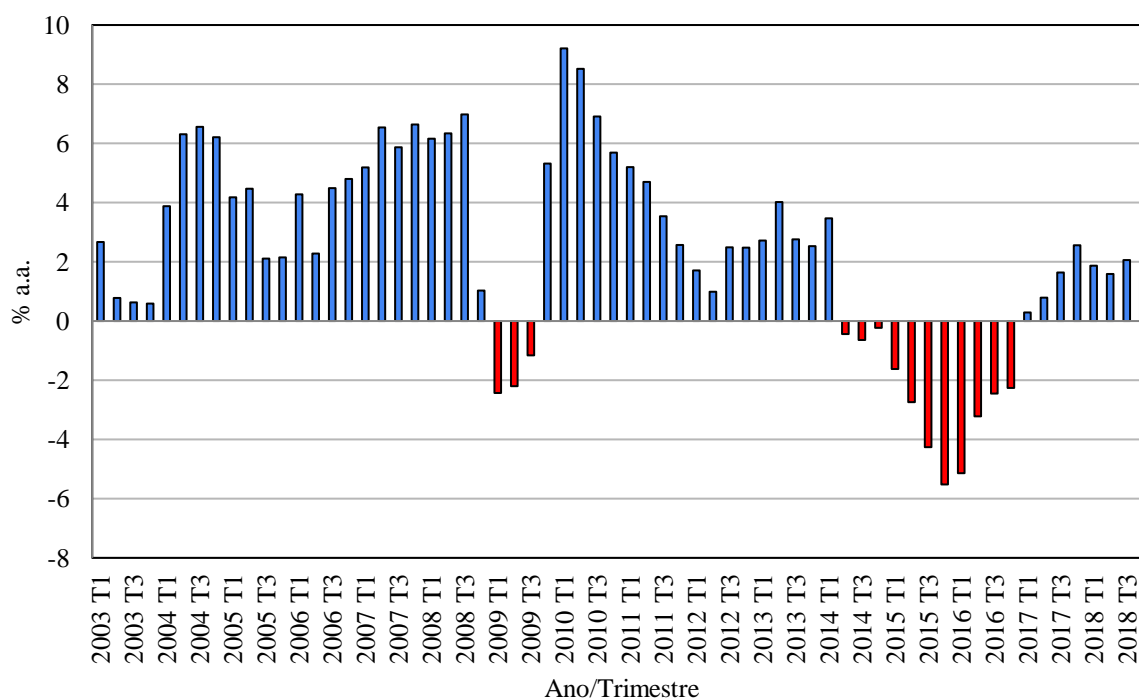
Se adotarmos como ponto de vista as necessidades inerentes a um padrão de consumo decente, condizente, digamos, com o nível de renda média, certamente que o modelo de crescimento pelo consumo não pode ter se esgotado. Por efeito da extremamente concentrada distribuição de renda, metade dos brasileiros têm renda inferior a pouco

<sup>46</sup> O bem-estar social (*welfare*) está vinculado com a ideia de planejamento e execução das políticas sociais e econômicas que visam melhorar a qualidade de vida das populações mais carentes. Fiori (1997) explica e contextualiza o termo mais detalhadamente.

mais da metade da renda média. Ademais, a própria renda média situar-se-ia em patamar bem inferior ao que seria necessário para se aceder a um padrão de consumo de classe média, sugerindo quão distante está a maioria dos domicílios brasileiros dessa condição (KERSTENETZKY, 2016, p. 34).

Logo, se existe capacidade de consumo inutilizada ainda, é possível aplicar um modelo de crescimento em que os dispêndios realizam um papel impulsionador. Para isso é preciso direcionar a renda para as camadas mais pobres, uma vez que, segundo a teoria keynesiana, essas possuem as maiores propensões a consumir, movimentação que condicionaria a determinação do investimento privado e do PIB. Como o Brasil é um país muito desigual, ou seja, a renda se concentra fortemente no topo da distribuição, onde os indivíduos possuem propensões a consumir mais baixas, existe um contingente de consumo ocioso, o que é representado pelas demandas reprimidas das classes mais pobres. Tal fato pode ser limitante para o crescimento econômico no país, principalmente quando se observa a precarização do consumo direcionado aos mercados internos.

Sobre as alterações no crescimento do PIB, é possível ver no Gráfico 4 os movimentos oscilatórios que ocorreram durante as décadas de 2000 e 2010. Observando os dados, é possível perceber uma tendência de ascensão do produto brasileiro entre 2003 e 2008. A crise global que se consolidou entre 2008 e 2009 teve forte influência na economia brasileira, uma vez que a variação do PIB real anual foi negativa neste período, alcançando -2,43% no primeiro trimestre de 2009. Contudo, devido às medidas contracíclicas adotadas no governo Lula, a recuperação foi rápida, tanto que o crescimento entre os primeiros trimestres de 2009 e de 2010 foi de quase 10% – Teixeira e Pinto (2012) explicam que tais medidas contracíclicas marcaram um momento de ruptura na condução macroeconômica. Em contraponto a isso, após uma breve retomada em 2013, a economia brasileira entrou em uma severa recessão entre 2014 e 2016. A recuperação deste movimento negativo, que se deu em 2017, foi gradual e tímida, isto quando comparada com a retomada do crescimento em 2010. Corsi (2018) afirma que a recuperação foi frágil, pois, devido às condições conjunturais, como a alta taxa de desemprego e o elevado nível dos juros, o crescimento do produto nacional não conseguiu se sustentar robustamente, tanto do lado do consumo como do lado dos investimentos.

Gráfico 4 - Variação<sup>1</sup> anual do PIB real brasileiro: 2003-2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA (2022)

<sup>1</sup> A variação percentual se refere ao período anterior.

Dado essas características conjunturais, as variáveis apresentadas aqui abrangem um período de oscilações do produto, marcando uma tendência positiva no período 2003-2010, uma recessão profunda entre 2014 e 2016 e fase uma breve recuperação no período 2017-2018, mas com baixos resultados. Visto isso, é possível resumir o ciclo econômico brasileiro nas duas décadas, sendo que os anos 2000 foi marcado pela ascensão e os anos 2010 pelo declínio do produto. Dentre desses contextos é válido ressaltar o desempenho do consumo e da renda em uma perspectiva cíclica, pontuando o efeito da ascensão econômica e da crise sobre a capacidade de consumo dos brasileiros de acordo com suas posições na distribuição dos rendimentos.

Visto essa perspectiva dos fatos, Leite (2015) observa em conjunto a renda e o consumo no Brasil entre 2002 e 2008 por meio dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. Em valores reais de 2009, Leite (2015, p. 627) afirma que a renda média evoluiu de R\$ 2.523,82 entre 2002 e 2003 para R\$ 2.763,53 entre 2008 e 2009, enquanto a *PmgC* passou de 0,9746 para 0,885 nesse mesmo período. Ao isolar os 8% mais ricos, o autor evidencia o tamanho da desigualdade de renda no Brasil – que, apesar de sua redução significativa<sup>47</sup>, permaneceu alta –, assim como a diferença da *PmgC* dos mais ricos com os mais pobres. De fato, a propensão ao consumo cai de acordo com o aumento da renda, conforme o defendido

<sup>47</sup> O Índice de Gini passou de 0,5578 na POF 2002-2003 para 0,5277 na POF 2008-2009 (LEITE, 2015, p. 627).



por Keynes. Porém, o grupo dos 92% mais pobres engloba amplas camadas de subclasses de renda, o que impossibilita conclusões mais detalhadas.

Sabendo das limitações da análise dos extremos, Leite (2015) se propõe a estudar os decis da distribuição de renda, realizando posteriormente um exercício contrafactual de alteração hipotéticas nas participações relativas e nas propensões a consumir nos dados da POF 2008-2009. O objetivo do autor é observar os possíveis efeitos de uma redistribuição da renda sobre a propensão a consumir agregada no Brasil. Em suma, o autor mostra que as alterações acarretadas pela hipotética redistribuição da renda apontam para uma elevação da *PmgC* no somatório das classes, passando de 0,738, nos dados originais, para 0,792, após os movimentos redistributivos do exercício contrafactual.

Apresentadas essas análises conjunturais macroeconômicas no Brasil, esboçando as possíveis relações existentes entre as variáveis apresentadas e a dinâmica conjunta do consumo e da distribuição da renda, é necessário observar esses pontos sobre com uma maior profundidade. Para isso, o presente trabalho visa detalhar o comportamento temporal da renda e do consumo dos brasileiros ao longo das décadas de 2000 e 2010, apresentando, simultaneamente, a relação existente entre as mudanças nos padrões de distribuição de renda, questão que está intimamente ligada com a desigualdade social, e as variações nas propensões ao consumo dos indivíduos.

## 4 METODOLOGIA

Por meio dessa dissertação objetiva-se analisar a propensão ao consumo no Brasil, a partir de distintos grupos populacionais de diferentes classes de renda, nos anos de 2002-2003 e 2017-2018. Neste intuito, este trabalho realiza um estudo transversal de abordagem quantitativa com a utilização dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), seguindo os períodos mencionados. O banco de dados da POF foi selecionado por conta de sua abrangência de informações sobre a situação orçamentária das famílias brasileiras, o que permite identificar características de consumo dos brasileiros.

Este capítulo, além de apresentar os dados utilizados e as delimitações de pesquisa, aborda os principais métodos aplicados neste trabalho, os quais estão divididos em estatísticas descritivas, estimação da propensão média a consumir, cálculo do deflator, estimação do Índice de Gini e estimação do modelo DFL, que abrange tanto o cálculo das curvas de densidade de probabilidade quanto a decomposição de suas diferenças.

### 4.1 BASE DE DADOS UTILIZADA

A POF é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresenta diversas informações sobre gastos, rendimentos e patrimônios, apresentando uma visão completa da condição de vida das famílias brasileiras. Nesta análise, foram considerados dois períodos de pesquisa: 2002-2003 e 2017-2018. A fase de coleta se deu de julho a julho em cada período.

A POF é uma pesquisa de cunho quantitativo, baseada em amostras domiciliares de corte transversal, que visa informar as estruturas de consumo, gastos, renda, orçamento, moradia, qualidade de vida, aspectos individuais, saúde nutricional e outras tantas estimativas para o Brasil e suas regiões. Com isso, por meio dos dados agrupados constroem-se perfis socioeconômicos da população em seus diversos níveis geográficos, visto que a amostragem em questão é classificada como complexa<sup>48</sup>. As informações estão disponíveis para as Unidades da Federação e para o território nacional, sendo que, através dos indicadores de estratificação, é possível identificar as subamostras coletadas nas regiões metropolitanas e capitais.

---

<sup>48</sup> O método de amostragem da POF segue como referência a Amostra Mestra do IBGE, classificando, por meio de seleções probabilísticas, subamostras de áreas previamente definidas. As estratificações da seleção consideram as residências localizadas no Brasil, selecionando, dentro de cada Unidade da Federação, a Capital, os municípios da região metropolitana e os demais municípios, que são segmentados de acordo as microrregiões geográficas (metodologia antiga). Dentro desses três elementos, após dividir as áreas urbanas e rurais, são selecionados e estratificados, consecutivamente, bairros, ruas e residências.

Dentre as variáveis encontradas dentro da POF, a despesa e a renda são representadas por unidades monetárias (em reais), considerando o valor corrente do período analisado. Os dados obtidos apresentam informações tanto dos indivíduos, como da residência e da Unidade de Consumo (UC), sendo que esta última é definida como a medida que abrange “um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia” (IBGE, 2021, p.11). É importante ressaltar aqui que os microdados estão divididos em vários bancos de dados. Para o período de 2002-2003 foram considerados oito cadernetas de despesa – despesa coletiva de 90 dias, despesa coletiva de 12 meses, outras despesas coletivas, despesas coletivas com serviços domésticos, caderneta de despesas coletivas, despesas individuais, despesas individuais com veículos e despesas individuais especiais<sup>49</sup> – e uma referente às informações pessoais e de renda – registro de pessoas.

Em resumo, as cadernetas que apresentam os dados de despesa coletiva se referem aos gastos totais da UC, sendo que estas estão divididas em periodicidades – incluindo bens e serviços que foram adquiridos em um intervalo de 90 dias e 12 meses –, em despesas mais específicas, como os gastos com serviços domésticos e com nutrição familiar, representados pelas “cadernetas de despesas coletivas”, e outras despesas consideradas secundárias pela metodologia da POF. Já os microdados referentes às despesas individuais, aqueles que passam a considerar os gastos por pessoa e não mais por UC, estão divididos em gastos gerais, “despesas individuais”, e específicos, como os gastos realizados com veículo e as despesas especiais.

Devido às mudanças metodológicas na construção das POFs 2002-2003 e 2017-2018, os microdados foram tratados para padronizar as análises. Para os dados do primeiro período de análise, que são representados por um total de 203.567 observações amostrais, realizou-se a unificação das oito cadernetas referentes às despesas (o que é tratado aqui como consumo) dos indivíduos e/ou unidade familiar. Na soma dos valores das diferentes cadernetas de despesa apresentadas, estes foram mensalizados, padronizando e excluindo as diferenças de periodicidade dos gastos, – aplicando-se sobre os dados o fator de anualização e dividindo-os, posteriormente, por doze – e agregados em uma planilha matriz. Para tal unificação dos microdados, foram usados como referência a “Unidade da Federação”, o código “sequencial”

---

<sup>49</sup> As despesas em caderneta representam basicamente o consumo de alimentos, bebidas e afins no núcleo familiar. As despesas especiais envolvem, principalmente, gastos com medicamentos e tratamentos, assim como o consumo desses bens e serviços que foram demandados, mas não foram realizados por restrições orçamentárias (essas restrições foram subtraídas do cálculo). É importante ressaltar que os bens e serviços observados não se repetem nos diferentes arquivos, o que nega a possibilidade de múltiplas contagens e repetições.

(divisão dos setores da amostra), o “dígito verificador” (identificador do número sequencial atribuído a um setor da amostra), número do domicílio (identificador do domicílio dentro da estratificação amostra), número da Unidade de Consumo (identificador dos núcleos familiares dentro de um domicílio) e, no caso das despesas individuais, o número do informante (identificador dos indivíduos que habitam determinada UC).

Após a agregação dos dados, as informações referentes às despesas coletivas foram individualizadas, movimento realizado pela divisão dos valores totais referentes à UC pela quantidade total dos indivíduos que compõem a UC em questão, obtendo-se, uma estimativa *per capita* dos gastos coletivos. Posteriormente, após a mensuração e individualização dos valores, somou-se todas as despesas das oito cadernetas para cada unidade de observação, obtendo-se uma variável de “consumo total mensal” para a amostra de indivíduos. Em suma, a análise dos dados é realizada sobre o consumo dos indivíduos, sendo que os dados de gastos coletivos foram individualizados pela sua estimativa *per capita* para cada indivíduo, focando-se a análise nas pessoas (observações) e não na UC.

Para a análise do consumo, é importante estudá-lo concomitantemente aos dados sobre renda, como foi discutido nos capítulos anteriores. Para a estimação da renda, que foi retirada do arquivo “registro de pessoas”, que também foi usado como planilha matriz na atribuição conjunta das despesas (pois nele contém informações sobre características individuais e coletivas dos entrevistados, como nível de escolaridade, atributos, sexo, etc.), dividiu-se a “renda total da Unidade de Consumo” pela quantidade total de moradores registrada na UC, obtendo-se uma renda total mensal *per capita*, correspondente à unidade de consumo de cada indivíduo.

Nas estimações de 2017-2018 foram utilizados quatro bancos de dados na análise do consumo e da renda: “despesa coletiva”, “caderneta coletiva”, “despesa individual” e “moradores”. Os dois primeiros se referem aos gastos totais da UC, sendo que o segundo foca nas despesas de alimentação da família. Por outro lado, nas despesas individuais estão categorizadas as despesas para cada morador, sendo que os bens e serviços individuais são distintos do coletivo<sup>50</sup>. O arquivo referente aos moradores também contém informações gerais sobre os entrevistados, assim como a caderneta “registro de pessoas” em 2002-2003.

O tratamento dos microdados da POF 2017-2018, a qual possui 178.431 observações amostrais, seguiu a mesma linha dos procedimentos descritos acima. Na estimação do consumo total mensal, foram unificados os três arquivos de despesa, seguindo a mesma lógica

---

<sup>50</sup> Os bens e serviços coletivos são aqueles de usufruto de todos os membros da UC, enquanto os individuais são aqueles voltados para a necessidade de um indivíduo em específico.

apresentada para os microdados de 2002-2003 – os dados também foram mensalizados, visto que dentro de cada caderneta os gastos estão classificados em diferentes periodicidades. No cálculo da renda *per capita* para 2017-2018, a renda total da UC também foi dividida pela quantidade total de moradores da UC, o que possibilitou individualizar as observações.

Porém, diferentemente das informações disponíveis para o primeiro período, nenhuma caderneta da POF 2017-2018 possui um indicativo de total de moradores por UC, medida essencial para se estimar o consumo e a renda *per capita*. Logo, foi necessário criar uma variável “número total de moradores”. Para isso, foi separado em uma planilha o código identificador (composto pela concatenação do “estrato da POF”, da “situação da região”, do “código da Unidade Primária de Amostragem”, do “número do domicílio” e do “número da UC”), atribuindo a cada combinação dessas o último número da composição do “código do informante” (número de contagem). Após isso, o número do último informante de cada identificação foi atribuído para cada morador de cada UC, formando-se uma variável do número total de moradores por UC para todos os moradores da UC em questão.

Considerando o delineamento amostral, neste estudo foi utilizada a população expandida através da amostra coletada. Isto significa que a população de análise corresponde à total população brasileira (ao se aplicar a variável *PESO\_FINAL* na estimação).

#### 4.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Os microdados da POF possuem dimensão geográfica (ou espacial) ampla, sendo que o seu desenho amostral abrange os seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões (chamadas aqui de Macrorregiões), Regiões Metropolitanas, Municípios das Capitais e Unidades da Federação – distinguindo as observações entre residências urbanas e rurais. Como o objetivo desta dissertação é analisar as variáveis de consumo para o Brasil, as aplicações se consolidam em âmbito nacional, abrangendo as UC referentes ao país como um todo. Porém, como existem distinções socioeconômicas importantes entre as diferentes partes do Brasil, conforme o apresentado no capítulo três desta dissertação, a aplicação do método da pesquisa (que será explicado na sequência) se guia pela diferenciação entre Macrorregiões, distinguidas entre Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte e Nordeste ou entre Eixo-Sul e Eixo Norte.

Já quando se trata da delimitação temporal da pesquisa, abrangendo os períodos 2002-2003 e 2017-2018, é relevante ressaltar que a escolha do intervalo se baseia nos pressupostos já levantados, pois se abrange diferentes fases da economia brasileira, retratando um momento anterior a retomada de crescimento de 2004 e, posteriormente, um período de relativa (ou até

mesmo insuficiente) recuperação após a recessão que se instaurou entre 2014 e 2016 no Brasil. Logo, o estudo em questão usa dessa periodicidade para observar as mudanças de comportamento da renda e do consumo durante os períodos estudados, englobando a fase de ascensão econômica e social durante os governos Lula e o primeiro governo Dilma, conjuntamente com o período de instabilidade socioeconômica e de breve retomada do produto nacional após 2017. Analisar o comportamento do consumo e da renda nestes momentos cíclicos ajuda a compreender os efeitos das formas de distribuição da renda e das conjunturas estruturais sobre a propensão a consumir dos brasileiros.

Um outro tipo de delimitação metodológica importante de se realizar é a do objeto de estudo. As observações foram analisadas em sua forma individual, referenciando-se nos brasileiros, uma vez que os dados em questão são estimados de forma *per capita*. Dado esta forma de observação dos fatos, o objeto central da pesquisa é o estudo dos efeitos das alterações nas propensões a consumir (delineada estatisticamente como a Propensão Média a Consumir) – seguindo-se o referencial exposto anteriormente.

#### 4.3 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para o melhor entendimento dos resultados, foram realizadas algumas estatísticas descritivas sobre os dados coletados das POFs, aplicando-as, consecutivamente, sobre a renda, o consumo e propensão a consumir. As medidas utilizadas se concentraram na análise da frequência absoluta e relativa, média, mediana e desvio padrão. O intuito dessas aplicações foi comparar o comportamento das variáveis nos dois períodos de análise. Os resultados descritivos perduram sobre a problemática da distribuição da renda e a propensão a consumir dos brasileiros. Sobre a questão da distribuição, foi levado em consideração as alocações da renda e do consumo diante de categorias classificativas – descritas a seguir –, pois, seguindo a ideia de que os recursos se alocam entre diferentes estratos sociais, existem outros vários fatores determinantes da distribuição que vão além das tradicionais classificações da renda.

Para atender essa análise segmentada, além das variáveis centrais do estudo, a presente pesquisa também utilizou algumas variáveis explicativas na mensuração das estatísticas descritivas, assim como também na aplicação da metodologia central (apresentada na sequência). Na estimação do nível do consumo e da renda foram considerados, com base na literatura, três fatores importantes na classificação socioeconômica dos brasileiros: cor ou raça, posição na ocupação e região geográfica.

A importância desses fatores pode ser observada na construção histórica da sociedade brasileira, aspectos esses apresentados com detalhes no segundo capítulo desta dissertação. Em suma, pode-se perceber que a estruturação social do Brasil é segmentada em grupos, formando-se divisões claras entre os indivíduos, que refletem diretamente nas condições socioeconômicas dos marginalizados e dos privilegiados.

A primeira distinção é a racial. Com a institucionalização da escravidão no Brasil, seja ela de negros ou de indígenas, e futuramente, no final do século XIX, a imigração massiva de trabalhadores asiáticos e de regiões pobres da Europa, que estavam sujeitos a condições de trabalho análogas à escravidão, estruturou-se um sistema hierárquico baseado na exploração do trabalho por parte do homem branco (principalmente) sobre esses grupos mais vulneráveis. Tal estrutura perdurou na história brasileira, tanto que os grupos dos não-brancos ainda compõem massivamente os estratos dos socialmente marginalizados.

No campo prático do mercado de trabalho, é possível também observar distinções de posição e de comportamento entre os trabalhadores e os empregadores. Quando se observa a posição social dos contratantes e dos contratados, é visto uma distinção mais do que significativa entre eles, seja no campo econômico ou no político-representativo, fato esse que é gerado pelo próprio modelo de acumulação do sistema capitalista.

Contudo, além das diferenças raciais e ocupacionais, é também percebida desigualdades regionais. Com a consolidação histórica das estruturas produtivas brasileiras, desde as *plantations* até a industrialização<sup>51</sup>, é visível que as regiões centradas em torno do Sudeste foram mais privilegiadas, principalmente após a metade do século XIX, construindo-se uma rede econômica concentradora, marginalizando-se as macrorregiões Norte e Nordeste.

Entender esses três fatores ajuda a delinear de forma mais categórica e mais detalhada as disparidades no consumo e na renda. O Quadro 1 especifica as variáveis utilizadas nessas classificações.

---

<sup>51</sup> Quando Furtado (2005) analisa a formação econômica do Brasil, ele distinguindo as fases econômicas de acordo com a localização dos centros produtivos. Como os ciclos agrários, principalmente quando se observa o café no final do século XIX e a industrialização no começo do século XX, concentrado a produção na macrorregião Sudeste, é afirmado que a dispersão geográfica da economia brasileira se concentrou ao longo do tempo, trazendo uma série de disparidades entre as localidades.

Quadro 1 - Variáveis classificativas

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Descrição</b>
Cor ou raça	Branco	Identificação dos indivíduos de acordo com sua cor ou raça, sendo que a subcategoria dos não-brancos engloba os negros (pretos e pardos), indígenas e amarelos, segundo a classificação do IBGE.
	Não-Branco	
Posição na ocupação	Empregador	Identificação dos empregadores e dos trabalhadores. Esta última engloba os trabalhadores domésticos, os militares, os empregados do setor privado, os do setor público, os autônomos (conta própria) e os trabalhadores não remunerados. Estas classificações foram desenhadas pelo IBGE.
	Trabalhador	
Macrorregiões	Sul	Identificação das macrorregiões brasileiras. Tais classificações visam demonstrar as disparidades de acordo com a localidade geográfica dos indivíduos. Considerando os aspectos de formação econômica e territorial do Brasil, as subcategorias, ao longo das exposições, também estão agrupadas em Eixo-Norte (Norte e Nordeste) e Eixo-Sul (Sul, Sudeste e Centro-Oeste).
	Sudeste	
	Centro-Oeste	
	Norte	
	Nordeste	

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Outra questão importante referente à aplicação das estatísticas descritivas é a categorização dos indivíduos por classes de renda. Essas, no escopo do presente trabalho, são atribuídas de acordo com intervalos de Salários Mínimos. Logo, se um indivíduo possui uma renda entre certas quantidades de Salário Mínimo, ele é classificado de acordo com esse grupo. Na estimação dos intervalos, foi utilizado para 2002-2003 o valor de R\$ 1.050,56 como referência (valores reais para o período 2017-2018). Já para o período 2017-2018 o montante atribuído ao Salário Mínimo foi de R\$ 945,50. Os valores em questão foram estimados de acordo com a média realizada entre os intervalos. Para 2002-2003, foi computado o valor médio do Salário Mínimo entre 2002 (R\$ 200,00) e 2003 (R\$ 240,00) e para 2017-2018 a estimativa média foi realizada com base nos valores de 2017 (R\$ 937,00) e 2018 (R\$ 954,00)<sup>52</sup>. As

<sup>52</sup> Os valores referentes ao Salário Mínimo foram retirados do IPEADATA (2022)



categorias foram delimitadas levando-se em consideração o intuito de se observar os grupos mais vulneráveis (aqueles que recebem até meio Salário Mínimo e aqueles que recebem entre meio e um Salário Mínimo), os grupos intermediários e o topo da distribuição (aqueles que recebem entre dez e vinte Salários Mínimos e os indivíduos que contabilizam mais de vinte Salários Mínimos). Tal perspectiva permite delinear a renda e suas alterações segundo o posicionamento social dos brasileiros, o que possivelmente irá influenciar seu nível de consumo.

As descrições das informações utilizadas ajudam a dimensionar melhor os microdados da POF, seja em 2002-2003 ou em 2017-2018. As classificações, quando comparadas nos dois períodos, permite uma análise dinâmica da propensão a consumir. Com as variações nas categorias, é possível se ter uma perspectiva primária, mas não tão aprofundada, das relações entre as distribuições dos recursos e a capacidade de consumo dos diferentes grupos delineados.

#### 4.4 ESTIMAÇÃO DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR

Visto que o tema central da presente dissertação circunda a capacidade de consumo dos indivíduos, optou-se aqui por utilizar-se a propensão média a consumir ( $PmeC$ ) como medida fundamental. A diferença central entre a  $PmeC$  e a  $PmgC$ , conceito este muito discutido no capítulo de referencial keynesiano, se dá pelo fato de que a última calcula a propensão por uma variação de tempo, estimando o quanto de consumo a mais uma pessoa vai obter quando se observa uma variação de uma unidade na sua renda. Já a  $PmeC$  diz o quanto da renda disponível é consumida<sup>53</sup> – o que se objetiva neste trabalho.

A escolha da propensão em sua estimativa média se deu por conta das características específicas dos microdados trabalhados. Trata-se de observações representativas de caráter individual em dois períodos distintos<sup>54</sup>.

Como já citado, o cálculo da  $PmeC$  é bem simples. Basta dividir o consumo total mensal de uma observação e dividi-la pela renda total *per capita* mensal – relação que está expressa na equação (23). A variável consumo, construída de acordo com os dados da POF, é tratada em

<sup>53</sup> Em casos em que o consumo é maior do que a renda disponível, o valor da  $PmeC$  é maior do que 1. Tais situações são possíveis, porque nem todo consumo advém da compra, seguindo os próprios critérios da POF.

<sup>54</sup> Os trabalhos que utilizam as  $PmgC$  como estimativas geralmente as calculam por meio de regressões econométricas, pontuando uma propensão para o grupo dos indivíduos em si e não propensões individuais para cada observação (o que é objetivo aqui). Outra forma mais simples de calcular a  $PmgC$  é pela razão da variação do consumo sobre a variação da renda no tempo. Como o intuito nesta pesquisa é comparar os valores das propensões em dois períodos isoladamente, tal estimação não seria tão útil, pois ela retornaria apenas um valor (de variação).

sua forma *per capita*, conforme já foi descrito, juntando todos os gastos individuais e coletivos por indivíduo da UC, o que acaba por incluir o consumo autônomo no cálculo da propensão.

$$PmeC_{i,t} = \frac{C_{i,t}}{Y_{i,t}} \quad (23)$$

Em que:

$C_{i,t}$  é o consumo total mensal do indivíduo  $i$ , obtido por meio da POF no período  $t$ .

$Y_{i,t}$  é a renda do indivíduo  $i$  no período  $t$ , também obtida pela POF.

Assim sendo, foram calculadas as propensões médias a consumir ( $PmeC_{i,t}$ ) dos indivíduos ( $i$ ) nos períodos ( $t$ ) estudados. A utilização desta medida se justifica por sua capacidade de se comparar conjuntamente o consumo e a renda das pessoas, permitindo observar como as despesas se consolidaram nos grupos que possuem diferentes rendas. Logo, essas mensurações ajudam a testar empiricamente a Lei Psicológica Fundamental de Keynes.

#### 4.5 CÁLCULO DO DEFLATOR

Uma vez que a proposta se apoia sobre a comparação de valores monetários (consumo e renda) entre dois períodos distintos, foi necessário trazer as estimações de 2002-2003 em valores reais para 2017-2018, possibilitando uma comparação correta entre as diferentes datas. Para isso foi criado um deflator com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) – indicador de inflação mensurado pelo IBGE –, sendo que o numerador deste termo foi representado pelo INPC acumulado entre agosto de 2002 e julho de 2003 e o denominador pelo INPC acumulado entre agosto de 2017 e julho de 2018, conforme mostra a equação (24).

$$Deflator = \frac{\sum_{j=1}^{12} INPC_{2002-2003,j}}{\sum_{j=1}^{12} INPC_{2017-2018,j}} \quad (24)$$

Em que:

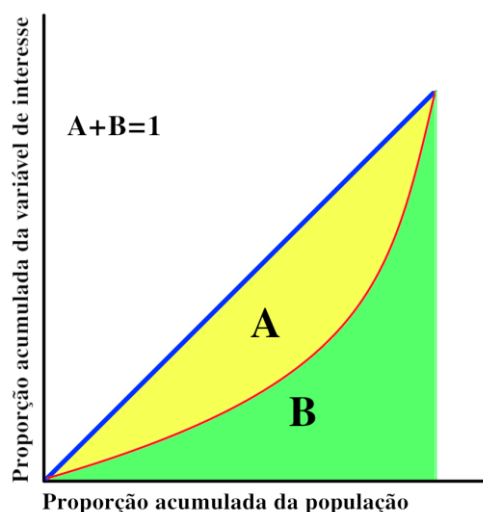
$INPC_{t,j}$  é o índice de inflação no período  $t$  e no mês  $j$ , sendo que  $j=1$  representa o mês de agosto (de 2002 ou 2017) e  $j=12$  o mês de julho (de 2003 ou 2018).

Assim, o deflator estimado, que foi de 4,77, em valores aproximados, foi multiplicado em todos os valores monetários apresentados para o período de 2002-2003. Os resultados foram as estimativas reais mensais, comparáveis com as informações do período 2017-2018.

#### 4.6 CÁLCULO DO ÍNDICE DE GINI

Para mensurar a desigualdade na renda, no consumo e na *PmeC*, utilizou-se o Índice de Gini. Por mais que existam extensas críticas à tal medida<sup>55</sup>, a sua escolha se deu por questão de convenção e de comparação com outros trabalhos acadêmicos, visto que o indicador em questão é o mais utilizado nos estudos sobre desigualdade. Em suma, a mensuração do Índice de Gini se dá no cálculo da diferença entre a área (A+B) – que é delimitada pela curva que representa a total igualdade (em azul no Gráfico 5) – e a Curva de Lorenz (em vermelho), que mede a real distribuição em ordem crescente. Em outras palavras, o valor do indicador é determinado pela área (A). O Gráfico 5 tenta ilustrar o que foi descrito.

Gráfico 5 - Curva de Lorenz

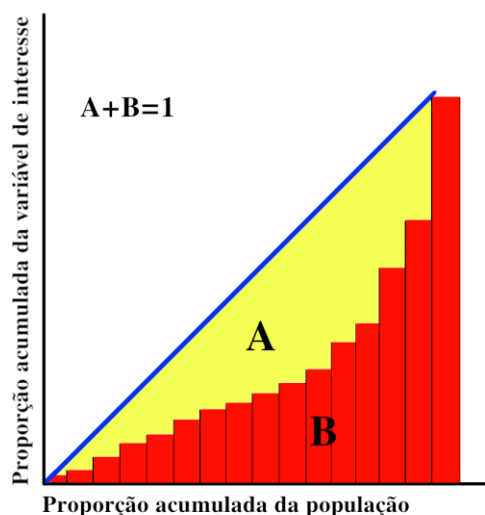


Fonte: elaboração do autor com base no trabalho de Hoffmann (1979)

Os valores do Índice de Gini variam entre 0 e 1, sendo que o maior valor representa a desigualdade total na distribuição dos valores, enquanto o menor determina a igualdade absoluta. A medida pode ser calculada, de forma aproximada, a partir da diferença da área triangular (A+B) com os retângulos da distribuição que formam a área (B), conforme o exposto no Gráfico 6.

<sup>55</sup> Dado que o índice se apoia em uma medida geométrica, muitos autores criticam sua sinteticidade, assim como sua incapacidade de se medir as direções da desigualdade. Um país com muitos pobres, por exemplo, pode apresentar uma desigualdade baixa nos moldes de Gini, visto que a tendência é que todos apresentem homogeneamente baixa renda. Neste caso, por exemplo, o Gini não funciona bem como indicador de bem-estar social.

Gráfico 6 - Estimação do Índice de Gini



Fonte: elaboração do autor com base no trabalho de Hoffmann (1979)

Para medir a área dos trapézios em conjunto, basta multiplicar a frequência acumulada da população pela frequência acumulada da variável de interesse para as observações em ordem crescente. Somando as áreas calculadas, obtém-se o somatório total da área B. Logo, para calcular o valor da área A (que representa o Índice de Gini) basta subtrair B de 1. A equação (25) apresenta algebricamente a fórmula para se calcular o indicador de desigualdade. Na equação,  $P$  representa a proporção acumulada da população,  $X$  representa a proporção acumulada da variável de interesse,  $n$  é número total de observações e  $G$  é o Índice de Gini.

$$G = 1 - \sum_{i=1}^{n-1} (P_{i+1} - P_i)(X_{i+1} + X_i) \quad (25)$$

Neste estudo, o indicador foi estimado para o consumo, para a renda e para  $PmeC$  nos dois períodos de análise, isto é, em 2002-2003 e 2017-2018. Com isto, foi possível estimar as mudanças nas distribuições dessas variáveis através do tempo.

#### 4.7 ESTIMAÇÃO DA DENSIDADE DE KERNEL REPONDERADA

Para estimar alterações na  $PmeC$  dos brasileiros, foi utilizado o método de estimação contrafactual baseado na densidade de Kernel reponderada, seguindo o trabalho de DiNardo, Fortin e Lemieux (1996). O método proposto, que ficou conhecido como DFL (iniciais dos três autores), consiste em comparar funções de probabilidade, sendo que o que muda entre elas é a composição das variáveis causais.

A densidade de Kernel<sup>56</sup> divide os dados em intervalos de classe, associando-os, posteriormente, às observações que pertencem a esse intervalo. Adaptando as colocações apresentadas por Rosenblatt (1956) e Parzen (1962), a estimativa de densidade de Kernel ponderada (*Weighted Kernel Density Estimation*) pode ser descrita conforme o observado na equação (26). Nesta,  $X_i$  representa os valores amostrais de uma variável aleatória (com um tamanho  $n$  de observações para a unidade amostral) – sendo que  $i$  é a unidade amostral –,  $f_h(x)$  é a estimativa da densidade de Kernel,  $\theta_i$  simboliza o peso em  $i$  (sendo que  $\sum_{i=1}^n \theta_i = 1$ ),  $h$  é a largura dos intervalos (*bandwidth*)<sup>57</sup> e  $K(\cdot)$  a função de Kernel.

$$f_h(x) = \sum_{i=1}^n \frac{\theta_i}{h} K\left(\frac{x-X_i}{h}\right) \quad (26)$$

Expressando as demonstrações de DiNardo Fortin e Lemieux (1996), adaptando-as na aplicação de Azevedo (2005) no *software Stata* (pacote estatístico *df*), é válido colocar aqui as seguintes demonstrações. Em um primeiro momento, se constrói regressões logísticas que irão determinar os valores contrafactuais da *PmeC*<sup>58</sup> (que na aplicação está em valores de logaritmo natural para aproximar sua distribuição da normalidade)<sup>59</sup> com base em suas variáveis dependentes ( $y$ ). Como o arranjo das variáveis explicativas ( $x$ ) – que são tratadas aqui conjuntamente como fatores explicativos ( $z$ ) – varia de acordo com o valor da variável dependente (que, por ser binária, pode ser  $y=1$  ou  $y=0$ ), o modelo DFL irá simular a distribuição da *PmeC* da variável explicada nula ( $y=0$ ) caso ela fosse não-nula ( $y=1^*$ ). A equação (27) busca expressas relações.

$$PmeC \leftarrow y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon \quad (27)$$

<sup>56</sup> Vale lembrar aqui que a estimativa da densidade de Kernel é uma forma não-paramétrica de se calcular a Função Densidade de Probabilidade (FDP), fato esse que permite “suavizar” dados de uma amostra, permitindo exercícios de inferência mais concisos.

<sup>57</sup> O cálculo da largura do intervalo (ou da banda) geralmente segue o critério da média integrada do erro quadrático.

<sup>58</sup> Para retirar os valores negativos da análise DFL, a *PmeC* foi multiplicada por cem antes de ser transformada pelo método do logaritmo natural, deixando os valores já em percentuais. Com isso, apenas 15 valores negativos foram excluídos em uma amostragem de 381.998 observações.

<sup>59</sup> O procedimento em questão seguiu como referência a transformação Box-Cox, que calcula um valor *lambda* para o modelo e testa-o, sendo que se esse *lambda* for diferente de zero, transforma-se a variável pela função  $((y^\wedge lambda)-1/lambda)$ . Já se a estimativa for diferente de zero, transforma-se os dados pela aplicação do logaritmo natural ( $\ln(y)$ ). Ver Sakia (1992).

Levando estes aspectos em consideração, é possível observar a existência de uma distribuição da *PmeC*, pontuada pela equação (28), que engloba os fatores explicativos ( $z$ ), dado um determinado valor da variável dependente ( $y$ ). Sobre esta distribuição, é possível estimar uma função de densidade de probabilidade ( $f_y(\cdot)$ ) para a *PmeC* em uma dada característica (ou evento), levando em conta os fatores explicativos na causalidade do processo. Tal estimação é demonstrada nas equações (29), (30) e (31).

A equação (31) mostra que a função de densidade de probabilidade da *PmeC* está relacionada com o arranjo dos fatores explicativos ( $y_z$ ) e da própria *PmeC* ( $y_{PmeC}$ ) sobre a variável dependente. Em outras palavras, é possível estimar diferentes posições dos valores da *PmeC* quando se considera a distinção das distribuições frente às características binárias explicadas<sup>60</sup>.

$$F(PmeC, z|y) \quad (28)$$

$$f_y(PmeC) = \int F(PmeC, z|y_{PmeC} = y) \quad (29)$$

$$f_y(PmeC) = \int f(PmeC|z, y_{PmeC} = y) dF(z|y_z = y) \quad (30)$$

$$f_y(PmeC) = f(PmeC; y_{PmeC} = y; y_z = y) \quad (31)$$

Especificando essas afirmações, a equação (31) é reescrita na equação (32). Mede-se nesta a densidade de probabilidade da *PmeC* quando a variável dependente é igual a 0, considerando que a distribuição de  $z$  também se encontra na mesma posição ( $y=0$ ). Contudo, se ao invés de se aplicar os valores de  $z$  para  $y=0$  se utilizar os dados de  $y=1$ , a estimativa traria a densidade da *PmeC* em  $y=0$  com os fatores explicativos mantidos em  $y=1$ . Esta reformulação pode ser observada na equação (33).

$$f_y(PmeC) = f(PmeC; y_{PmeC} = 0; y_z = 0) \quad (32)$$

$$f_y(PmeC) = f(PmeC; y_{PmeC} = 0; y_z = 1) \quad (33)$$

---

<sup>60</sup> O que difere as equações aqui adaptadas com as originalmente apresentadas por DiNardo Fortin e Lemieux (1996) é a troca dos termos  $y$  e  $t$  (que representa a variação temporal das variáveis). Esta adaptação, que parte do pacote estatístico delineado por Azevedo (2005), permite uma estimação contrafactual mais ampla dos fatores, podendo comparar tanto os dados em dois tempos diferentes quanto qualquer característica dos indivíduos analisados.

A equação (33) pode ser reescrita em sua forma integrada, revertendo as transformações fundadas entre as equações (30) e (31), resultando na equação (34). Contudo, para se estimar uma função densidade de probabilidade, considerando-se as diferenças das variáveis explicativas nos termos pelo método de Kernel, é preciso determinar um fator de reponderação para os fatores explicativos ( $\psi_z(z)$ ). Tal aplicação permite aproximar a distribuição de  $y=0$  na direção daquela observada em  $y=1$ .

$$f_y(PmeC) = \int f(PmeC|z, y_{PmeC} = 0) dF(z|y_z = 1) \quad (34)$$

O fator de reponderação ( $\psi_z(z)$ ) é calculado pela derivada da distribuição de  $z$  em  $y=1$  em relação à distribuição de  $y=0$ , conforme o exposto pela equação (35). Como os fatores em  $z$  estão categorizados como binários, é necessário colocá-los em parâmetros de probabilidade condicional, seguindo o processo descrito na equação (36), e estimá-los pelo modelo Probit<sup>61</sup>. Aplicando o reponderamento sobre a equação (34), obtém-se a equação (37).

$$\psi_z(z) = \frac{dF(z|y_z=1)}{dF(z|y_z=0)} \quad (35)$$

$$\psi_z(z) = z \frac{Pr(z=0|y_z=1)}{Pr(z=0|y_z=0)} + [1 - z] \frac{Pr(z=1|y_z=1)}{Pr(z=1|y_z=0)} \quad (36)$$

$$f_y(PmeC) = \int f(PmeC|z, y_{PmeC} = 0) \psi_z(z) dF(z|y_z = 0) \quad (37)$$

Como já visto, no modelo proposto a função densidade de probabilidade ponderada é calculada através do método de Kernel. Para isso, basta acrescentar o termo de reponderamento na equação (26), obtendo-se a equação (38).

$$f_h(x) = \sum_{i=1}^n \frac{\theta_i}{h} \psi_z(z) K\left(\frac{x-X_i}{h}\right) \quad (38)$$

Estimando a densidade de Kernel reponderada e não-reponderada, e diferenciando-as, é possível obter o efeito das mudanças dos fatores explicativos sobre a *PmeC*. Tal exercício é feito de forma individual, para cada fator explicativo, e agregada, considerando alterações

---

<sup>61</sup> O modelo Probit utilizado é descrito por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996, p. 14), mas nesta dissertação foi utilizado um modelo logístico, *default* no *Stata*.

conjuntas nos fatores. Para este tipo de análise, DiNardo, Fortin e Lemieux (1996) propõem uma decomposição das mudanças nos diferentes fatores explicativos, que indicará, segundo os modelos estatísticos construídos por Azevedo (2005), as variáveis que mais contribuíram com as diferenças observadas entre o contrafactual e a característica empírica que ele simula. Contudo, antes de esboçar o modelo de decomposição para os dados, é preciso especificar quais são os fatores explicativos adotados na presente dissertação<sup>62</sup>. O Quadro 2 detalha essas definições.

O primeiro fator explicativo foi escolhido, primeiramente, para demonstrar as diferenças na propensão a consumir entre os anos estudados. Quanta aos demais, o intuito é separar grupos socioeconômicos distintos, conforme a composição de renda, inferindo sobre suas diferenças na propensão a consumir. Conhecendo os fatores explicativos apresentados, é válido observar que estes substituem  $z$  na equação (31), especificando-a. Sobre o posicionamento dessas variáveis binárias na aplicação DFL, é visto que a estimação pode ser feita em três partes para cada categoria, sendo possível comparar a suas curvas de densidade de probabilidade nas saídas (*outputs*) do pacote estatístico *dfl* no software *Stata*. A distribuição da *PmeC* classificada de acordo com o fator determinante “Trabalhador” (*Trab*), por exemplo, pode ser analisada para os empregadores (*Trab=0*), para os trabalhadores (*Trab=1*) e para o contrafactual estimado – analisando os empregadores caso eles fossem trabalhadores – (*Trab=1\**), isto em ambos períodos. Contudo, a análise do fator explicativo “Período”, segue uma lógica distinta das demais, pois se analisa apenas a composição da *PmeC* em 2002-2003 (*Periodo=0*) caso os fatores se dessem em 2017-2018 (*Periodo=1*).

---

<sup>62</sup> Os fatores explicativos aplicados nesta pesquisa se diferenciam em forma e conceito daqueles aplicados por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996), que eram centrados em questões do mercado de trabalho, tratando de variáveis como Salário Mínimo, grau de sindicalização e outros atributos. A variável  $z$ , adotada nas equações acima, representa genericamente os fatores explicativos, os quais podem mudar de acordo com o objetivo da pesquisa.



Quadro 2 - Definições dos fatores explicativos (z)

Fator explicativo	Nome da variável	Definição da variável
Período	<i>Periodo</i>	Variável que diferencia os períodos analisados, sendo que quando <i>Periodo=0</i> , os valores demarcam 2002-2003, e em <i>Periodo=1</i> , os mesmos estão atribuídos para 2017-2018. Como os dados da POF foram empilhados nesta análise em específico, esta variável diferencia os dois bancos de dados utilizados.
Trabalhador	<i>Trab</i>	Variável binária é dividida entre trabalhadores ( <i>Trab=1</i> ) e empregadores ( <i>Trab=0</i> ). Seguindo os dados da POF, a classificação dos trabalhadores engloba os domésticos, os empregados no setor público e privado, os militares, os trabalhadores por conta própria e os não remunerados.
Eixo-Norte	<i>ENorte</i>	Variável que identifica se os indivíduos residem no Eixo-Norte ( <i>ENorte=1</i> ) ou Eixo-Sul ( <i>ENorte=0</i> ). As regiões que compõem o eixo em questão são a Norte e a Nordeste
Não-Branco	<i>NBranco</i>	Variável que indica se o indivíduo é não-branco ( <i>NBranco=1</i> ), o que inclui as categorias pretos, pardos, amarelos, indígenas e não declarados ou branco ( <i>NBranco=0</i> ).
Abaixo do 90º Percentil	<i>AbPerc90</i>	Identifica os indivíduos que estão abaixo do 90º percentil da renda ( <i>AbPerc90=1</i> ), distinguindo-os daqueles que estão acima ( <i>AbPerc90=0</i> ) – os 10% das observações que contêm as maiores rendas.
Acima do 10º Percentil	<i>AcPerc10</i>	Separa os indivíduos que estão acima do 10º percentil ( <i>AcPerc10=1</i> ) daqueles que estão abaixo ( <i>AcPerc10=0</i> ) – os 10% das observações que possuem as menores rendas.

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE).

Para especificar as aplicações do método, é preciso salientar que, de acordo com os *outputs* gráficos do *Stata*, os resultados encontrados seguem um padrão nas análises. O primeiro ponto compara distribuição real do logaritmo natural da *PmeC* quando a variável explicada é nula ( $y=0$ ) juntamente com a sua distribuição ponderada, ou seja, com a distribuição da variável explicada nula ( $y=0$ ) caso o seu comportamento simulasse uma distribuição de uma variável explicada de valores não-nulos ( $y=1^*$ ). A segunda análise compara a distribuição ponderada em Kernel com a de fato não-nula, quando a variável explicada binária é igual a um ( $y=1$ ) – quanto mais próxima a contrafactual ( $y=1^*$ ) for da não-nula ( $y=1$ ), melhor será a qualidade da simulação do modelo (está diferença também é expressa graficamente nas saídas). Nesta é

voltado um valor numérico da diferença média da densidade entre  $y=I$  e  $y=I^*$ , sendo que quanto mais próximo de zero esse valor, mais a simulação se aproxima da realidade simulada.

Para a análise dos fatores em conjunto, é proposto uma decomposição das mudanças nos fatores explicativos. Em suma, o que a metodologia de DiNardo, Fortin e Lemieux (1996) propõe, é a subtração dos fatores explicativos, obtendo-se, a cada retirada, um valor diferente da distribuição. Essa decomposição possibilita observar os efeitos conjuntos gerados pelos fatores sobre a *PmeC*. A aplicação da decomposição em Azevedo (2005), que é adotada nesta dissertação, especifica como os fatores influenciam nas diferenças de densidades que são calculadas entre o contrafactual ( $y=I^*$ ) e a curva empírica não-nula ( $y=I$ ) – diferença que é estimada pela equação (39). Logo, a decomposição realizada tem por função explicar e especificar quais variáveis que tornam a curva simulada mais ou menos próxima da real. Dado que  $z$  representa o conjunto dos fatores individualmente ( $x_j$ ), conforme mostra a equação (40), a decomposição é calculada ao se estimar a diferença da equação (39) desconsiderando alguma das variáveis explicativas ( $x_j$ ) em seu cálculo. Dito de outra maneira, ao se retirar um elemento explicativo do conjunto dos fatores – o que é demonstrado na equação (41) –, é possível estimar uma nova diferença e compará-la graficamente com a que leva em consideração todos os fatores em  $z$ , mostrando o efeito desse fator excluído sobre a disparidade completa do modelo. A equação (42) ilustra o cálculo da diferença defasada na decomposição.

$$f_{y=1}(PmeC) - f_{y=1^*}(PmeC) = \quad (39)$$

$$[\int f(PmeC|z, y_{PmeC} = 1) dF(z|y_z = 1)] -$$

$$[\int f(PmeC|z, y_{PmeC} = 0) \psi_z(z) dF(z|y_z = 0)]$$

$$z = \{x_1, x_2, \dots, x_n\} \quad (40)$$

$$x_j \notin z \rightarrow z_{(x_j \notin)} \quad (41)$$

$$f_{y=1}(PmeC) - f_{y=1^*, x_j \notin z}(PmeC) = \quad (42)$$

$$[\int f(PmeC|z, y_{PmeC} = 1) dF(z|y_z = 1)] -$$

$$[\int f(PmeC|z_{(x_j \notin)}, y_{PmeC} = 0) \psi_z(z) dF(z_{(x_j \notin)}|y_z = 0)]$$

Dentro desse contexto de análise da influência dos fatores explicativos, a própria estimação proposta por Azevedo (2005) retorna uma regressão logística. Com tal aplicação é

possível estimar as razões de chances (*odds ratio*) – indicador demonstrado pela equação (43), sendo que  $\beta_j$  é o coeficiente da regressão logística para o *j*-ésimo fator explicativo – das variáveis, estimativa que permite determinar a probabilidade associada à ocorrência de um evento explicado ( $y=1$ ) diante das variáveis explicativas – mostrando, em uma situação onde um evento explicativo ocorre ( $x_j=1$ ), se as é a chance de um evento explicado ( $y=1$ ) acontecer são maiores ou menores<sup>63</sup>. A probabilidade da razão de chances é calculada conforme a equação (44).

$$odds\ ratio_j = e^{\beta_j} \quad (43)$$

$$P_j(\%) = (odds\ ratio_j - 1)100 \quad (44)$$

As regressões logísticas são aplicadas para todas as variáveis apresentadas no Quadro 2, com exceção do “Período”, porque não faz sentido analisar como os fatores influenciam a probabilidade de um dado momento histórico ocorrer. As análises alternam cada um dos cinco fatores explicativos como variáveis explicadas, colocando o restante dos fatores como variáveis explicativas – isto tanto para 2002-2003 quanto para 2017-2018. É importante ressaltar que a aplicação rejeita relacionar as variáveis que atribuem os indivíduos conforme os percentis, pois não existe nenhuma posição em que os que estão acima do 90º percentil ( $AbPerc90=0$ ) também estejam abaixo do 10º percentil ( $AcPerc10=0$ ), tornando a relação nula – esta questão também está presente nas estimações das densidades no método DFL, assim como na decomposição, visto que ambas partem da regressão logística.

Especificando a regressão logística (*Logit Model*), segundo as colocações de Figueira (2006), a modelo parte do pressuposto de uma variável dependente binária ( $y$ ) pode ser influenciada por outras variáveis explicativas ( $x_j$ ), sendo estas de qualquer natureza. Assim, estimasse o impacto destas últimas sobre a probabilidade ( $P(.)$ ) de a variável dependente ser igual a um ( $y=1$ ). A sequência das equações (45) e (46) explicam o cálculo deste tipo de regressão.

$$\ln \left[ \frac{P(y=1)}{1-P(y=1)} \right] = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n \quad (45)$$

$$\left[ \frac{P(y=1)}{1-P(y=1)} \right] = e^{\beta_0} (e^{\beta_1})^{x_1} (e^{\beta_2})^{x_2} \dots (e^{\beta_n})^{x_n} \quad (46)$$

<sup>63</sup> Para se ter uma noção mais profunda do cálculo da razão de chances na regressão logística, ver Sperandei (2014).

O Quadro 3 especifica os cinco modelos trabalhados nesta dissertação, definindo as variáveis dependentes ( $y$ ) e as variáveis independentes ( $x_j$ ) das regressões estimadas ao longo da aplicação dos métodos quantitativos. Por conta da relação perfeita das variáveis  $AbPerc90$  e  $AcPerc10$  (todos que estão abaixo do 10º percentil da renda não estão acima do 90º percentil e vice-versa), os modelos 4 e 5 não utilizam os as divisões entre os percentis como fator explicativo – o próprio pacote estatístico excluí automaticamente as variáveis do modelo.

Quadro 3 - Modelos da regressão logística

<b>Modelo 1</b>	$y = Trab$	$x_1 = ENorte; x_2 = NBranco; x_3 = AbPerc90; x_4 = AcPerc10$
<b>Modelo 2</b>	$y = ENorte$	$x_1 = Trab; x_2 = NBranco; x_3 = AbPerc90; x_4 = AcPerc10$
<b>Modelo 3</b>	$y = NBranco$	$x_1 = Trab; x_2 = ENorte; x_3 = AbPerc90; x_4 = AcPerc10$
<b>Modelo 4</b>	$y = AbPerc90$	$x_1 = Trab; x_2 = ENorte; x_3 = NBranco$
<b>Modelo 5</b>	$y = AcPerc10$	$x_1 = Trab; x_2 = ENorte; x_3 = NBranco$

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

O grau de ajuste dos modelos descritos acima foi testado por meio da análise da área abaixo da Curva Característica de Operação do Receptor, ou *Receiver Operating Characteristic* (ROC). Se referenciando nos pressupostos de Polo e Miote (2020), a classificação do modelo se realiza da seguinte forma: quando o valor da Área Abaixo da Curva de ROC (AACR) estiver 0,5 e 0,6, a classificação é *péssima*, entre 0,6 e 0,7 é *ruim*, entre 0,7 e 0,8 é *pobre*, entre 0,8 e 0,9 é *bom* e acima de 0,9 é *excelente* (POLO; MIOTE, 2020).

É importante observar que as análises propostas têm por princípio estimar o efeito da mudança da distribuição da renda sobre a *PmeC* dos brasileiros, utilizando para isso um referencial contrafactual. Dizendo de outro modo, quando se considera as possíveis causalidades dos fatores explicativos binários sobre as variáveis explicadas (seja diferenciando os períodos no modelo principal ou os próprios fatores explicativos nos modelos secundários), infere-se sobre a distribuição da *PmeC* observada. O presente trabalho permite se ter uma noção abrangente das propensões observadas, tratando os microdados em suas diversas perspectivas na análise DFL.

Os métodos propostos aqui visam dar forma aos objetivos específicos desta pesquisa. Aplicando as estatísticas sobre os microdados, é possível se ter uma noção mais ampla da *PmeC* nos períodos, classificando-a de segundo os grupos de renda delineados. A parte mais básica da análise, que apresenta as estatísticas descritivas, serve de base para às estimações gráficas do modelo DFL, o que reforça a observação do comportamento das variáveis analisadas. Complementarmente, os resultados devem ser observados sob os pressupostos do capítulo dois e dentro das conjunturas históricas do capítulo três, o que salienta e conecta os argumentos apresentados ao longo deste trabalho.

## 5 CARACTERÍSTICAS DA RENDA, DO CONSUMO E DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR

Para abordar a dinâmica da propensão a consumir no Brasil contemporâneo é preciso ter em mente o comportamento médio do consumo e da renda ao longo das últimas décadas. Sabendo disso, esta parte da pesquisa visa expor, primeiramente, as principais estatísticas descritivas das variáveis citadas, para depois se aprofundar nas estimações das curvas de densidades de probabilidade da *PmeC* no capítulo seguinte.

Antes de tudo, é preciso revisar o contexto histórico do período de abrangência das estatísticas. Resumindo o que já foi visto na segunda parte desta dissertação, é possível observar que as décadas de 2000 e 2010 foram marcadas por um movimento cíclico na economia brasileira. Após a tentativa de estabilização macroeconômica em meados dos anos 1990, o Brasil entra novamente em recessão entre 1999 e 2000. Dados do IPEADATA (2022) mostram que a variação do PIB real em 2001 foi negativa no quarto trimestre (-0,53% ao ano). Embora no ano de 2002 tenha sido possível constatar uma melhora na produção brasileira (5,17% ao ano no quarto trimestre), os valores voltaram a cair no último trimestre de 2003 (0,59% ao ano). Durante o governo Lula (2003-2011) a economia brasileira retomou seu crescimento, principalmente durante seu segundo mandato (2007-2011), o que favoreceu alguns avanços sociais no país, como a queda na desigualdade e a redução da pobreza e da extrema pobreza – o número de indivíduos pobres se reduziu em mais de 44% entre 2003 e 2011, enquanto a redução dos extremamente pobres foi de aproximadamente 55% no mesmo intervalo<sup>64</sup>. Complementarmente, os avanços econômicos na área do mercado de trabalho, o que inclui a valorização do SM, foram importantes para coordenar as mudanças sociais do período Lula – Krein, Santos e Nunes (2012) observam as instituições e políticas que permearam essas alterações.

Como já visto, o governo Dilma (entre 2011 e 2016) mostrou certas vulnerabilidades no campo político, aspectos esses consumados pelo próprio processo de *impeachment* da presidente. O resultado desta conjuntura de desestruturação econômica e política foi a consolidação de mais uma crise no país. Entre o primeiro trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2015 o incremento produtivo real passou de 3,47% ao ano para -5,14%. Após a tomada do governo por Temer em 2016, a produção econômica apresentou uma breve recuperação. Porém,

---

<sup>64</sup> Dados retirados do IPEADATA (2022).

os níveis de crescimento se mantiveram baixos<sup>65</sup>. Entre o primeiro trimestre de 2017 e o último trimestre de 2018 o crescimento real e anual do PIB passou de 0,29% para 1,61% mantendo-se em uma tendência decrescente nos períodos seguintes.

Em termos gerais, ao observar as mudanças ocorridas entre esses dois intervalos de tempo, os dados acabam por representar a dinâmica da renda e do consumo ao longo das duas décadas passadas. A análise estatística em si tem por função complementar empiricamente as conjunturas e os conceitos expostos nos capítulos anteriores, o que dá argumento para as colocações sobre as convergências e as divergências existentes entre o referencial teórico e a realidade observada, embasando, ao mesmo tempo, a metodologia central da pesquisa.

Entretanto, antes de apresentar as estatísticas descritivas em si, que definem as médias, as medianas e os desvios padrões dos valores nos determinados grupos de classificação, é preciso apresentar uma visão geral sobre a frequência de participação dentro de cada categoria. Com esse exercício é possível se ter uma maior dimensão, em termos quantitativos, das diferenças existentes entre os grupos estudados. A Tabela 1 mostra que dentro da categoria “posição na ocupação” o contingente se concentra nos trabalhadores, sendo que o percentual restante não tabulado (48,10% em 2002-2003 e 44,32% em 2017-2018) representa a porção dos indivíduos fora da força de trabalho ou desocupados<sup>66</sup>. No que se refere a “cor ou raça”, é estimado que os brancos compunham 50,37% da população em 2002-2003, percentual que se reduziu para 44% em 2017-2018, enquanto os não-brancos (pretos, pardos, amarelos, indígenas e os não declarados) representavam 49,63% da população em 2002-2003 e 56% em 2017-2018. A distribuição dos brasileiros nas macrorregiões se concentra no Sudeste, em torno de 42% nos dois períodos, e, posteriormente, no Nordeste, macrorregião que compunha quase 29% da população em 2002-2003 e mais de 27% em 2017-2018. Em uma análise geral, é possível ver que a distribuição populacional dos brasileiros nas categorias tem um aspecto concentrador.

---

<sup>65</sup> Comparados os três governos dos períodos estudados, Lula, Dilma e Temer, a maior média de crescimento do PIB real foi para o primeiro governo (entre 2003 e 2010 a taxa de produção cresceu em média 4,10% ao ano). A pior taxa média de crescimento se realizou no governo Dilma (0,56% ao ano), o que é muito explicado pela recessão após 2014. Já durante o governo Temer a produção real se recuperou, mas permaneceu em baixos patamares de crescimento (1,27% ao ano). Os dados apresentados foram coletados do IPEADATA (2022).

<sup>66</sup> Para 2002-2003 foi estimado um total de 3,1 milhões de empregadores e 97 milhões de empregados. Para o período 2017-2018, o total de empregadores totalizou 3,5 milhões, enquanto os trabalhadores somavam 9,5 milhões.

Tabela 1- Frequência da população nas categorias

Categorias	Subcategorias	Participação no total (%)	
		2002-2003	2017-2018
Posição na ocupação	Empregador	1,58	1,69
	Trabalhador	49,68	46,02
Cor ou raça	Branco	50,37	44,00
	Não-branco	49,63	56,00
Macrorregião	Sul	14,16	14,29
	Sudeste	42,62	42,19
	Centro-oeste	6,53	7,66
	Norte	7,79	8,58
	Nordeste	28,91	27,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

A apresentação das estatísticas descritivas está dividida em quatro partes. As três primeiras mostram os resultados gerais da renda, do consumo e da *PmeC*. Analisa-se a mudança na composição de cada um desses fatores entre os períodos, o que possibilita, considerando os atributos categóricos das estatísticas, a visualização de padrões distributivos e seus reflexos conjunturais. Após apresentar essas observações, a última parte ocupa-se em apresentar as medidas de desigualdade e algumas considerações gerais sobre os resultados obtidos.

## 5.1 CARACTERÍSTICAS DA RENDA

Conforme o mostrado pela Tabela 2, a renda real *per capita* média e mediana<sup>67</sup> (representada pelo 50º percentil) se reduziram, respectivamente, em mais de 25% e 11% entre 2002-2003 e 2017-2018, movimento que foi generalizado entre os percentis<sup>68</sup> observados. Também é possível observar que os percentis mais baixos, os quais representam as camadas populacionais que possuem comparativamente as menores rendas, foram aquelas que obtiveram

<sup>67</sup> Como o desvio padrão é muito alto nas observações, a média não se faz representativa. Por isso, a análise das medidas de tendência central se concentra na mediana. Este padrão segue para todas as análises subsequentes. Morettin e Bussab (2017) explicam as relações e usos da média e da mediana frente a dispersão dos dados no terceiro capítulo do livro.

<sup>68</sup> Os percentis representam a distribuição crescente da renda entre os indivíduos. Por exemplo, no caso da Tabela 3, é possível interpretar que 10% da população brasileira possui uma renda de até R\$ 322,33 – em valores de 2018 – no período 2002-2003 ou que metade da população (o que representa a mediana) receberam até R\$ 1.075,48 entre 2017 e 2018.



menores reduções quando comparadas com os percentis superiores ao 50º percentil. Considerando a conjuntura dos avanços sociais nos anos 2000, é possível que o maior asseguramento das rendas dos mais pobres tenha sido influenciado diretamente pelas políticas de valorização do Salário Mínimo e pelas políticas transferências de renda (como o Programa Bolsa Família) – Campello (2013) mostra a importância dessas políticas com detalhes.

Outro ponto importante a se observar na Tabela 2, se refere à queda na renda dos dois extremos da distribuição. Os brasileiros do 99º percentil, que possuíam uma renda de até R\$ 20.041,76 em 2002-2003, passaram a dispor de até R\$ 13.340,78 no último período, o que corresponde a uma redução de praticamente um terço na renda real. Quando se compara a redução do 99º com a observada para o 1º percentil, a queda é menor para este último – aproximadamente 25%. As menores reduções relativas da renda se encontram entre o 5º e o 25º percentil. Comparando esses resultados, pode-se inferir que provavelmente existe uma maior volatilidade da renda nos extremos da distribuição, sendo que a redução do extremo mais rico foi proporcionalmente maior do que a dos mais pobres.

Tabela 2 - Estatísticas gerais da renda dos brasileiros nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

		<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Estatísticas descritivas	Média	R\$ 2.416,72	R\$ 1.808,01
	Desvio Padrão	R\$ 4.517,75	R\$ 3.214,71
	1%	R\$ 107,35	R\$ 103,16
	5%	R\$ 222,29	R\$ 221,17
	10%	R\$ 322,33	R\$ 322,23
	25%	R\$ 602,12	R\$ 580,94
Percentis	50% (Mediana)	R\$ 1.212,40	R\$ 1.075,48
	75%	R\$ 2.505,69	R\$ 1.920,48
	90%	R\$ 5.230,08	R\$ 3.606,69
	95%	R\$ 8.247,58	R\$ 5.696,59
	99%	R\$ 20.041,76	R\$ 13.340,78

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Para analisar a distribuição dos rendimentos de forma mais concisa, foi criada uma categorização de acordo com níveis medidos em Salário Mínimo (SM)<sup>69</sup>. As estimativas do Salário Mínimo para os períodos foram calculadas de acordo com a média dos valores entre 2002 e 2003 e entre 2017 e 2018. Para o primeiro período o valor do SM foi de R\$ 220,00 (que em valores reais é equivalente a R\$ 1.050,56 para o período 2017-2018). Para 2017-2018 o SM foi de aproximadamente R\$ 945,50 – o SM sofreu uma desvalorização real entre os períodos.

A Tabela 3 mostra que o percentual de pessoas que recebiam até meio SM reduziu de 21,38% (2002-2003) para 18,74% (2017-2018). Paralelamente, também é possível observar que, enquanto as proporções que representam os indivíduos que recebiam mais de 3 SM foram reduzidas, o percentual de pessoas que recebiam entre 1 e 2 SM aumentou em mais de 5 pontos percentuais – sendo esse o aumento mais relevante da análise. Tal fato pode representar um movimento de redistribuição da renda entre as camadas sociais, visto que em meados dos anos 2000 o governo Lula se destacou pela redução da extrema pobreza, ou seja, houve uma ascensão social dos grupos mais pobres.

Contudo, somando-se a essas melhorias, como a redução da renda é generalizada, é possível afirmar que o movimento redistributivo possivelmente também foi fundamentado pelo asseguramento da renda dos mais pobres – o que não necessariamente significa que os indivíduos de baixa renda contaram um com choque menor do que os de alta renda<sup>70</sup>. Biancarelli (2014) mostra que esses avanços socioeconômicos foram estimulados por um conjunto de políticas adotadas – em combinação com as tendências gerais do mercado internacional –, sendo que dentre essas destacam-se os programas de transferências de renda, a valorização real do Salário Mínimo e as mudanças no mercado de trabalho, como também o aumento no número de empregos formalizados.

Apesar da notada redistribuição da renda, é válido afirmar que os resultados gerais não apontam para uma conjuntura positiva em termos de combate massivo à predominância de baixas rendas e à desigualdade de renda quando se compara o período de 2017-2018 com 2002-2003<sup>71</sup>. Observando a Tabelas 3, é possível ver que 70% ou mais da população contava apenas com até dois salários mínimos nos dois períodos. Porém, em termos de poder aquisitivo da

---

<sup>69</sup> A escolha da divisão das categorias por SM se baseia na importância empírica dessa variável para a literatura que estuda o efeito redistributivo das políticas públicas. Corseuil e Servo (2002) revisam a literatura brasileira que trata do tema, pontuando os diversos critérios que justificam a utilização do SM como um determinante distributivo.

<sup>70</sup> Devido à vulnerabilidade dessas pessoas, uma pequena oscilação em suas rendas pode ser mais significativa, em termos de qualidade de vida, do que uma variação maior no poder aquisitivo dos comparativamente mais ricos.

<sup>71</sup> Deve-se levar em conta o momento de ruptura após 2014, o qual foi responsável por interromper o progresso social instaurado nos anos 2000.

população de menor renda, aqueles que consomem de acordo com as suas necessidades de subsistência, a situação foi mais favorável no último período da análise. Utilizando-se dos dados da DIEESE, é possível notar que o SM em 2017-2018 conseguia comprar mais cestas básicas do que em 2002-2003 (período anterior à valorização real do SM aplicada durante o governo Lula). Em resumo, um SM em 2002-2003 possibilitava comprar até uma cesta básica e meia, enquanto em 2017-2018 o poder aquisitivo sobe para até duas cestas básicas e meia<sup>72</sup>.

Tabela 3 - Estatísticas gerais da renda dos brasileiros nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

Intervalos de renda em SM <sup>1</sup>	2002-2003		2017-2018	
	Nº de pessoas	% <sup>2</sup>	Nº de pessoas	%
Até 1/2	42.008.530	21,38	38.814.501	18,74
Entre 1/2 e 1	45.449.868	23,13	52.821.058	25,50
Entre 1 e 2	50.081.639	25,49	62.476.104	30,17
Entre 2 e 3	21.391.099	10,89	23.256.065	11,23
Entre 3 e 4	11.449.462	5,83	10.649.761	5,14
Entre 4 e 5	6.533.321	3,33	5.600.087	2,70
Entre 5 e 6	4.904.263	2,50	3.038.353	1,47
Entre 6 e 7	2.676.915	1,36	2.564.279	1,24
Entre 7 e 8	2.434.737	1,24	1.500.965	0,72
Entre 8 e 9	1.870.512	0,95	1.386.349	0,67
Entre 9 e 10	1.282.180	0,65	936.599	0,45
Entre 10 e 20	4.658.811	2,37	3.231.342	1,56
Acima de 20	1.733.124	0,88	828.327	0,40
<b>Total</b>	<b>196.474.461</b>	<b>100,00</b>	<b>207.103.790</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> SM: Salários Mínimos.

<sup>2</sup> Frequência de indivíduos por categoria (tanto para 2002-2003 quanto para 2017-2018)

O aumento do poder de compra dos brasileiros pode ser explicado pelos fatores conjunturais que estão circunscritos na própria questão do aumento da renda dos trabalhadores. Seguindo a linha de raciocínio de Welter (2021), o comportamento conjunto do SM com a inflação é fundamental para determinar o nível de consumo das famílias. Desde meados de 2007, a inclusão do PIB no cálculo dos reajustes salariais contribuiu para aumentar o poder de compra dos brasileiros – nesta fase a economia estava em ascensão, o que, pela metodologia de

<sup>72</sup> O cálculo da cesta básica foi feito pela média entre os meses de julho nos intervalos dos períodos (2002-2003 e 2017-2018), sendo que o preço nacional foi estimado pelo pela média das capitais disponibilizadas pelo DIEESE. Como resultado, encontrou-se que o preço médio da cesta básica entre 2002 e 2003 foi de R\$ 140,19 (em valores nominais) e de R\$ 375,46 para intervalo entre 2017 e 2018.

valorização real do SM<sup>73</sup>, aumentou a renda do trabalho na mesma proporção do crescimento econômico.

Além da categorização por faixas de SM, é necessário estimar a renda de acordo com as classificações gerais dos indivíduos. Tal exercício é válido para se ter uma dimensão mais representativa dos dados. Abrangendo o referencial exposto nos capítulos anteriores, foram consideradas duas categorias gerais: posição na ocupação (que está dívida entre empregadores e trabalhadores) e cor ou raça (que abrange os brancos e os não-brancos)<sup>74</sup>. A Tabela 4 expõe a média, a mediana e o desvio padrão da renda de acordo com essas categorias. Sob uma primeira perspectiva, é possível distinguir a renda das subcategorias historicamente oprimidas (trabalhadores e não-brancos) das historicamente privilegiadas (empregadores e brancos), sendo que o primeiro grupo tende a possuir uma renda mediana inferior ao segundo.

Todavia, do primeiro período para o segundo, a renda caiu em todas as classificações, sendo que a queda foi maior para os empregadores e para os brancos, quando comparados em suas categorias. Assim como o observado nos grupos mais baixos da faixa dos rendimentos, a renda permaneceu mais estável nas subcategorias economicamente frágeis, o que resultou em uma maior igualdade na distribuição categórica da renda entre as posições na ocupação e as cores (ou raças) – o que não é necessariamente positivo do ponto de vista social, visto que tal redução se deu por conta de uma queda geral nos rendimentos, sendo que essa afetou com menos intensidade os grupos oprimidos.

Para contabilizar essa redução, que abrange as medidas de tendência central e as dispersões, é válido observar que no período 2002-2003 a renda mediana dos empregadores equivalia a mais de 341% da renda mediana dos trabalhadores, valor esse reduzido para, aproximadamente, 236% em 2017-2018. No caso do diferencial entre as cores ou raças, é posto que em 2002-2003 a renda mediana dos brancos equivalia a 197% do valor estimado para os não-brancos, percentual que diminuiu para 166% em 2017-2018 – em valores aproximados. Mesmo com essas reduções, as diferenças de renda continuaram marcantes.

---

<sup>73</sup> O modelo de reajuste do SM no período levava em consideração a variação anual do PIB no cálculo de reajuste salarial.

<sup>74</sup> A opção por categorizar em ordenamento binário surgiu da necessidade de simplificação das interpretações, distinguindo-se os mais vulneráveis dos mais privilegiados. A subcategoria dos não-brancos representa a classificação do IBGE quanto aos pretos, pardos, indígenas, amarelos e os não declarados. Da mesma forma, a subcategoria dos trabalhadores abrange todas as profissões restantes: militar, trabalhador doméstico, trabalhador do setor privado (e público) e trabalhador por conta própria.

Tabela 4 - Renda por posição na ocupação e cor nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas (R\$)</b>	<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Posição na ocupação	Empregador	Média	8.254,79	5.741,31
		Mediana	4.803,56	2.962,11
		Desvio Padrão	12.012,84	11.364,73
	Trabalhador	Média	2.618,74	2.016,80
		Mediana	1.405,26	1.256,58
		Desvio Padrão	4.547,25	3.038,54
Cor ou raça	Branco	Média	3.238,50	2.462,33
		Mediana	1.694,91	1.426,56
		Desvio Padrão	5.412,59	4.260,64
	Não-branco	Média	1.582,76	1.293,88
		Mediana	858,36	857,20
		Desvio Padrão	3.164,11	1.894,82

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Além das categorias relativas às especificidades individuais, é válido mostrar aqui as diferenças existentes entre as macrorregiões brasileiras. Tal preceito segue a ideia de que a desigualdade na distribuição da renda brasileira é também observada entre os territórios geográficos, sendo que, historicamente, as macrorregiões do Eixo-Norte (Norte e Nordeste) foram marginalizadas em detrimento da ascensão econômica das macrorregiões do Eixo-Sul (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) – fundamento esse que Furtado (2005) aborda com clareza.

A Tabela 5 evidencia essas desigualdades regionais no escopo da renda. É mostrado que as rendas representativas das macrorregiões do Eixo-Sul são, em média, mais do que duas vezes maiores do que as rendas representativas do Eixo-Norte, isto para os dois períodos analisados. Porém, a redução da renda de um período para o outro não se deu de forma padronizada entre as localidades, isto quando se compara os diferentes eixos delineados. A mais afetada foi a macrorregião Sudeste (com mais de 40% da população total), na qual a renda mediana decaiu em quase um quarto. Em seguida apresenta-se o Norte, com uma queda de 13,19%.

Tabela 5 - Renda por Macrorregião nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas (R\$)</b>	<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Sul	Média	2.878,87	2.156,03
	Mediana	1.611,75	1.473,13
	Desvio Padrão	5.172,78	3.293,93
Sudeste	Média	3.172,01	2.203,39
	Mediana	1.711,17	1.296,03
	Desvio Padrão	5.032,38	3.868,19
Centro-oeste	Média	2.501,12	2.283,91
	Mediana	1.181,32	1.288,09
	Desvio Padrão	5.284,52	3.683,67
Norte	Média	1.438,34	1.029,09
	Mediana	735,36	638,79
	Desvio Padrão	2.869,32	1.890,91
Nordeste	Média	1.321,41	1.125,24
	Mediana	655,70	697,37
	Desvio Padrão	3.039,05	1.759,42

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Considerando as análises da renda e suas dimensões, é visto que, no geral, o movimento é de queda. A desvalorização da renda no tempo mostra que os valores reais de 2002-2003 eram mais robustos quando comparados com os de 2017-2018, o que pode ser influenciado por múltiplos fatores, como a própria crise que se instaurou no Brasil após 2014<sup>75</sup>. Porém, mesmo ainda existindo altos graus de disparidade de renda entre as categorias, é possível ver uma melhoria redistributiva nos resultados. Visto a dinâmica da renda entre os períodos, é válido realizar aqui um estudo descritivo similar para a variável que representa o consumo dos indivíduos.

<sup>75</sup> Conforme já visto no capítulo dois desta dissertação, existe uma grande discussão sobre os fatores que geraram a crise de 2014-2015, que repercute, principalmente, no campo das políticas fiscais. Alguns autores apontam para os gastos excessivos e o alto endividamento, enquanto outros argumentam sobre a mudança de posicionamento do governo Dilma, no sentido da austeridade ortodoxa. Para entender essas questões mais a fundo, ver Chernavsky, Dweck e Teixeira (2020).

## 5.2 CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO

Seguindo a mesma lógica da renda, a média e a mediana do consumo caíram entre os dois períodos, só que de forma mais intensa do que a renda – as quedas do consumo médio e mediano se reduziram, respectivamente, em quase 50% e 40%, enquanto a renda decresceu em um pouco mais de 25% (média) e 11% (mediana) –, conforme o observado na Tabela 6. Porém, a diferença na redução dos percentis não é tão elevada e nem padronizada (afetando os extremos, principalmente no topo da distribuição) quando comparada com a renda, o que possivelmente significa que, por mais que a estabilidade esteja mais presente nos menores níveis de consumo, a distribuição deste foi mais concentradora quando comparada com a renda.

Tabela 6 - Estatísticas gerais do consumo nos períodos 2002-2003<sup>1</sup> e 2017-2018

		<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Estatísticas descritivas	Média	R\$ 1.915,94	R\$ 965,38
	Desvio Padrão	R\$ 4.287,24	R\$ 1.442,99
	1%	R\$ 85,96	R\$ 57,28
	5%	R\$ 182,08	R\$ 124,44
	10%	R\$ 265,41	R\$ 179,96
	25%	R\$ 482,49	R\$ 313,30
Percentis	50% (Mediana)	R\$ 966,18	R\$ 582,93
	75%	R\$ 2.003,99	R\$ 1.105,53
	90%	R\$ 4.077,23	R\$ 2.003,82
	95%	R\$ 6.370,99	R\$ 2.954,36
	99%	R\$ 15.009,33	R\$ 6.235,52

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Para analisar o comportamento do consumo em diferentes faixas de renda, a Tabela 7 mostra a distribuição do consumo total (soma do consumo dos indivíduos que pertencem a cada categoria) por intervalos de SM. Em termos de participação, é possível confirmar a existência de uma redistribuição do consumo, no sentido de que as despesas totais dos indivíduos de maior renda diminuiram enquanto as das pessoas de menor renda aumentaram, o que converge com o

observado na Tabela 3. A participação do consumo total dos que receberam até 3 SM aumentou. A variação mais significativa também ocorreu nos que receberam entre 1 e 2 SM (mais de 8 pontos percentuais), enquanto a participação dos que receberam mais de 3 SM diminuiu. Tal realocação do consumo total pode ser explicada pelo aumento no nível das despesas relativas dos indivíduos que recebiam até 3 SM, sendo que esse contingente, que abrangia quase 45% do consumo total no período 2002-2003, se elevou para mais de 58% no segundo período.

Tabela 7 - Categorização do consumo<sup>1</sup> total por classes de rendas: 2002-2003 e 2017-2018

Intervalos de renda em SM <sup>2</sup>	2002-2003		2017-2018	
	Consumo total (R\$ Bilhões) <sup>3</sup>	%*	Consumo total (R\$ Bilhões)	%
Até 1/2	17,60	4,68	10,80	5,41
Entre 1/2 e 1	39,00	10,37	25,40	12,71
Entre 1 e 2	65,20	17,34	50,90	25,48
Entre 2 e 3	46,80	12,44	29,90	14,96
Entre 3 e 4	33,90	9,01	17,90	8,96
Entre 4 e 5	23,70	6,30	11,90	5,96
Entre 5 e 6	21,50	5,72	7,50	3,75
Entre 6 e 7	12,80	3,40	7,30	3,65
Entre 7 e 8	15,10	4,01	4,90	2,45
Entre 8 e 9	11,30	3,00	5,10	2,55
Entre 9 e 10	9,10	2,42	3,40	1,70
Entre 10 e 20	44,80	11,91	17,20	8,61
Acima de 20	35,30	9,39	7,60	3,80
<b>Total</b>	<b>376,10</b>	<b>100,00</b>	<b>199,80</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Para simplificação do entendimento, os valores que representam o somatório do consumo dos indivíduos dentro de cada categoria de renda foram escritos em R\$ milhões.

<sup>2</sup> SM: Salários Mínimos.

<sup>3</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

\* O percentual se refere à participação de cada categoria da renda no somatório total do consumo dos brasileiros.

Adentrando-se nas categorizações por características pessoais, a Tabela 8 mostra que, apesar de apresentar uma redução mais intensa nas estimativas entre 2002-2003 e 2017-2018, o consumo mediano entre as posições ocupacionais e as classificações de cor ou raça segue o mesmo padrão da renda. É possível notar reduções um pouco mais acentuadas no consumo nos grupos socialmente mais favorecidos (os empregadores, quando comparados com os trabalhadores, e os brancos, quando comparado com os não-brancos), ou seja, houve uma sucinta redução na diferença de consumo entre as subcategorias.



Entretanto, os valores permaneceram muito concentrados. Em 2002-2003 o consumo mediano dos empregadores equivalia, aproximadamente, a 299% do consumo mediano dos trabalhadores, estimativa essa que diminuiu para 233% em 2017-2018. Para a categoria cor ou raça, é visto que o valor aproximado representativo das despesas dos brancos correspondeu a 188% do consumo dos não-brancos, percentual que caiu para 161% no segundo período. Comparando esses valores com a renda, nota-se que os decaimentos em pontos percentuais do consumo mediano foram um pouco menores do que os observados nos rendimentos medianos (Tabela 4). Apesar disso, os resultados no último período mostram que a renda e o consumo nas subcategorias dos empregadores e dos brancos representam praticamente o dobro das estimativas observadas em seus antagônicos (1,6 para o primeiro grupo e 2,3 para o segundo).

Tabela 8 - Consumo por posição na ocupação e cor nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas (R\$)</b>	<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Posição na ocupação	Empregador	Média	5.676,76	2.634,72
		Mediana	3.275,46	1.605,25
		Desvio Padrão	9.226,18	3.723,35
	Trabalhador	Média	2.072,95	1.074,05
		Mediana	1.096,91	688,47
		Desvio Padrão	4.521,44	1.424,45
Cor ou raça	Branco	Média	2.567,10	1.273,48
		Mediana	1.339,89	771,51
		Desvio Padrão	5.015,40	1.855,49
	Não-branco	Média	1.255,09	723,30
		Mediana	711,51	478,33
		Desvio Padrão	3.261,76	938,06

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Especificando o consumo em níveis geográficos, a Tabela 9 apresenta a média, a mediana e o desvio padrão do consumo nas macrorregiões brasileiras. Ao observar as estimativas das despesas entre as diferentes localidades, é possível observar algumas similaridades com a distribuição da renda apresentada na Tabela 5. É visto que a queda do consumo mediano entre 2002-2003 e 2017-2018 se realizou com maior intensidade na

macrorregião Sudeste (uma redução de quase 48%), seguida das macrorregiões Norte e Sul. Porém, por mais que as quedas tenham sido mais acentuadas para as estimativas de consumo<sup>76</sup>, as diferenças entre reduções das áreas geográficas não são tão marcantes como na renda. Sobre a desigualdade no consumo entre Eixo-Sul e o Eixo-Norte, é possível ver que o valor médio conjunto para as macrorregiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é praticamente o dobro do valor médio representativo do Norte e do Nordeste em ambos períodos, seguindo-se o mesmo padrão de acumulação geográfica da renda.

Tabela 9 - Consumo por Macrorregião nos períodos 2002-2003 e 2017-2018

<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas (R\$)</b>	<b>2002-2003<sup>1</sup></b>	<b>2017-2018</b>
Sul	Média	2.308,32	1.185,89
	Mediana	1.253,69	797,25
	Desvio Padrão	4.601,32	1.539,63
Sudeste	Média	2.462,95	1.116,15
	Mediana	1.303,62	678,24
	Desvio Padrão	5.026,35	1.678,73
Centro-oeste	Média	2.032,63	1.203,59
	Mediana	998,76	719,08
	Desvio Padrão	5.918,61	1.738,52
Norte	Média	1.146,07	597,49
	Mediana	663,88	380,92
	Desvio Padrão	2.179,31	890,69
Nordeste	Média	1.098,27	665,37
	Mediana	588,05	422,25
	Desvio Padrão	2.330,47	851,43

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Valores reais pareados com o período 2017-2018.

Em suma, as estatísticas abordadas mostraram que, assim como a renda, o consumo real decaiu de um período para outro<sup>77</sup>, sendo que, no geral, tal queda foi mais brusca – tanto em

<sup>76</sup> Fato que se repete para as categorizações por faixa de renda, por posição na ocupação e por cor ou raça.

<sup>77</sup> Seguindo a lógica, uma queda na renda consequentemente gera uma queda do consumo, isso quando a variação dos preços não se altera no mesmo sentido e com intensidade maior ou igual a renda. Um fato interessante de se notar, visto o comportamento conjunto da renda e do consumo, é que as maiores reduções se deram nos

valores absolutos como em relativos. Em outras palavras, englobando as mudanças observadas entre 2002-2003 e 2017-2018, a elasticidade do consumo foi maior do que a da renda. Complementando esse fato, foi possível observar que as diferenças entre as variações por categorias não foram tão abruptas no consumo, isso quando comparadas com as estatísticas da renda. Esses padrões indicam que não foi possível observar com tanta clareza uma maior estabilidade do consumo nos grupos mais vulneráveis (trabalhadores, não-brancos e macrorregiões do Eixo-Norte) – como foi definido para estatísticas da renda.

Visto as principais descrições da renda e do consumo, é possível agora se ter uma noção mais aprofundada dos movimentos e padrões observados na *PmeC* dos indivíduos. As estatísticas descritivas referentes a estes movimentos serão apresentadas no próximo tópico.

### 5.3 CARACTERÍSTICAS DA PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR

Como já esperado, visto que os indicadores de consumo médio e mediano apresentaram maiores quedas, quando comparados com as estatísticas da renda entre os períodos analisados, as medidas de tendências centrais da *PmeC* foram reduzidas entre 2002-2003 e 2017-2018, fato que é pontuado pela Tabela 10. Para definir melhor os resultados, é válido dizer que em 2002-2003 a *PmeC* do 99º percentil (99% da população em ordem crescente) era menor ou igual 4,29, valor que passou para 2,96 em 2017-2018. Já no outro extremo da distribuição, também é possível observar uma redução na *PmeC* no 1º percentil (1% da população em ordem crescente), sendo, no primeiro período, menor ou igual a 0,15, e no segundo período menor ou igual a 0,10. Porém, em termos relativos, a contração na *PmeC* nos percentis não segue nenhuma ordem específica – como o observado no consumo e na renda –, variando em torno dos 30% de redução nos percentis entre os períodos.

---

grupos mais ricos/privilegiados, ou seja, possivelmente a queda do consumo geral esteja mais associada, em termo absolutos, com a redução a renda dos mais ricos.

Tabela 10 - Estatísticas gerais da Propensão Média a Consumir: 2002-2003 e 2017-2018

		2002-2003	2017-2018
Estatísticas descritivas	Média	1,03	0,71
	Desvio Padrão	2,62	1,51
	1%	0,15	0,10
	5%	0,29	0,19
	10%	0,37	0,25
	25%	0,55	0,37
Percentis	50% (Mediana)	0,79	0,55
	75%	1,17	0,82
	90%	1,72	1,25
	95%	2,23	1,59
	99%	4,29	2,96

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Na Tabela 11, quando se analisa a *PmeC* por faixa de renda, é possível ver que os maiores valores se concentram nas menores categorias de renda, tanto na média quanto na mediana, confirmando o pressuposto da Lei Psicológica Fundamental. De acordo com a abordagem keynesiana (KEYNES, 1988, p. 77), os indivíduos que possuem as menores rendas tendem a consumi-las quase por completo, podendo as despesas, em alguns casos, apresentarem valores superiores às rendas disponíveis<sup>78</sup> (situação em que os valores da *PmeC* são maiores que um). Observando os períodos paralelamente, vê-se que a redução nas propensões foi generalizada entre as categorias da renda. Portanto, não existe um padrão claro de alteração na distribuição da *PmeC*, como os observados para a renda e para o consumo (apesar de que, no geral, as maiores reduções se dão nos extremos dos intervalos).

<sup>78</sup> O consumo estimado da POF não considera só a aquisição de bens em termos de renda monetária. Os seus cálculos consideram doações, escambo, produção própria, etc. – o que pode ser definido como consumo autônomo.

Tabela 11 - Categorização das propensões por classes de rendas: 2002-2003 e 2017-2018

Intervalos de renda em SM <sup>1</sup>	2002-2003			2017-2018		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Até 1/2	1,4929	1,0624	1,9543	1,1346	0,7789	3,3352
Entre 1/2 e 1	1,1024	0,8366	4,9386	0,6950	0,5869	0,4664
Entre 1 e 2	0,8759	0,7495	0,8749	0,6095	0,5252	0,4596
Entre 2 e 3	0,8487	0,7279	0,6486	0,5634	0,4858	0,3613
Entre 3 e 4	0,8204	0,7045	0,6424	0,5151	0,4594	0,3332
Entre 4 e 5	0,7762	0,6652	0,9185	0,5060	0,4291	0,3192
Entre 5 e 6	0,7660	0,6576	0,5242	0,4837	0,4219	0,2936
Entre 6 e 7	0,7032	0,6080	0,4266	0,4689	0,4043	0,3088
Entre 7 e 8	0,7939	0,6950	0,4965	0,4583	0,4211	0,2636
Entre 8 e 9	0,6775	0,6303	0,3592	0,4550	0,3757	0,3611
Entre 9 e 10	0,7131	0,6580	0,4057	0,4066	0,3605	0,2259
Entre 10 e 20	0,6831	0,6119	0,4704	0,4161	0,3510	0,2819
Acima de 20	0,5703	0,5175	0,3964	0,3074	0,2535	0,2282

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> SM: Salários Mínimos.

A *PmeC* nas categorias “posição na ocupação” e “cor ou raça”, conforme o exposto pela Tabela 12, mostra que as subcategorias que representam os menores valores para a renda e para o consumo (não-empregados e não-brancos), são justamente aquelas que representam as maiores propensões nos dois períodos, com exceção dos trabalhadores em 2017-2018, que apresentam uma mediana similar à dos empregadores. Isso possivelmente indica que tais grupos, que são historicamente marginalizados, tendem a consumir maiores proporções de suas rendas (podendo essas despesas ultrapassarem os valores monetários disponíveis, o que cria valores de *PmeC* muito elevados).

Todavia, quando se observar os dados da POF 2017-2018, comparando-os com os disponibilizados pela POF 2002-2003, é visível que a diferença entre as medianas das *PmeC* dos empregadores e trabalhadores se reduziram. Por outro lado, a diferença entre as *PmeC* dos brancos e não-brancos foi ligeiramente aumentada em termos relativos. Visto isso, não é possível observar tão claramente os mesmos padrões existentes na análise da renda e do consumo. Indica-se também que as diferenças existentes entre as medianas dos períodos se mantêm em torno dos 30% para cada subcategoria, sendo a menor variação da *PmeC* se dá para os empregadores (27%).

Tabela 12 - Propensão Média a Consumir por posição na ocupação e cor: 2002-2003 e 2017-2018

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2017-2018</b>
Posição na ocupação	Empregador	Média	0,86	0,66
		Mediana	0,76	0,55
		Desvio Padrão	0,61	0,53
	Trabalhador	Média	0,99	0,68
		Mediana	0,78	0,55
		Desvio Padrão	2,67	1,49
Cor ou raça	Branco	Média	1,01	0,68
		Mediana	0,77	0,54
		Desvio Padrão	2,22	0,85
	Não-branco	Média	1,06	0,73
		Mediana	0,81	0,57
		Desvio Padrão	2,96	1,87

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Na Tabela 13 é apresentada a distribuição da *PmeC* nas macrorregiões brasileiras. As médias estimadas seguem a lógica inversa da renda e do consumo: os maiores valores se dão nas macrorregiões Norte e Nordeste em ambos períodos. Isto faz sentido quando se determina que as rendas nessas localidades são menores quando comparadas com as outras (os rendimentos compõem o denominador do cálculo da *PmeC*). Assim como observado nas categorizações da Tabela 11, a redução relativa foi generalizada entre as subcategorias (em torno de 30%) – o que representa a não padronização da redistribuição das propensões.

Tabela 13 - Propensão Média a Consumir por Macrorregião: 2002-2003 e 2017-2018

<b>Subcategorias</b>	<b>Estatísticas descritivas</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2017-2018</b>
Sul	Média	0,97	0,70
	Mediana	0,77	0,54
	Desvio Padrão	1,09	1,09
Sudeste	Média	1,02	0,64
	Mediana	0,74	0,51
	Desvio Padrão	3,79	2,00
Centro-oeste	Média	1,04	0,69
	Mediana	0,78	0,55
	Desvio Padrão	1,20	0,74
Norte	Média	1,13	0,86
	Mediana	0,88	0,62
	Desvio Padrão	1,35	1,64
Nordeste	Média	1,06	0,76
	Mediana	0,88	0,61
	Desvio Padrão	1,03	0,72

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Em suma, de certa forma a análise conjunta da *PmeC* evidencia algumas questões levantadas por Keynes sobre a relação existente entre a renda e o consumo no capítulo dois desta dissertação. Para o autor, quanto maior a renda de um indivíduo, menor vai ser a sua parte consumida, pois os indivíduos relativamente mais ricos tendem a ter uma maior propensão a poupar. Logo, mesmo que o nível de consumo aumente, a proporção deste acréscimo de despesa será inferior à proporção da variação na renda, isto em um nível de preços fixos e com um “consumo de subsistência” bem definido e uniforme. Contudo, para complementar o entendimento das variáveis entre 2002-2003 e 2017-2018, é preciso analisar a alteração na desigualdade da renda, do consumo e da *PmeC* – exercício realizado a seguir.

#### 5.4 ÍNDICE DE GINI E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Apesar das reduções na renda real e no consumo real entre 2002-2003 e 2017-2018, a desigualdade, medida por meio do Índice de Gini<sup>79</sup>, diminuiu entre esses períodos – tanto para a renda como para o consumo. A Tabela 14 mostra os Índices de Gini estimados para essas duas variáveis, assim como para a *PmeC*. As reduções das desigualdades entre 2002-2003 e 2017-2018 possivelmente foram causadas pelos avanços sociais instaurados durante os anos 2000. Por mais que a crise no final do governo Dilma (e durante o governo Temer) tenha afetado os resultados econômicos, o choque sofrido aparentemente não foi o suficiente para alocar a desigualdade socioeconômica para os níveis de 2002-2003 (LOURENÇO NETO, 2021; OREIRO; PAULA, 2019).

Em suma, essas reduções das desigualdades possivelmente estão associadas a uma redução desigual das rendas, ou seja, diante dos sucessivos ciclos observados nas décadas de 2000 e 2010, a renda e o consumo dos mais vulneráveis sofreram impactos menores quando comparados com os outros grupos. Isso demonstra que, na perspectiva da demanda agregada, mais especificamente quando se trata do volume de consumo dos indivíduos, as propensões a consumir dos grupos menos privilegiados podem melhor contribuir com a manutenção (em cenários de crise) ou com o crescimento (em situações mais estáveis) do produto nacional. Contudo, para uma redistribuição da renda dinamizar melhor as propensões ao consumo, em tese é preciso adotar políticas contracíclicas condizentes com a conjuntura econômica.

Por outro lado, ainda observando a Tabela 14, é possível notar uma redução quase nula na desigualdade da *PmeC* (em relação ao consumo e a renda) entre os períodos observados, que passou de 0,3804 para 0,3765 (uma redução relativa de praticamente 1%). Dentro do escopo teórico abordado aqui, essa redução ínfima da desigualdade da *PmeC* poderia ser uma sinalização positiva para a economia nacional, dado que se um movimento de redistribuição da renda favorecer os mais vulneráveis, desconcentrando menos as propensões a consumir frente às reduções na renda, a demanda agregada possivelmente seria melhor dinamizada, dado que os gastos de subsistência variam menos e, conseqüentemente, o consumo desses segmentos é relativamente mais estável. Todavia, utilizando apenas as estatísticas apresentadas aqui, não é possível mapear em quais categorizações a *PmeC* se concentrou com maior intensidade, uma

---

<sup>79</sup> O Índice de Gini é muito criticado na literatura por conta de sua sinceridade e de sua incapacidade de se medir o nível da renda. Ele foi usado aqui para facilitar a comparação com outros trabalhos, visto que tal indicador é o mais comum para se medir a desigualdade.



vez que os resultados se mostraram muito voláteis, sem nenhuma padronização aparente nas mudanças ocorridas entre os períodos<sup>80</sup>.

Tabela 14 - Índice de Gini para renda, consumo e propensão média a consumir: 2002-2003 e 2017-2018

<b>Índice de Gini</b>	<b>2002-2003</b>	<b>2017-2018</b>	<b>Variação (%)</b>
Renda	0,5917	0,5349	-10,62
Consumo	0,5879	0,5193	-13,21
<i>PmeC</i>	0,3804	0,3765	-1,04

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Uma explicação mais concisa sobre a redução quase nula da concentração da *PmeC* entre 2002-2003 e 2017-2018 pode ser dada com base na menor elasticidade da renda dos grupos de baixa renda em relação aos de alta renda, fato que está relacionado com a valorização do SM e com as políticas transferências de renda (como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada), conforme a aponta a literatura (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012; NERI; VAZ; SOUZA, 2013). Os indivíduos que possuem as menores rendas concentram as maiores propensões a consumir, logo, em uma conjuntura de transição, como a observada durante a crise de 2014-2016, quando a variação do PIB alcançou valores negativos (ver Gráfico 4), os efeitos adversos tendem a pesar mais sobre o consumo dos mais ricos, conforme o apontado pela Tabela 7. O resultado dessa assimetria de impacto tende a culminar em uma redução menor da *PmeC* dos mais pobres.

Apesar da redução da desigualdade na renda e no consumo, conforme apontado pelos índices de Gini da Tabela 14, não é possível afirmar que tal queda da desigualdade significou um ganho positivo no quadro social brasileiro. Como já indicado pelas estatísticas descritivas, o movimento foi de redução conjunta da renda e do consumo, o que era de se esperar, visto a crise instaurada em meados da década de 2010. Logo, o Índice de Gini não é um bom indicador no sentido de mensurar o bem-estar social.

Em suma, é possível observar uma ordem decrescente da Lei Psicológica Fundamental de Keynes nas estatísticas descritivas observadas, pois a queda na renda de um período para o outro está associada com uma redução em maiores proporções no consumo (para todas as categorias). Tal fato, pela lógica, resulta em uma redução da *PmeC*.

<sup>80</sup>O consumo e a renda apresentaram uma redistribuição favorável aos mais pobres e aos grupos mais vulneráveis, conforme o mostrado nas estatísticas descritivas, o que possivelmente culminou na redução da desigualdade (segundo o Índice de Gini). Já para a *PmeC*, as estatísticas aplicadas não encontraram qualquer padrão claro de realocação dos fatores que poderia ter beneficiado um grupo em relação ao outro.

## 6 ANÁLISE DA DENSIDADE DE KERNEL REPONDERADADA

Dado que a *PmeC* varia conforme a renda e o consumo dos indivíduos, fatores esses que também estão correlacionados, é preciso olhar o comportamento das variáveis de uma forma mais detalhada, o que fomenta um panorama mais amplo das questões discutidas aqui. Dentre as formas de análise, a curva de densidade de probabilidade permite observar a distribuição da propensão de forma gráfica, sendo que, em uma situação de normalidade dos dados, o centro da curva indica os valores médios da distribuição – princípio que pode ser colocado pela análise das assimetrias. Por outro lado, a área abaixo da curva mostra o grau de concentração da distribuição em torno da média – o que é posto, em termo estatísticos, pela análise de curtose da curva.

Aplicando o método de DiNardo, Fortin e Lemieux (1996) sobre os dados da POF, classificando-os de acordo com os fatores explicativos apresentando no capítulo quatro, é possível estimar as curvas de densidade de probabilidade reponderada da *PmeC*. Este exercício permite a analisar a propensão a consumir dos brasileiros de diferentes grupos populacionais nos períodos de 2002-2003 e 2017-2018, pontuando as diferenças e as similaridades entre as categorias estudadas.

As partes a seguir mostram as análises DFL para o modelo principal, que compara as diferenças das densidades da *PmeC* entre os períodos, e para alguns modelos secundários, que estimam a densidade contrafactual para cada variável explicativa binária nos dois períodos. Diante disso, busca-se explicar como os fatores explicativos se determinam entre si (questão que fica mais evidente com as regressões logísticas geradas para modelos).

### 6.1 ANÁLISE DOS FATORES EXPLICATIVOS

Buscando entender melhor como esses fatores se relacionam, a Tabela 15 revisita algumas regressões logísticas baseadas nos modelos apresentados acima. Nestas análises é possível ver que as variáveis Trabalho, Eixo-Norte e Não-Branco influenciam positivamente a chances de um indivíduo estar abaixo do 90º percentil (Modelo 4). Por outro lado, esses mesmos fatores reduzem as chances de um indivíduo estar acima do 10º percentil (Modelo 5). Esses resultados ficam evidentes ao se observar as razões de chances e o sinal dos coeficientes da regressão nos dois períodos observados. Colocando de outro modo, se um brasileiro for trabalhador, habitar o Eixo-Norte ou não ser branco, é mais provável que ele não esteja entre os 10% que possuem as maiores rendas. Caso contrário, se ele for empregador, habitar o Eixo-

Sul e ser branco, há maiores chances desse indivíduo estar fora do grupo dos 10% que possuem as menores rendas.

Paralelamente, ainda observando a Tabela 15, é mostra que se um brasileiro estivesse abaixo do 90º percentil ( $AbPerc90 = 1$ ), ele teria 611% (em 2002-2003) ou 345% (em 2017-2018) chances a mais de ser trabalhador ( $Trab = 1$ ) quando comparado com aqueles que estão acima do 90º percentil (Modelo 1). É visto também que a distribuição dos indivíduos não-brancos se concentra nas macrorregiões mais marginalizados, dado que se um brasileiro fosse preto, pardo, indígena ou amarelo ( $NBranco = 1$ ), ele teria 225% (em 2002-2003) ou 198% (em 2017-2018) a mais de probabilidade de habitar o Eixo-Norte ( $ENorte = 1$ ), isto quando se compara este grupo com os brancos (Modelo 2). Por sua vez, a cor ou raça está intrinsecamente relacionado com a posição na renda, pois é mostrado que se uma pessoa estivesse abaixo do 90º percentil, ou seja, se não participasse do decil do topo da distribuição da renda, ela teria 146% (em 2002-2003) ou 124% (em 2017-2018) mais chances de não ser branca (Modelo 3). As quedas nos percentuais calculados pelas razões de chance refletem a redução das desigualdades sociais entre 2002-2003 e 2017-2018, seja entre trabalhadores e empregadores, entre habitantes do Eixo-Norte e do Eixo-Sul ou entre brancos e não-brancos. Contudo, é visto que os percentuais continuam muito altos, o que esboça o fato de a desigualdade ser ainda muito marcante no Brasil.

Tabela 15 - Regressões logísticas para os fatores explicativos

Variáveis	2002-2003			2017-2018		
	Coef. <sup>1</sup>	EP <sup>2</sup>	OR <sup>3</sup>	Coef.	EP	OR
<b>Modelo 1 – Trabalhador (y)</b>						
Eixo-Norte	-0,2301	0,0423	0,7944	-0,0602*	0,044	0,9415
Não-Branco	0,4268	0,0434	1,5324	0,5818	0,0432	1,7894
Abaixo do 90º Percentil	1,9624	0,0416	7,1161	1,4943	0,0425	4,4553
Acima do 10º Percentil	-1,7724	0,2261	0,1699	-1,5116	0,2113	0,2205
<i>Constante</i>	3,7791	0,2295		3,4857	0,2151	
<b>Modelo 2 – Eixo-Norte (y)</b>						
Trabalhador	-0,2305	0,0422	0,7942	-0,0551	0,0438	0,9464
Não-Branco	1,1804	0,0138	3,2555	1,0926	0,0157	2,9820
Abaixo do 90º Percentil	0,6159	0,0219	1,8512	0,6562	0,0240	1,9275
Acima do 10º Percentil	-0,1819	0,0405	0,1622	-1,5820	0,0393	0,2056
<i>Constante</i>	0,9448	0,0591		0,1661	0,0607	
<b>Modelo 3 – Não-Branco (y)</b>						
Trabalhador	0,4285	0,0435	1,5350	0,5795	0,0431	1,7852
Eixo-Norte	1,1804	0,0138	3,2557	1,0926	0,0157	2,9819
Abaixo do 90º Percentil	0,9004	0,0220	2,4607	0,8095	0,0222	2,2467
Acima do 10º Percentil	-0,4850	0,0309	0,6157	-0,4543	0,0379	0,6349
<i>Constante</i>	-1,0613	0,0553		-0,8225	0,0595	
<b>Modelo 4 – Abaixo do 90º Percentil (y)</b>						
Trabalhador	1,9644	0,0416	7,1307	1,4923	0,0426	4,4473
Eixo-Norte	0,6136	0,0220	1,8471	0,6552	0,0240	1,9256
Não-Branco	0,8999	0,0220	2,4594	0,8085	0,0223	2,2446
<i>Constante</i>	-0,6323	0,0418		-0,2558	0,0422	
<b>Modelo 5 – Acima do 10º Percentil (y)</b>						
Trabalhadores	-1,7694	0,2265	0,1704	-1,5033	0,2117	0,2224
Eixo-Norte	-1,8194	0,0406	0,1621	-1,5823	0,0393	0,2055
Não-Branco	-4,8122	0,0309	0,6180	-0,4623	0,0379	0,6299
<i>Constante</i>	5,9116	0,2294		5,4772	0,2144	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

<sup>1</sup> Coeficiente da regressão.

<sup>2</sup> Erro-Padrão da regressão.

<sup>3</sup> *Odds Ratio* (razão de chances).

A Tabela 16 mostra algumas medidas de estimação qualitativa dos modelos. O *Pseudo-R2* representa o grau de explicação das variáveis independentes ( $x_j$ ) diante da variável

dependente ( $y$ ). A *Área Abaixo da Curva de ROC* é uma medida de adequação dos ajustes do modelo de regressão logística.

Tabela 16 - Pseudo-R2 e AACR\* nas regressões logísticas

	2002-2003	2017-2018
<b>Modelo 1</b>		
Pseudo R2	0,1063	0,0746
AACR	0,7395	0,7047
<b>Modelo 2</b>		
Pseudo R2	0,0987	0,0844
AACR	0,6918	0,6738
<b>Modelo 3</b>		
Pseudo R2	0,0885	0,0772
AACR	0,6842	0,6739
<b>Modelo 4</b>		
Pseudo R2	0,0822	0,0674
AACR	0,6920	0,6744
<b>Modelo 5</b>		
Pseudo R2	0,0831	0,0769
AACR	0,6988	0,7003

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

\* AACR: Área Abaixo da Curva de Roc.

A regressão logística apresentada acima teve por intuito apresentar o grau de relação entre as variáveis. Em suma, é possível dividir as categorias inter-relacionadas em duas partes: os vulneráveis (os trabalhadores, os não-brancos, os habitantes do Eixo-Norte) e os privilegiados (empregados, brancos e habitantes do Eixo-Sul). Os indivíduos que se encaixam nas categorias da primeira parte têm maiores chances de estar no decil inferior e menores probabilidades de estar no decil superior, sendo que o contrário é observado para as categorias atribuídas a segunda parte. Essa classificação dicotômica da realidade brasileira se faz útil na análise dos modelos apresentados a seguir.

## 6.2 MODELO DE ESTIMAÇÃO DA DENSIDADE ENTRE PERÍODOS

O Gráfico 7 mostra, em (a), que a distribuição do logaritmo natural da *PmeC* de 2002-2003 (*Periodo=0*) passa a se deslocar para a esquerda quando simulada<sup>81</sup> para o período de 2017-2018 (*Periodo=1\**) – comparação da posição da linha sólida em azul com a vermelha tracejada. Conjuntamente, quando se observa as densidades<sup>82</sup> das curvas, é possível ver que o pico da distribuição original é maior que o da contrafactual, o que indica que a *PmeC* é melhor distribuída (menos concentrada) na simulação. Em outras palavras, estas análises mostram que os fatores da conjuntura de 2017-2018 apontam para uma queda da propensão ao consumo quando comparados com os de 2002-2003.

Esses resultados já foram relativamente indicados nas estatísticas descritivas apresentadas anteriormente, uma vez que a Tabela 12 mostrou que *PmeC* caiu entre 2002-2003 e 2017-2018 para todas as categorias selecionadas. Deve-se levar em conta os fatores estruturais de cada período nesses resultados. O ponto de ruptura foi a instabilidade político-econômica que se instaurou no final do primeiro governo Dilma, conforme apontam Mello e Rossi (2017). Segundo a análise do Gráfico 4, o período 2014-2016 foi marcado por variações negativas do PIB, fato que esteve associado com a queda do consumo e da renda entre os períodos estudados. Por conseguinte, em 2017-2018 a economia brasileira estava em sua fase de aprofundamento da hegemonia neoliberal com Temer, o que trouxe uma acentuação contracionista para recuperar o país da crise (OREIRO; PAULA, 2019). Em consequência disso, tais medidas (como o congelamento do Teto de Gastos Públicos e a elevação da taxa SELIC) passaram a desestimular a demanda agregada, inviabilizando parte do investimento e do consumo agregado (o que contrai a *PmeC*).

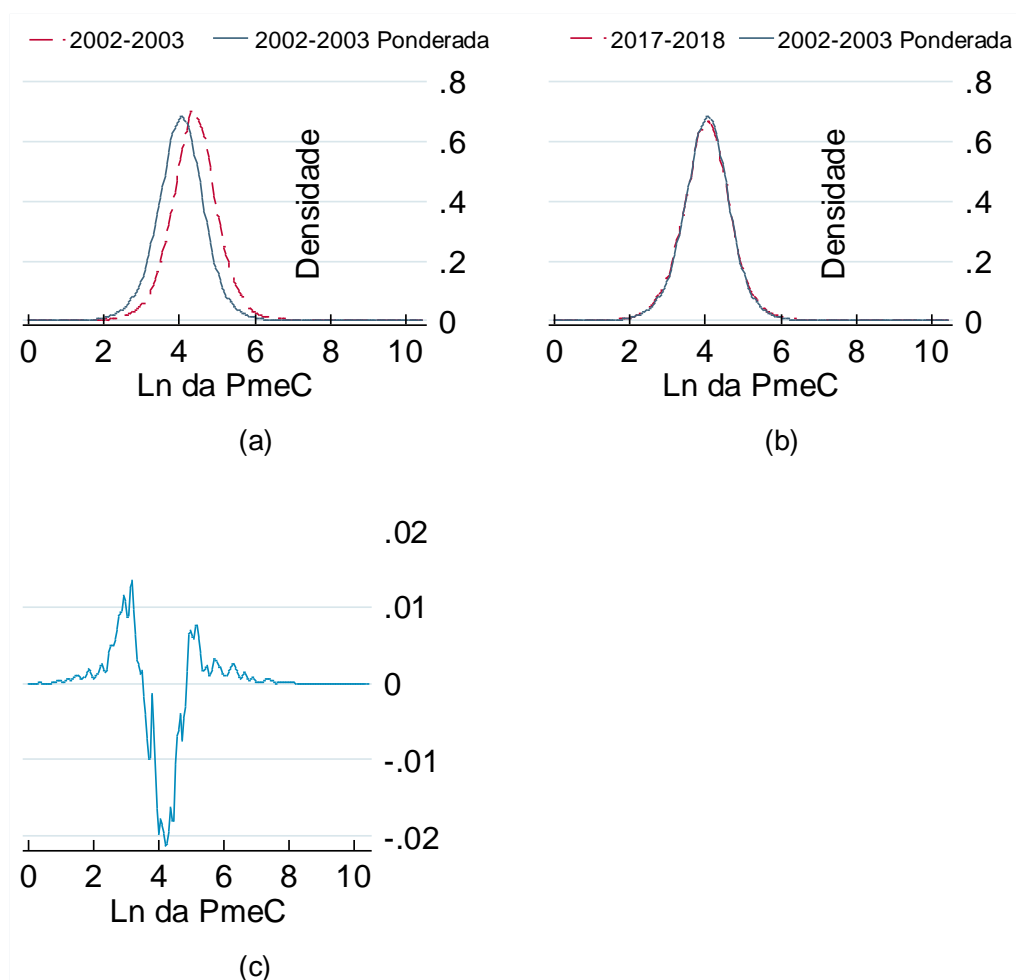
A parte (b) do Gráfico 7 expressa que a densidade de probabilidade de 2002-2003 quando simulada para 2017-2018 (*Periodo=1\**) se comporta de forma muito semelhante à densidade de 2017-2018 de fato (*Periodo=1*), o que pode ser visto na parte (c). A diferença da média da primeira com a da segunda é negativa, mas quase nula (ficando em -0,000002397), mostrando que o modelo contrafactual de 2002-2003 simulou com precisão os resultados de 2017-2018.

---

<sup>81</sup> Nos gráficos as densidades contrafactuais estão marcadas como “ponderadas” por conta do método DFL, o qual aplica um fator de reponderação sobre a densidade de Kernel para estimar uma simulação da variável nula ( $y=0$ ) caso ela se comportasse como não-nula ( $y=1^*$ ).

<sup>82</sup> A análise das densidades se dá na comparação das áreas abaixo das curvas. Neste ponto é válido comparar as assimetrias e curtoses das curvas.

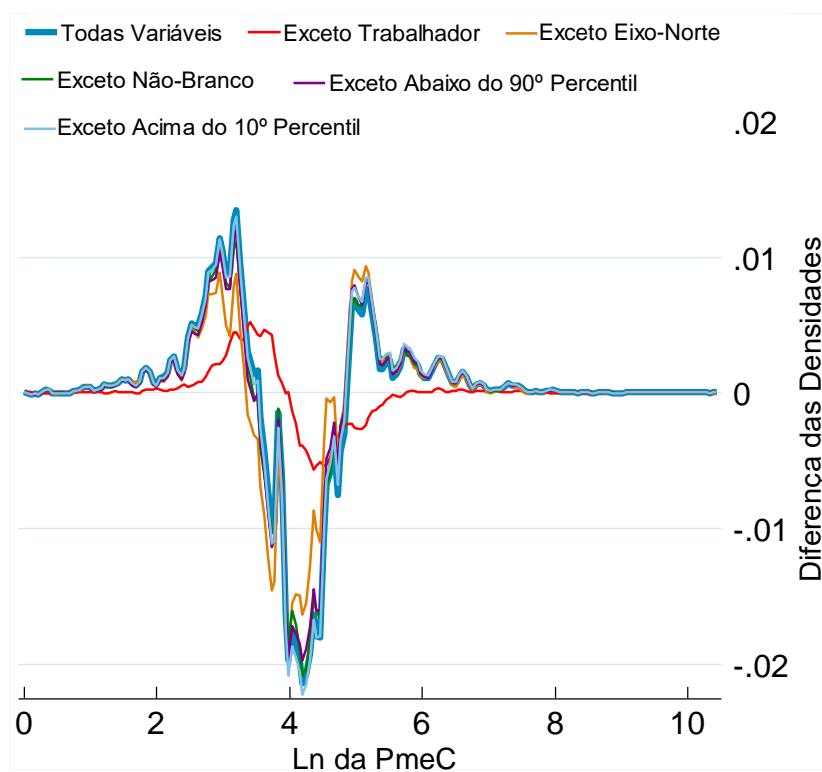
Gráfico 7 - Diferença contrafactual entre os períodos



Fonte: Elaboração do autor com base dos dados da POF (IBGE, 2022).

A decomposição dos fatores explicativos sobre a diferença da densidade de 2017-2018 com a contrafactual é colocada pelo Gráfico 4. Nela é visível que as variáveis que mais influenciam na diferença das densidades são: “Trabalhador” e “Eixo-Norte”. Isto significa que ao retirar as duas variáveis como fatores explicativos do modelo, a curva de densidade da simulação de 2002-2003 para 2017-2018 seria mais similar à curva de 2017-2018 de fato. Assim, é possível dizer que a *PmeC* dos trabalhadores e daqueles que residem nas macrorregiões Norte e Nordeste exercem as maiores influências sobre a estimação da densidade contrafactual ( $y=1^*$ ) quando comparadas com a densidade de fato ( $y=1$ ).

Gráfico 8 - Decomposição da diferença das densidades nos períodos



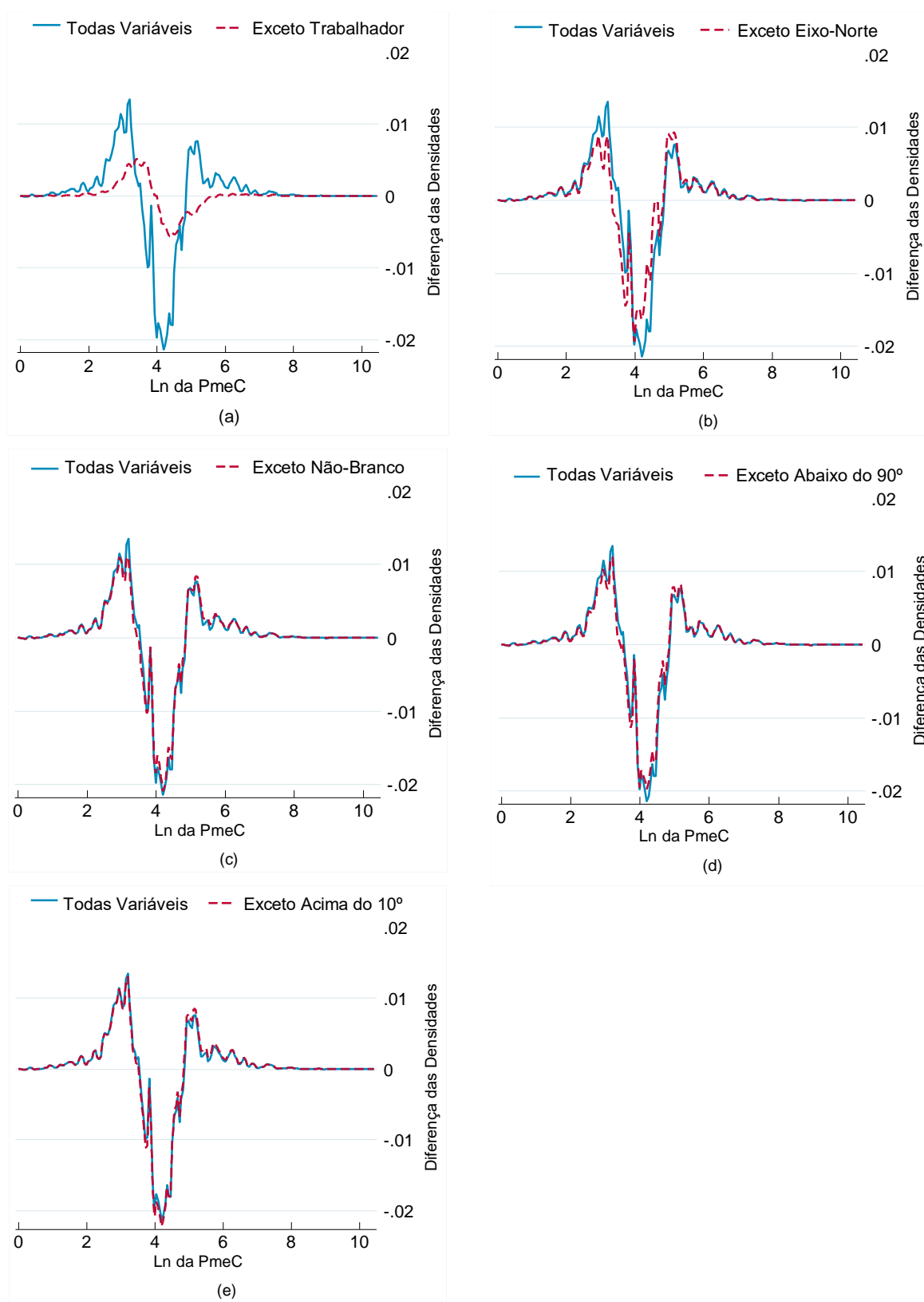
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Tais resultados convergem com o que foi exposto no referencial, mostrando que os fatores em destaque influenciam o rearranjo da renda entre os períodos, o que conseqüentemente afeta a *PmeC*. Do lado dos trabalhadores, é válido ressaltar as oscilações de contratação no mercado de trabalho e a posição do Salário Mínimo antes das mudanças na década de 2000, alterações essas que podem explicar a redução da desigualdade de renda e consumo em 2017-2018 quando comparada com os dados de 2002-2003, dado que esses aspectos podem ter assegurado a renda durante a crise. No âmbito da desigualdade regional é possível citar o efeito do Programa Bolsa Família sobre a renda e o consumo dos nordestinos e nortistas, fato que ajudou na redução da desigualdade – apesar das carências estruturais persistirem.

O Gráfico 9 mostra com mais detalhes os efeitos de cada fator explicativo sobre a diferença da densidade 2017-2018, em relação à estimação do modelo contrafactual, deixando mais nítido e individualizado os elementos do Gráfico 8.



Gráfico 9 - Fatores da Decomposição nos períodos



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Dado que os resultados mostram que a densidade contrafactual da *PmeC* de 2002-2003 (período de maior desigualdade relativa) para 2017-2018 (período de menor desigualdade relativa) é menor em sua média em relação a 2002-2003, é válido retomar o pressuposto sobre a relação inversa da desigualdade de renda com a propensão ao consumo. A ideia, que foi formulada com base nos pressupostos da Lei Psicológica Fundamental de Keynes (1988), afirma que quanto menor a concentração de renda no topo da distribuição, maior será a propensão a consumir do conjunto dos indivíduos. Contudo, a conjuntura de 2017-2018 no Brasil mostra que o período ainda era permeado pela crise que se instaurou após 2014, o que explica a queda generalizada da renda e do consumo, conforme o mostrado pelas estatísticas descritivas no capítulo anterior. Logo, por mais que o Índice de Gini tenha caído para os rendimentos entre 2002-2003 e 2017-2018, não possível observar a existência de ganhos socioeconômicos para o Brasil no último período, visto que a queda da desigualdade foi induzida por uma menor redução na renda nos grupos mais vulneráveis em relação aos grupos de maior renda, o que acabar por contrair o consumo e, conseqüentemente, a *PmeC*.

Também é importante observar que existem vários condicionantes que devem ser levados em consideração. Além da conjuntura de crise no movimento da retração do consumo e da renda, é válido ressaltar que o período 2017-2018 ainda era ressalvado por muitas incertezas no campo político e econômico (visto o escopo das defasagens produtivas diante da breve recuperação), o que, segundo Keynes (1988), afeta profundamente a disposição ao consumo frente aos riscos futuros. Para aprofundar essas afirmações seria necessário observar um período de elevação estável do produto e da renda nacional (como entre 2003 e 2013, por exemplo) e analisar como a redução da desigualdade neste momento se relacionou com a propensão a consumir. Talvez isto remodele o sentido dos pressupostos.

Complementarmente, é necessário estimar o efeito de outras variáveis explicativas sobre as distribuições do consumo e a da renda nos dois períodos, buscando entender melhor por que a variação negativa foi maior para o consumo do que para a renda nas categorias analisadas (fato que determina a queda da *PmeC* entre os períodos).

### 6.3 MODELOS DE ESTIMAÇÃO DAS DENSIDADES DOS FATORES

Para se ter uma noção mais completa dos efeitos dos fatores selecionados sobre a distribuição da *PmeC*, é válido analisá-los em separado e para cada período.

O Gráfico 10 mostra em (a) a diferença da curva de densidade de probabilidade do logaritmo natural da *PmeC* dos empregadores ( $Trab=0$ ), que possuem maiores rendas,

juntamente com o seu contrafactual ( $Trab=I^*$ ), que apresenta a densidade simulada dos empregadores caso eles fossem trabalhadores – os que possuem as menores rendas em sua categoria. É possível ver graficamente que a média do contrafactual está mais à esquerda dos empregadores de fato (o que é mais visível para 2017-2018), mostrando que se os empregadores fossem trabalhadores, é provável que a *PmeC* seria mais concentrada em valores menores. Contudo, a diferença parece ser mínima em seus termos médios, tanto na aplicação DFL como nas estatísticas descritivas<sup>83</sup> – a Tabela 12 mostra que as diferenças das medianas da *PmeC* são quase nulas entre trabalhadores e empregadores, principalmente no período 2017-2018.

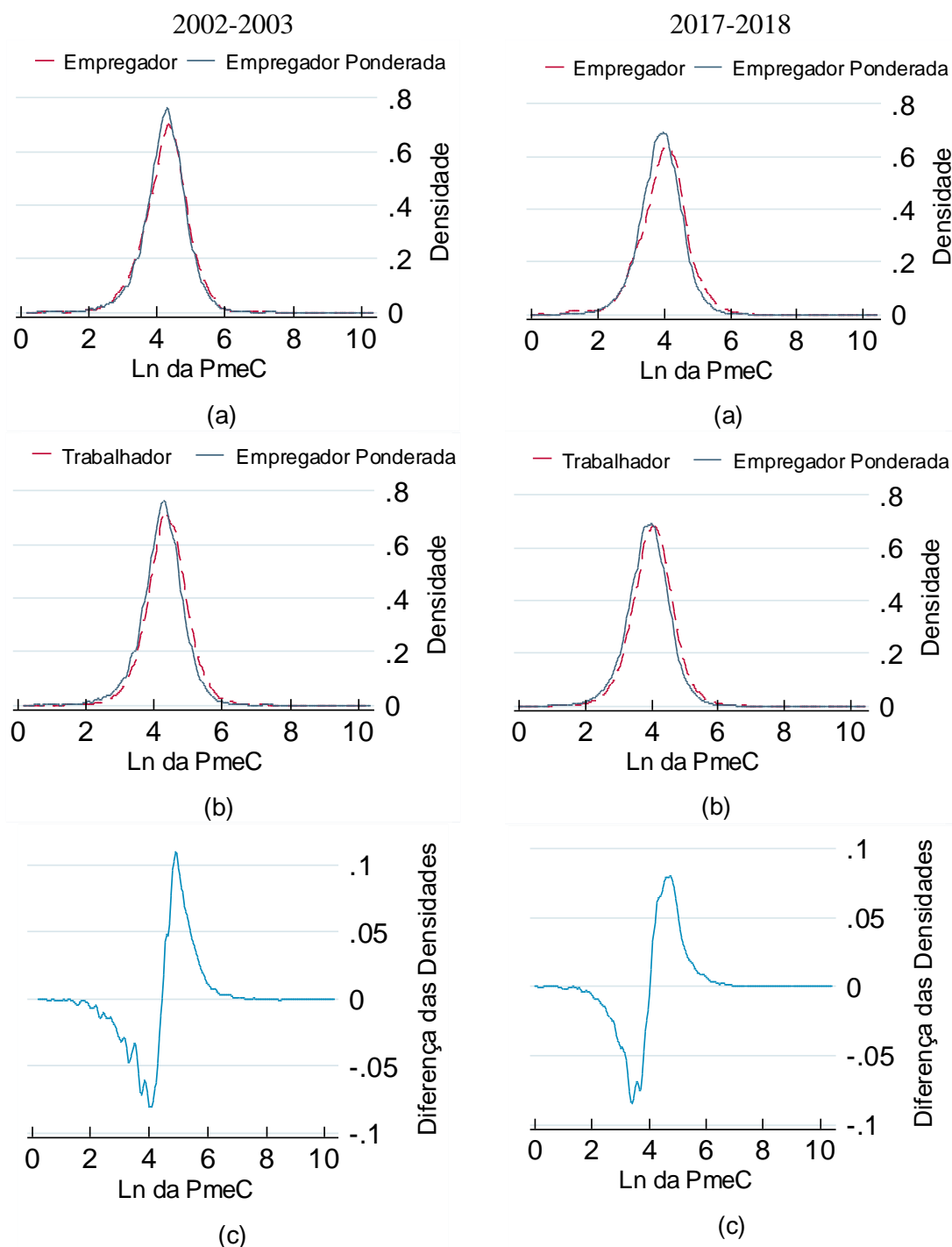
Quando se observa o Gráfico 8 no capítulo anterior, é visto que a variação do consumo mediano dos empregadores entre os períodos foi de aproximadamente 50%, enquanto para os trabalhadores foi de 37%. Por outro lado, o Gráfico 4 mostra uma variação na renda mediana para os empregadores em 38% e para os trabalhadores em 10% (em valores aproximados). Logo, ao se realizar a razão entre as variações no consumo e na renda (o que determina a *PmgC* dos grupos), o quociente gerado para os empregadores foi de 1,32, enquanto o mesmo para os trabalhadores se deu em 3,70, o que mostra uma maior sensibilidade do consumo dos trabalhadores em relação à renda, em comparação com os empregadores. Como o movimento da renda e do consumo entre 2002-2003 e 2017-2018 é de queda generalizada, a razão das variações pode ter feito com que a *PmeC* fosse maior para os empregadores do que para os trabalhadores – isto na aplicação contrafactual. Caracterizando os efeitos da crise sobre a renda, é possível que seus efeitos tiveram mais peso sobre os salários, visto o governo Temer passou a aplicar medidas mais favoráveis aos empregadores, o que fica mais evidente com o caráter de flexibilização da Reforma Trabalhista – questão que Teodoro (2020) observa com mais profundidade.

Na parte (b) do Gráfico 10, é possível ver, para 2002-2003 e 2017-2018, que a densidade contrafactual ( $Trab=I^*$ ) foi ligeiramente maior do que a estimada para os trabalhadores ( $Trab=I$ ), sendo essa diferença maior em 2017-2018 (-0,02106) do que em 2002-2003 (-0,00431). Como os valores foram muito próximos de zero, é possível afirmar que o modelo foi bem-sucedido em sua simulação, principalmente em 2002-2003. Tais diferenças (que em termos de distribuição são bem similares) são expressas na parte (c) do Gráfico 10.

---

<sup>83</sup> A divergência entre os resultados da aplicação DFL e das estatísticas descritivas pode ser explicada por uma questão metodológica, visto que cada método pode chegar a um resultado diferente, principalmente quando a diferença da *PmeC* entre os trabalhadores e empregadores são tão pequenas (o que é observado nas estatísticas descritivas e na aplicação DFL).

Gráfico 10 - Diferença contrafactual entre trabalhadores e empregadores



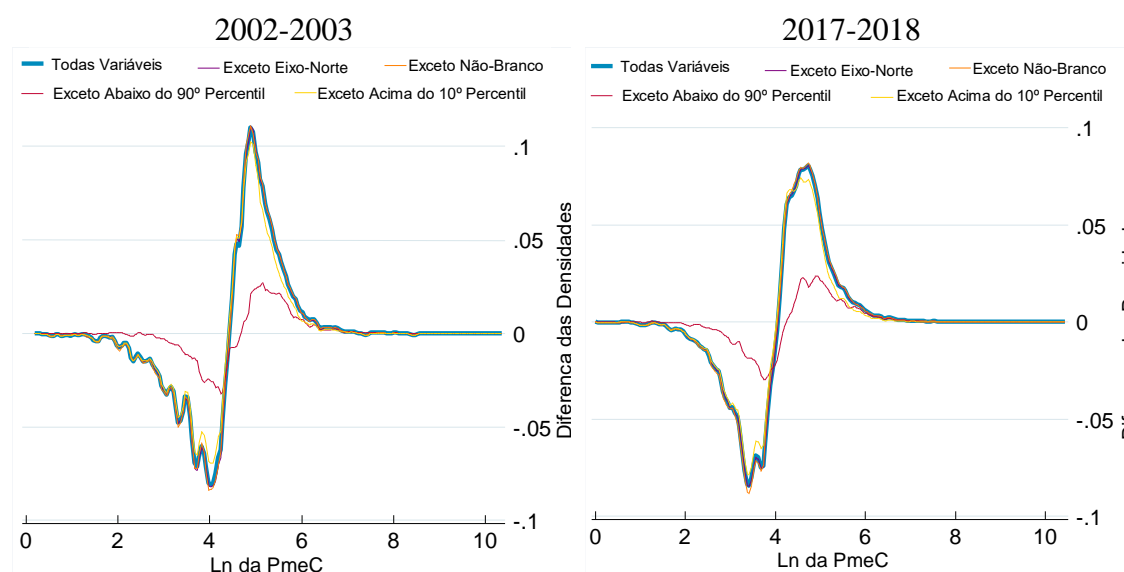
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Decompondo a diferença demonstrada acima, é possível ver que a variável que mais a influencia<sup>84</sup> é a que demarca aqueles que estão “Abaixo do 90º Percentil”, isto em ambos períodos, conforme demonstrada pelo Gráfico 11. Desta forma, é possível inferir que a

<sup>84</sup> Os fatores da decomposição dos modelos são mostrados separadamente no apêndice dessa dissertação. O intuito é deixar claro ao leitor a distribuição de cada elemento das decomposições, visto que a visualização conjunta pode parecer em alguns casos.

diferença seria menor ao considerar apenas o grupo dos 10% com as maiores rendas, tornando a densidade contrafactual mais parecida com a dos trabalhadores de fato.

Gráfico 11 - Decomposição da diferença das densidades na variável Trabalhador



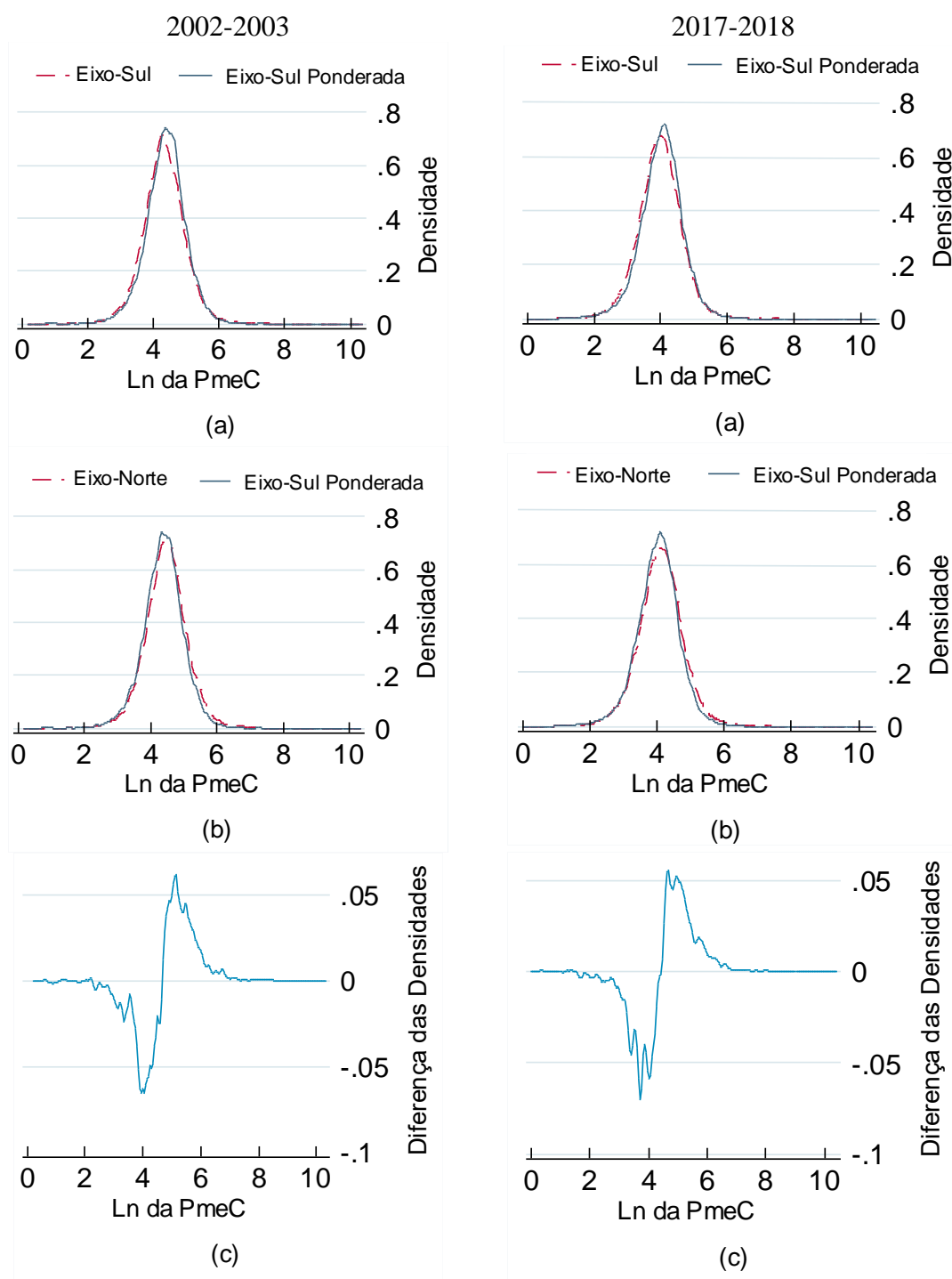
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Já no Gráfico 12, é evidenciado em sua parte (a) que se os habitantes das macrorregiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Eixo-Sul ( $ENorte=0$ ), fossem das macrorregiões Norte e Nordeste ( $ENorte=1^*$ ), Eixo-Sul Ponderada (que é a densidade contrafactual do modelo simulando o Eixo-Norte), a curva do logaritmo natural da  $PmeC$  seria ligeiramente deslocada para a direita em ambos os períodos. Isto demonstra que, geograficamente, os fatores que explicam as maiores propensões ao consumo são mais frequentes no Eixo-Norte.

Furtado (2005) mostra que os arranjos econômicos durante a história tenderam a se concentrar em torno do Sudeste, o que explica a baixa renda relativa no Norte e no Nordeste. Dado que quanto menor a renda, maior a  $PmeC$ , o resultado da simulação do Eixo-Sul para o Eixo-Norte pode ser explicado pelos determinantes da desigualdade geográfica. Oliveira (2021), que revisa os principais autores que abordam esta temática, dá destaque para a distribuição territorial das atividades e suas malhas logísticas, mostrando que as regiões mais afastadas do centro tendem a adotar as atividades de menor valor agregado, o que gera rendas menores para essas localidades.

É mostrado, na parte (b) do Gráfico 12, que o modelo contrafactual ( $ENorte=1^*$ ) simula bem a distribuição do Eixo-Norte ( $ENorte=1$ ). A diferença das densidades foi 0,00185 em 2002-2003 e -0,00062 em 2017-2018, valores que representam a média dos gráficos em (c).

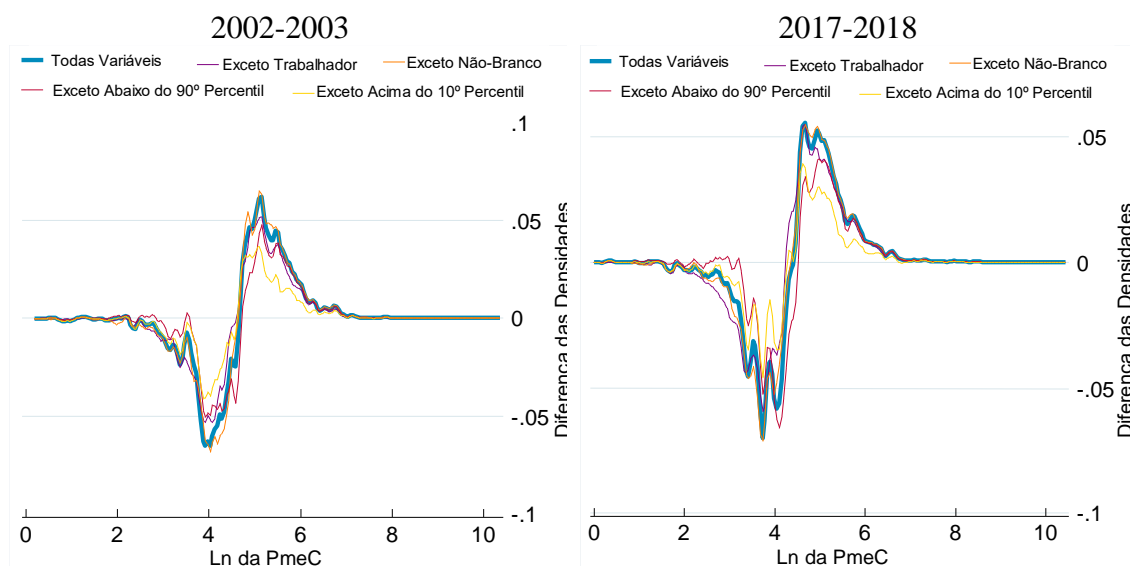
Gráfico 12 - Diferença contrafactual entre Eixo-Norte e Eixo-Sul



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Nas decomposições das diferenças das densidades do Eixo-Norte com a do contrafactual calculado (quando o Eixo-Sul Simula a distribuição do Eixo-Norte), que são apresentadas pelo Gráfico 13, é possível ver que o fator explicativo que mais influencia as disparidades das curvas é aquele que demarca as observações que estão “Acima do 10º Percentil”. Este fator está demarcado pela cor amarela nos gráficos.

Gráfico 13 - Decomposição da diferença das densidades na variável Eixo-Norte

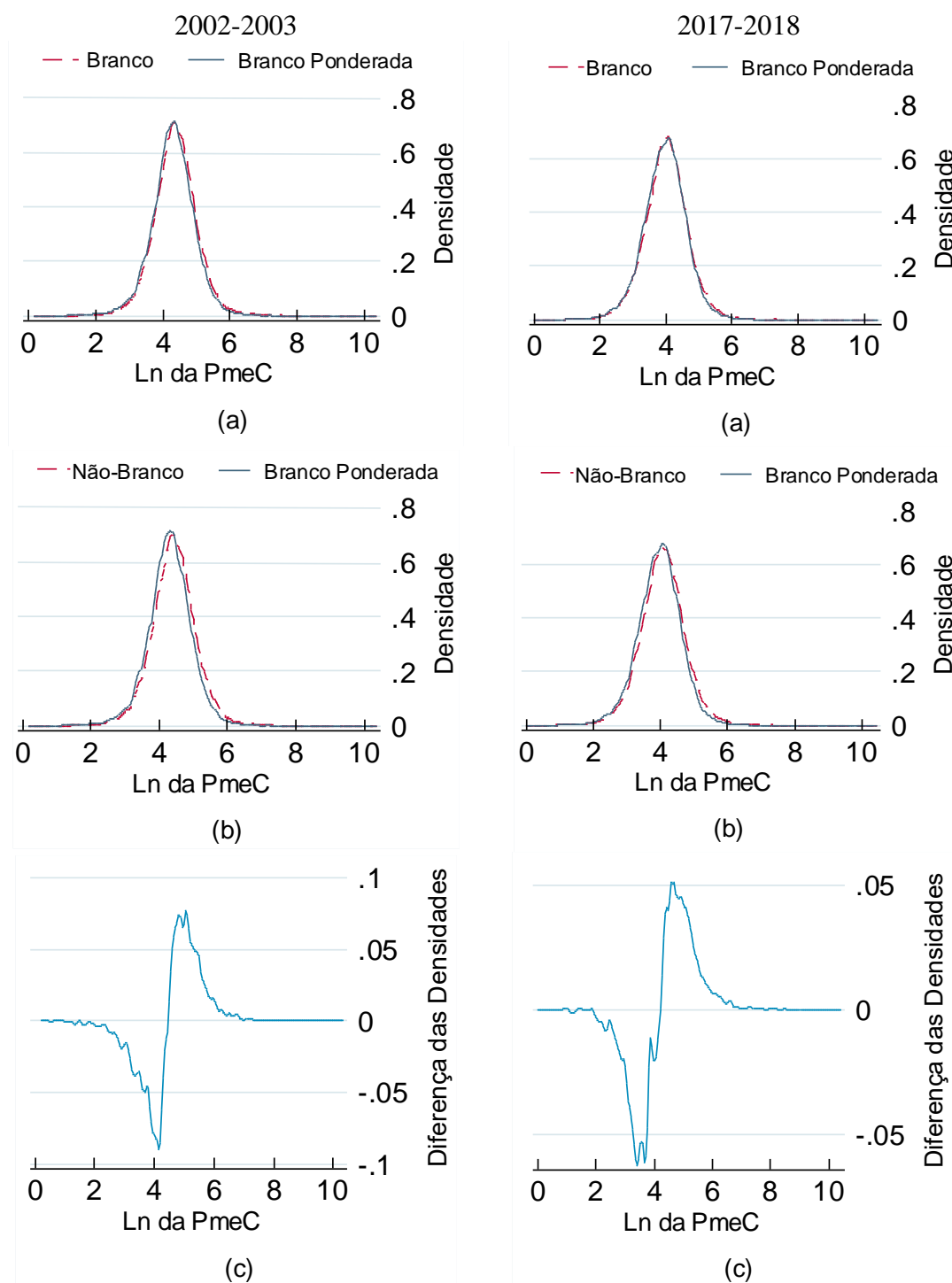


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Por outro, ao se calcular a densidade de contrafactual para o fator explicativo que simboliza as diferenças de cor ou raça entre os brasileiros, é possível ver que se os brancos ( $NBranco=0$ ) fossem simulados como não-brancos ( $NBranco=1^*$ ) a sua curva de densidade seria similar a dos brancos de fato (principalmente em 2017-2018), o que pode ser observado no Gráfico 12 em (a). Isto mostra que, dentre os fatores selecionados, a raça e a cor é a que menos condiciona as disparidades das distribuições. A parte (b) do gráfico confirma que o contrafactual estimado ( $NBranco=1^*$ ) também é bem próximo da característica simulada ( $NBranco=1$ ) – a diferença das curvas foi de aproximadamente -0,00332 nos dois períodos.

Tal resultado diverge do esperado, visto que a desigualdade de renda e consumo no Brasil também é separada entre brancos e não-brancos – seguindo os fatos apresentados nas Tabelas 4 e 8 das estatísticas descritivas –, era de se esperar que se os brancos não fossem brancos, a densidade da  $PmeC$  seria maior.

Gráfico 14 - Diferença contrafactual entre brancos e não-brancos



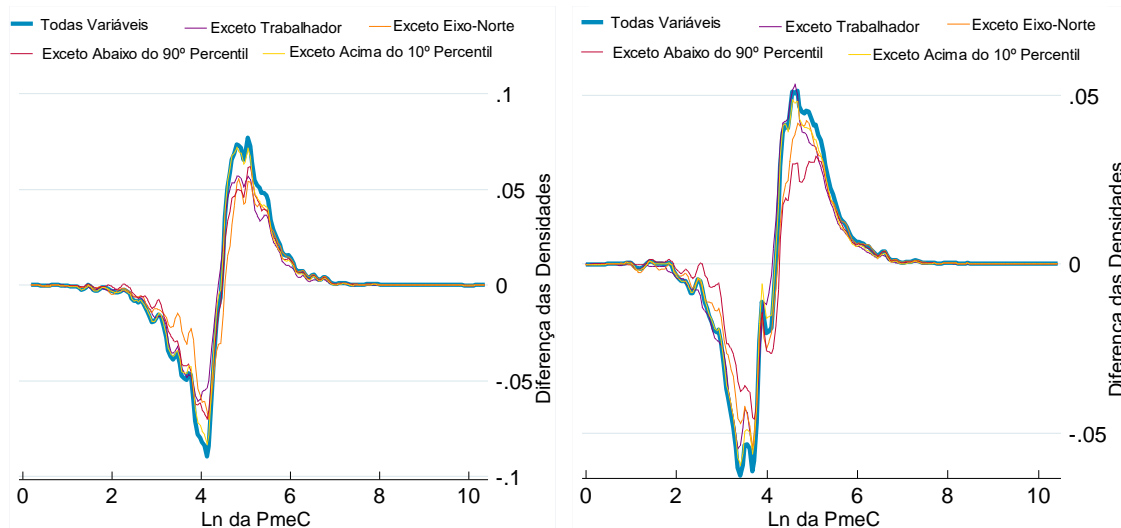
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Observando o Gráfico 15 é possível ver que o fator que mais explicou a diferença das densidades observada no Gráfico 14 (b) em 2002-2003 foi o Eixo-Norte. Porém, em 2017-2018 aqueles que estavam “Abaixo do 90º Percentil” foram os mais determinantes na composição da diferença das densidades. É importante notar que, quando comparado com os modelos



anteriores, a influência dos fatores parece ser menos significativa, principalmente em 2002-2003.

Gráfico 15 - Decomposição da diferença das densidades na variável Não-Branco  
2002-2003



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

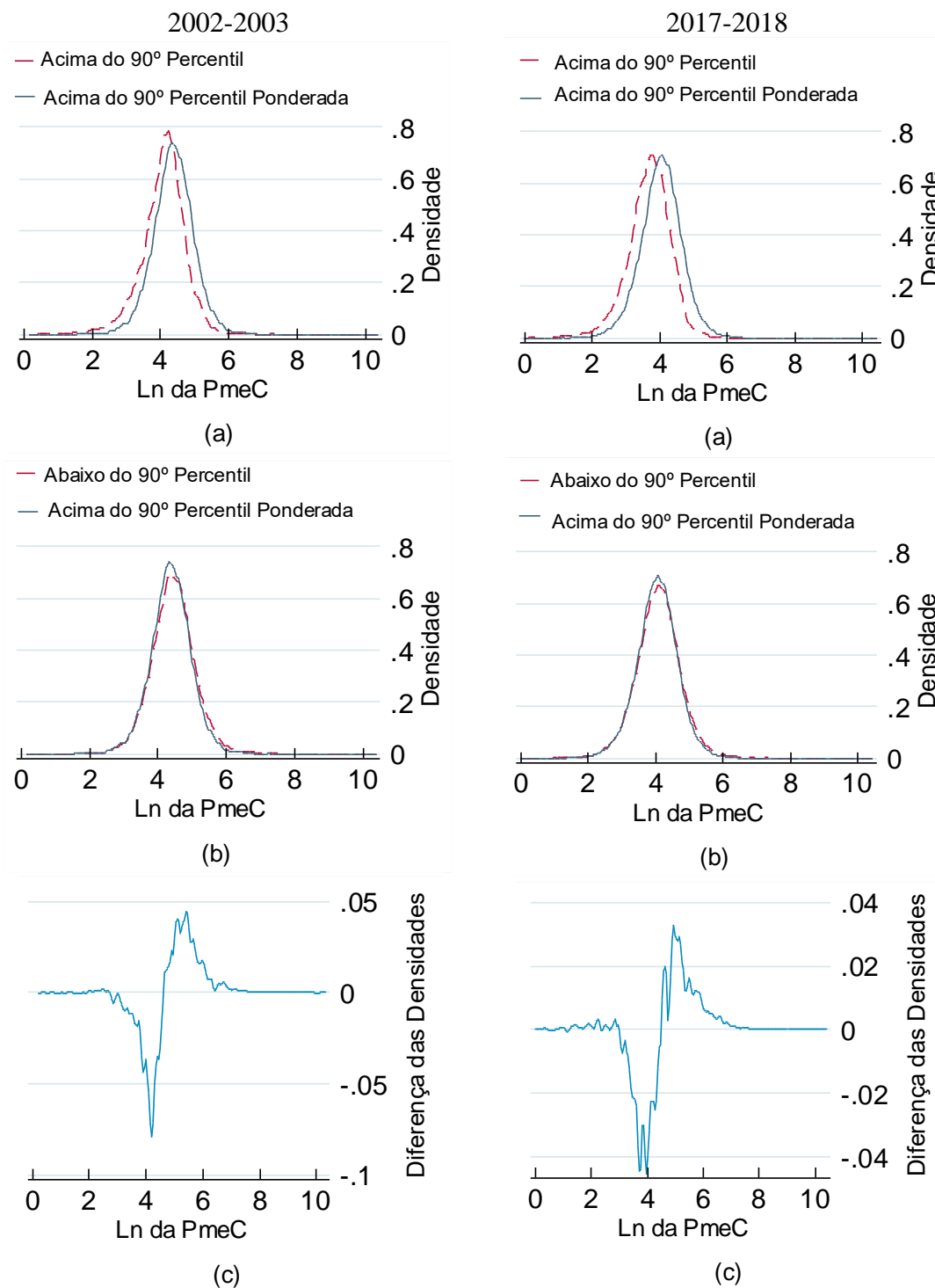
Distinguindo-se dos outros modelos tratados até aqui, quando se realiza um contrafactual para aqueles que estão acima do 90º percentil da renda ( $AbPerc90=0$ ), simulando-os como se estivessem abaixo do 90º percentil ( $AbPerc90=1^*$ ), é possível notar que a modelagem mostrou uma densidade maior (e mais deslocada a direita) em relação aos que estão acima do 90º percentil de fato (sendo isso mais evidente em 2017-2018), o que pode ser visto no Gráfico 16 em (a) nos dois períodos. Tal constatação gráfica traz à tona a ideia da Lei Psicológica Fundamental de Keynes, pois mostra que se os grupos de alta renda se “comportassem” (tendo a mesma composição dos fatores explicativos) como os de renda mais baixa, a  $PmeC$  tenderia a aumentar.

Os resultados deste modelo são condizentes o que foi encontrado por Leite (2015), visto que em um cenário de redistribuição, simulando a categoria dos 10% mais ricos para aqueles 90% da população que recebem as menores rendas, a tendência da propensão ao consumo é maior. Uma alternativa muito discutida para colocar em prática no Brasil a redistribuição e dinamização do consumo é a taxação das grandes fortunas<sup>85</sup>. Pereira e Silva (2021) tratam desse assunto mais profundidade.

<sup>85</sup> A taxação sobre grandes fortunas visa reduzir a desigualdade de renda pela tributação da renda dos indivíduos do topo da distribuição, consolidando-se um sistema tributário mais progressivo. Tal medida é prevista na constituição brasileira, mas ainda não foi regulamentada.

A parte (b) do Gráfico 16 mostra que a curva de densidade estimada ( $AbPerc90=I^*$ ) é similar a sua contraposição ( $AbPerc90=I$ ). A diferença calculada entre a curva de fato e a contrafactual foi de 0,00048 em 2002-2003 e 0,00166 em 2017-2018. Portanto, é possível ver adequação na simulação.

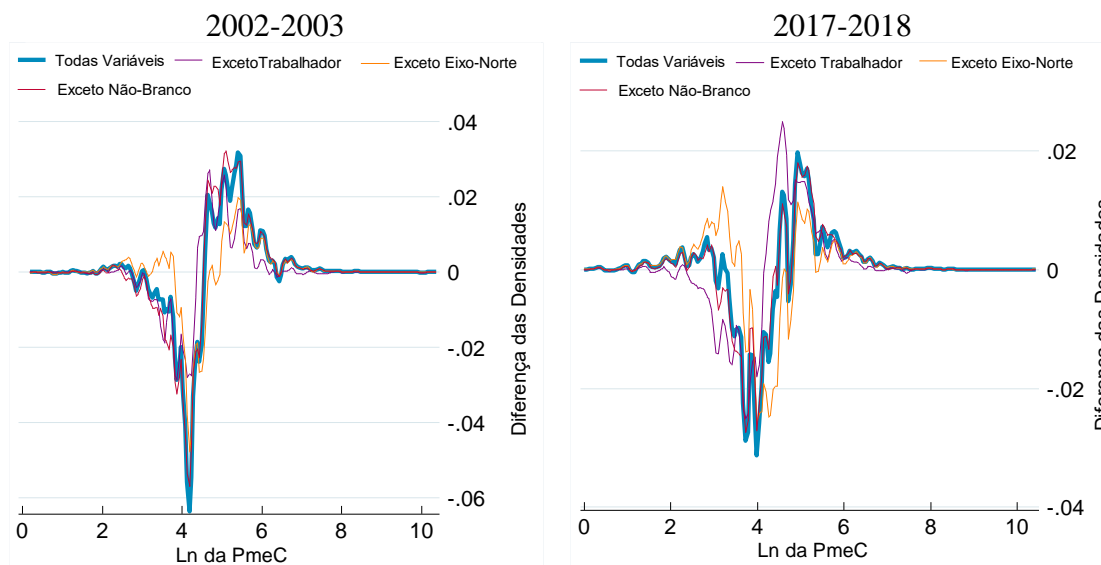
Gráfico 16 - Diferença contrafactual entre os que estão abaixo e acima do 90º percentil da renda



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

O Gráfico 17 expressa graficamente que o fator que mais explica a diferença das densidades, mostrada na parte (c) do Gráfico 16, é o Eixo-Norte. Para 2017-2018 é possível ver que quando os trabalhadores são excluídos do cálculo da curva, a diferença aumenta, ou seja, este fator colabora com a boa estimação do modelo.

Gráfico 17 - Decomposição da diferença das densidades na variável Abaixo do 90º Percentil da renda

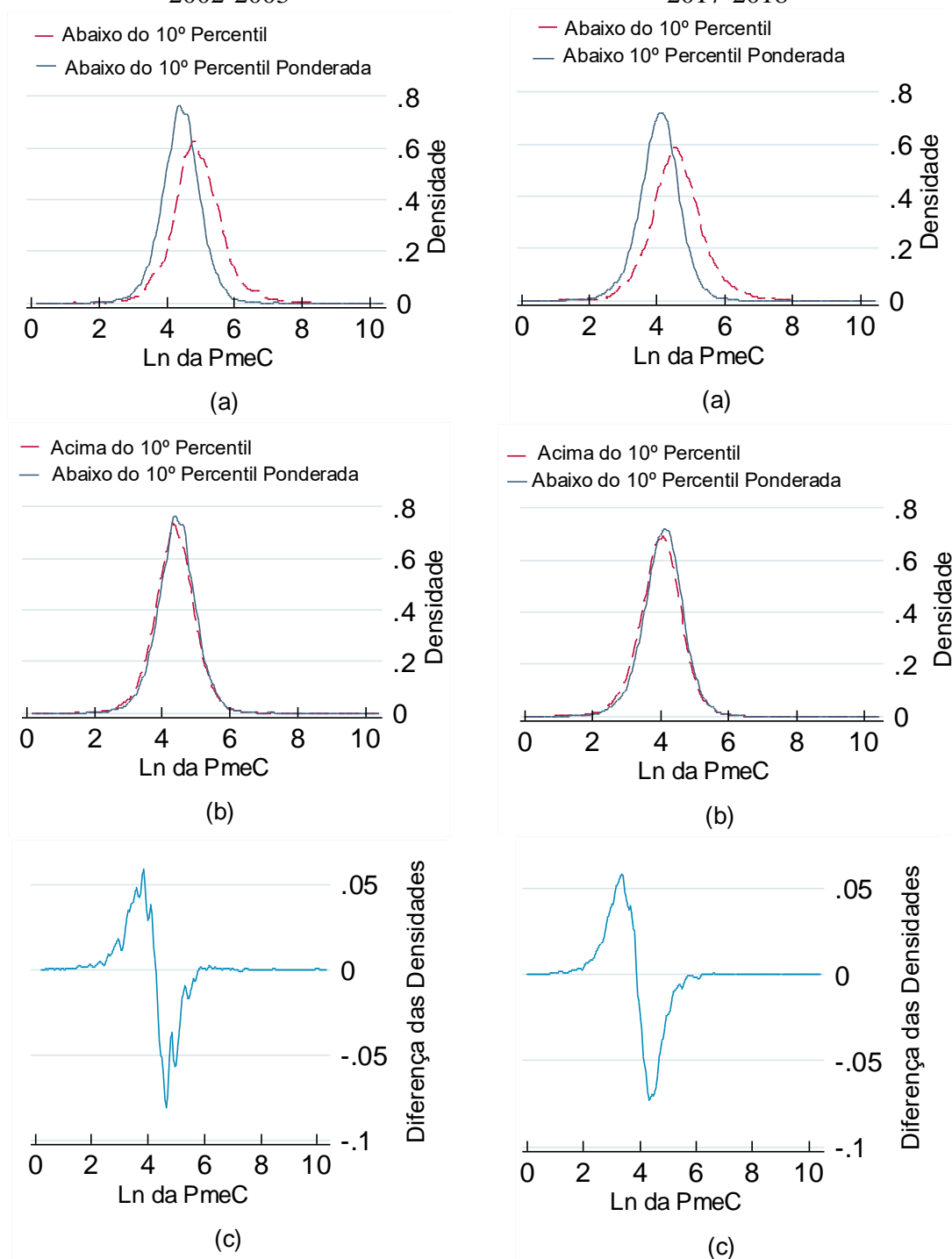


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Complementarmente, ao se realizar um corte no outro extremo do ordenamento da renda, é possível ver que se os que estão abaixo do 10º percentil ( $AcPerc10=0$ ) estivessem acima ( $AcPerc10=1^*$ ) – nos 90% superiores da distribuição – a  $PmeC$  estimada seria inferior (descolada para esquerda) em relação a sua densidade não simulada, mas com densidade maior – o que pode ser visto no Gráfico 18 em (a). Juntamente com o modelo anterior, este também apresenta diferenças mais visíveis entre as curvas. Esta discrepância em (a) também reflete a hipótese da Lei Psicológica Fundamental, visto que se os grupos de baixa renda forem simulados com rendas mais elevadas, a tendência da  $PmeC$  se faz negativa.

Contudo, os gráficos em (b) expressam para esse modelo que o contrafactual ( $AcPerc10=1^*$ ) está muito próximo da distribuição que ele simula ( $AcPerc10=1$ ), sendo que a diferença calculada foi de -0,00931 em 2002-2003 e -0,00582 em 2017-2018 – distinções que são expressas em gráficos na parte (c) abaixo.

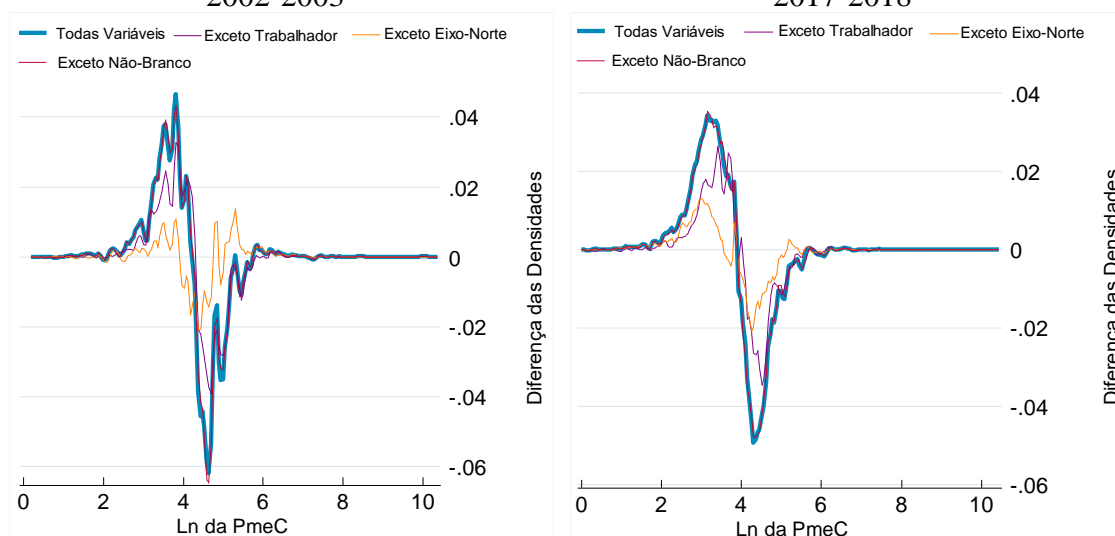
Gráfico 18 - Diferença contrafactual entre os que estão abaixo e acima do 10º percentil  
2002-2003  
2017-2018



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Os dois fatores que mais influenciaram a diferenças observadas no Gráfico 18 (c) foram as variáveis Eixo-Norte e Trabalhador, conforme o exposto pelo Gráfico 19. Isto significa que ao se desconsiderar essas variáveis na análise esses fatores, a simulação seria mais próxima da curva daqueles que estão acima do 10º percentil.

Gráfico 19 - Decomposição da diferença das densidades na variável Abaixo do 10º Percentil  
2002-2003 2017-2018



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

Em suma, os resultados mostram que os fatores de posição na ocupação e as macrorregiões possivelmente determinam com as diferenças observadas na *PmeC*, juntamente com aqueles que separam os indivíduos pelo 10º e 90º percentis, que mostram os efeitos mais significativos na simulação. Logo, é possível afirmar que os grupos extremos da distribuição de renda explicam mais as variações na propensão a consumir do que os fatores de *proxy* da distribuição da renda, seja por posição geográfica, por categoria profissional ou por cor.

A análise dos contrafactuais se que separam o decil superior e o decil inferior da distribuição da renda com o restante, vai de acordo com as colocações de Leite (2015), que também realiza um exercício de simulação sobre os dados da POF (2002-2003 e 2008-2009), relacionando os efeitos das alterações na distribuição da renda sobre a propensão a consumir (o trabalho em questão utiliza-se da *PmgC* na análise). Segundo o autor, ao se realizar um exercício de redistribuição sobre os rendimentos, alocando os recursos do topo para a base da distribuição, o somatório que simboliza a propensão a consumir agregada aumentaria.

Olhando os resultados gerais encontrados neste capítulo, é possível compará-los com outros trabalhos que analisam a relação da distribuição da renda com a propensão a consumir. Quando se trata da literatura internacional que aborda estas temáticas, os resultados são mais abrangentes, visto as especificidades dos estudos. Brown (2004) levanta a mesma hipótese de que a desigualdade desempenha um efeito negativo sobre a propensão a consumir, porém, consegue confirmá-la para os casos dos gastos limitados quando trabalha com os dados dos Estados Unidos entre 1978 e 2000. Alonso (2022) e Statkus e Tamasauskiene (2020) acham resultados similares (no primeiro caso para os Estados Unidos e no segundo para um conjunto

de países selecionados) aos encontrados nesta dissertação, determinando o salário mínimo e a distribuição funcional da renda como elementos importantes nas oscilações da *PmgC* e do consumo agregado, sendo que em situações de fragilização no mercado de trabalho a propensão a consumir agregada tende a se reduzir (o que possivelmente aconteceu em 2017-2018 no Brasil). Hong (2023) vai além e tange a questão da heterogeneidade da *PmgC* ao analisar o caso do Peru, mostrando que, frente aos dados dos Estados Unidos, a distribuição da propensão a consumir varia mais entre os indivíduos, característica marcante dos países emergentes – quando se observa a *PmeC* brasileira nas estatísticas deste capítulo, é possível ver suas oscilações frente as categorias.

Gross, Notowidigdo e Wang (2020) analisam as variações da *PmgC* diante dos movimentos cíclicos da economia norte-americana, focando-se nos efeitos causados pela crise do *subprime* entre 2008 e 2009, ao mesmo tempo que trazem um elemento fundamental para o consumo em períodos de instabilidade – que não foi considerado na presente dissertação –, o crédito às famílias. Segundo os autores, as políticas monetárias influenciam diretamente na demanda agregada (princípio da Economia Monetária da Produção de Keynes), visto que a liberação de crédito em momentos de altas incertezas e desemprego viabiliza a manutenção da capacidade de consumo dos indivíduos. Os resultados encontrados por Gross, Notowidigdo e Wang (2020) são similares aos encontrados para o Brasil nesta dissertação, visto que os autores mostram que a contração do crédito nos Estados Unidos após a crise 2008 refletiu a redução da *PmgC* nos norte-americanos – Canbary e Grant (2019) encontram o resultado oposto para o Reino Unido entre 2009 e 2016. Como no Brasil entre 2013 e 2017 a taxa SELIC ficou entre 10% e 15% (o que pode ser visto no Gráfico 4), a restrição ao crédito possivelmente teve um papel importante na redução da *PmeC* durante o período de crise.

Os trabalhos de Drescher, Fessler e Lindner (2020) e Albuquerque e Green (2022) apresentam diferentes *PmgC* para a Europa e para o Reino Unido (no caso do segundo trabalho) sob cenário da crise da COVID-19, destacando o fator da incerteza sobre as expectativas das famílias e a função do Estado no asseguramento da demanda agregada, sendo que os governos citados aplicaram medidas expansionistas para assegurar a renda e o consumo das populações mais pobres. Como em 2017-2018 o Brasil ainda se encontrava em crise (ou com baixas tendências de recuperação), o ideal para promover o estímulo ao consumo e impulsionar a demanda agregada seria adotar mais gastos voltados para a população de baixa renda. Só que na realidade o contrário se realizou, basta olhar as medidas contracionistas do governo Temer – o que possivelmente contraiu a *PmeC* após 2016 diante do aprofundamento das incertezas políticas e econômicas. Venieris e Gupta (1986) já haviam afirmado que em fases de alta

instabilidade sociopolítica a taxa poupança aumentaria pela manutenção das incertezas (principalmente por parte das classes de renda intermediária), o que poderia reduzir abruptamente a propensão a consumir agregada de uma dada sociedade.

Assim como Gross, Notowidigdo e Wang (2020), Carroll *et al.* (2017) também afirmam que os estudos que tratam da propensão a consumir devem chegar a resultados diferentes, pois tudo depende do contexto estudado, da determinação dos fatores considerado e dos modelos adotados. Alguns autores encontram resultados contrários aos pressupostos desta dissertação, como Ivakhnenko e Polbin (2022) e Rhee e Kim (2017), que afirmam que no caso da Rússia e, consecutivamente, dos países da OCDE a desigualdade da renda está positivamente relacionada com o aumento da *PmgC*. Todavia, esses resultados se apresentam de forma mais abrangente na literatura internacional. Cuaresma, Kubala e Petrokova (2018) revisam uma série de países e concluem afirmando que não existe nenhuma evidência empírica de um efeito negativa da desigualdade de renda sobre a *PmeC*.

Portanto, para se ter uma visão mais especificada da temática, é válido trazer aqui algumas outras pesquisas que se relacionam com os resultados encontrados nesta dissertação e que estão contidas na literatura nacional. Seguindo o mesmo referencial deste trabalho, Morais e Martins (2018) encontram pelas regressões múltiplas uma relação inversa entre desigualdade de renda e *PmgC* no Brasil entre os períodos 2002-2003 e 2008-2009 (também utilizaram a POF na obtenção dos dados), confirmando-se a hipótese keynesiana no Brasil. Os resultados da aplicação DFL, que parte de uma conjuntura instável e da recessão (principalmente em 2017-2018), mostram uma redução da *PmeC* a consumir nos períodos, o que possivelmente é explicado pelo achatamento da renda. No caso apresentado aqui, deve-se levar em consideração que a desigualdade se reduziu em um movimento de queda da economia, enquanto o período analisado por Morais e Martins (2018) abrange uma fase ganhos socioeconômicos relevantes, o que embasa a hipótese da diferença do comportamento das variáveis segundo a conjuntura abordada.

Quando se analisa a distribuição funcional da renda e seus efeitos sobre o consumo, é visto que os resultados obtidos nas estatísticas descritivas seguem a mesma base do referencial de Chaves Júnior (2022), que também afirma que as maiores propensões se dão no grupo dos trabalhadores quando comparado com os empregadores (ou capitalista, no termo usado pelo autor). Contudo, a aplicação DFL desta dissertação mostrou que se os empregadores se comportassem como trabalhadores, a *PmeC* diminuiria ligeiramente, o que aponta para questões importantes na economia brasileira. Talvez a renda tenha se reduzido tanto no período de crise ao ponto de afetar drasticamente o consumo, principalmente das pessoas nas faixas de renda

mais baixas. Estes fatores podem ser resultados do desemprego, da informalidade e da interrupção da política de valorização do Salário Mínimo.

Tal resultando pode se embasar nos resultados do autor. Analisando séries temporais entre 1994 e 2015 para o Brasil, Chaves Júnior (2022) observa que o *profit-share*<sup>86</sup> estimado possui uma relação negativa com o consumo e com a taxa de acumulação de capital e positiva com as exportações líquidas, ou seja, quanto maior a participação dos lucros na renda, menor será a dinâmica do consumo e do investimento, consolidando-se um modelo de crescimento voltado para fora. Logo, como o período simulado (2017-2018) pelo DFL abrange práticas pró-empregador (como a Reforma Trabalhista) do governo Temer, uma recuperação econômica *profit-led*<sup>87</sup> poderia explicar a queda na *PmeC* pela baixa dinamização dos salários.

As ponderações de Chaves Júnior (2022) sobre a dinâmica do setor externo com a parcela dos rendimentos representada pelos lucros também se fazem presente neste estudo. Quando se observa o Gráfico 3 dentro da conjuntura da crise, que foi apresentada no capítulo três, é possível ver que o resultado líquido da balança comercial passou a se elevar a partir de 2015, o que mostra que a dinâmica macroeconômica brasileira favoreceu os lucros, principalmente aqueles que se originam nas exportações. Como consequência, a distribuição funcional da renda na crise pode ter sido menos favorável aos trabalhadores, o que possivelmente retraiu o consumo agregado após 2014.

Por mais que o baixo nível salarial brasileiro tenha condicionado a desigualdade por meio da depreciação da renda dos mais vulneráveis em todo o Brasil, principalmente nos momentos de crise da última década – Ribeiro e Salata (2022) constata essa tendência entre 2012 e 2022 –, os impactos socioeconômicos se concentram nas macrorregiões menos desenvolvidas. Trovão *et al.* (2021) mostram que o alto nível de desigualdade no Norte e no Nordeste está relacionado com a insuficiência socioeconômica diante dos gastos das famílias, superando a média nacional e as outras macrorregiões. Os autores explicam que entre 2016 e 2019 o principal fator que explicou os indicadores deteriorados do Norte e Nordeste, foi justamente a precarização do mercado de trabalho, principalmente quando se olha para a subocupação e para informalidade nessas localidades. Tais resultados reforçam o que foi encontrado no presente trabalho, principalmente quando se observa a clara relação entre macrorregiões, posição na ocupação e posicionamento na distribuição da renda (a divisão dos percentis), conforme o mostrado pelos resultados das aplicações deste capítulo.

---

<sup>86</sup> *Profit-share* se refere as partes dos rendimentos agregados que são formatadas como lucros.

<sup>87</sup> Quando o crescimento econômico é explicado pelo aumento dos lucros, o movimento é denominado *profit-led*.



A literatura nacional mostra outros diversos fatores que influenciam a relação do consumo agregado nacional com as formas de distribuição da renda. Vale destacar aqui o trabalho de Nunes (2022). O autor observa que ao se simular uma maior progressividade na tributação brasileira, onerando menos o consumo, a demanda agregada iria se elevar. Contudo, observa-se de fato que a política tributária nacional tem atuado de forma mais passiva, apenas como forma ferramenta de equilíbrio fiscal, ao mesmo tempo que as isenções e as deduções legais voltadas para o decil superior da renda têm redistribuído a renda de forma mais favorável para o topo da distribuição – nos grupos que possuem as menores propensões ao consumo, conforme os resultados apresentados anteriormente neste trabalho.

Outro fator importante na dinâmica da distribuição da renda com o consumo, é qualidade política dos países, o que pode ser mensurado através do nível de democracia. Valenti (2019) analisa o sistema político do Brasil e de outros países da América Latina, concluindo que a redemocratização nesses países possivelmente favoreceu uma maior igualdade de renda, o que acontece principalmente via políticas redistributivas, fomentando um aumento do consumo por parte dos mais vulneráveis. Olhando essas colocações em paralelo com o Brasil de 2017-2018, que já vinha sofrendo instabilidades políticas desde 2014, é possível que as fragilidades presentes na democracia nacional tenham condicionado a *PmeC* dos brasileiros.

Colocando os resultados encontrados pelas estatísticas descritivas, pelo método DFL e pelas regressões logísticas em paralelo com os referenciais teóricos nos primeiros capítulos e com os outros estudos que tratam da mesma temática, é possível ver a complexidade da relação dos fatores explicativos da distribuição da renda com a propensão a consumir no Brasil. Portanto, ao se utilizar outros métodos, outras variáveis e analisando-se outros períodos da história, possivelmente os resultados difeririam dos encontrados aqui. Isto mostra a importância de se realizar um bom delineamento de pesquisa, em que os dados estejam bem embasados nas conjunturas históricas observadas, levando sempre em consideração os principais aspectos políticos, sociais, econômicos e institucionais do país estudado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disparidades na capacidade de consumo dos brasileiros, que se desenvolveu ao longo da história, aprofundou-se em contextos de desestruturação da macroeconomia nacional, pois as dinâmicas do produto e da renda resultaram em uma economia internamente fragilizada, acarretando uma série de problemas sociais. Esse contexto se caracteriza por um modelo produtivo volátil e dependente dos movimentos externos do capital produtivo e financeiro. Sendo assim, o consumo das famílias, fator que conjuntamente com os investimentos impulsionam a demanda agregada, se encontra parcialmente inutilizado, visto que a má distribuição dos recursos impede que a demanda potencial dos indivíduos mais vulneráveis se efetive. Esta insuficiência ultrapassa o escopo social, afetando o lado produtivo, visto que se existe consumo inutilizado, as economias podem encontrar dificuldades em se desenvolverem.

Com base nestes pressupostos, o presente trabalho teve por objetivo analisar a propensão a consumir dos brasileiros de diferentes grupos populacionais no período de 2002-2003 e 2017-2018. Para tentar compreender o comportamento da *PmeC*, distinguindo-a entre categorias que representam grupos na distinção da renda, foi considerado como hipótese que uma situação de menor disparidade na distribuição dos rendimentos, favorecendo os grupos de menor renda em detrimento dos de maior renda, poderia estimular a *PmeC*. Desta forma, esperou-se que grupos com menores níveis de renda possuísem maiores propensões ao consumo.

Para observar a relação da renda com o consumo, foram estimadas algumas estatísticas descritivas básicas e o índice de Gini nos períodos estudados, analisando-se suas distribuições, assim como a da *PmeC*, de acordo com categorias definidas – classe de renda (em salário mínimo), cor ou raça e região geográfica. Para melhor estimar alterações na propensão a consumir dos grupos populacionais binários, foi utilizada a metodologia da “estimação da densidade de Kernel reponderada”, conhecida também como *DFL*, proposta por DiNardo, Fortin e Lemieux (1996). Além disso, com o método de aplicação apresentado por Azevedo (2005), também foi possível observar a diferença da distribuição e a razão de chances (*odds ratio*) entre os fatores explicativos (por meio da regressão logística), tanto para 2002-2003 como para 2017-2018.

Para dar base teórica aos modelos estimados, a presente dissertação objetivou apresentar um referencial teórico keynesiano para depois apresentar alguns dos seus conceitos centrais em um capítulo de revisão histórica dos fatos no Brasil.

Ao retomar os principais aspectos apresentados por Keynes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, o capítulo dois deu destaque para o papel do consumo dentro da dinâmica da demanda agregada. Outros elementos centrais apresentados foram: a função das expectativas e das incertezas sobre as variáveis macroeconômicas; o efeito adverso da desigualdade sobre a demanda agregada; o papel do Estado e suas políticas na determinação do desenvolvimento socioeconômico; e a Lei Psicológica Fundamental.

O capítulo três, que revisa os principais marcos históricos da economia brasileira, contempla o período da estabilização macroeconômica na década de 1990 e vai até o final do governo Temer em 2018. As análises partem de dois caminhos complementares. Primeiro se observa os principais pontos de inflexões e continuidades de cada governo, focando-se em Lula, Dilma e Temer, para depois olhar para esses fatos por meio da ótica dos autores que focam suas análises sob a perspectiva da economia política. Nesta parte tentou-se explicar a conjuntura econômica e política em das oscilações na renda e no consumo durante o 2002-2003 e 2017-2018.

A síntese das ideias apontou para um arcabouço estrutural frágil, visto que os aspectos de deterioração do mercado de trabalho, de fragilização da indústria nacional e alta dependência externa, seja financeira ou produtiva, arrastaram-se ao longo da história do Brasil. Em paralelo a isto, foi colocado que os governos de Lula e o primeiro governo Dilma puderam ser marcados como “ensaios desenvolvimentistas”, pelo menos em alguns aspectos. Assim sendo, ao mesmo tempo que esses governos deram continuidade à cartilha neoliberal de condução macroeconômica da década de 1990 – o que é concretizado com a herança do Tripé Macroeconômico – algumas medidas mais progressistas também foram implementadas. Destacou-se também no capítulo três a crise do segundo governo Dilma e a cristalização do neoliberalismo com a tomada de Temer 2016, dando ênfase para suas políticas contracionistas e para o seu posicionamento diante das questões trabalhistas. O fim do capítulo traz algumas variáveis macroeconômicas em formato de série temporal para ilustrar os fatos apresentados.

Os resultados empíricos da pesquisa foram apresentados separadamente em dois capítulos. No primeiro (capítulo cinco), foram apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre os microdados trabalhados. Os resultados indicam que de 2002-2003 para 2017-2018 a queda da renda, do consumo e *PmeC* foi generalizada no Brasil. Por outro lado, quando se observa a diferenças dessas variáveis entre trabalhadores e empregadores, brancos e não-brancos, habitantes do Eixo-Norte e Eixo-Sul e categorias da renda por Salário Mínimo, foi visto que a diferença entre esses grupos caiu entre os dois períodos estudados, mas ainda permaneceu alta em 2017-2018. Em termos relativos, a maior diferença relativa nos

rendimentos e no consumo se deu entre trabalhadores e empregadores, sendo de 341% (2002-2003) e 236% (2017-2018) para a renda e 299% (2002-2003) e 161% (2017-2018) para o consumo. Já na análise da *PmeC*, a diferença foi similar nas categorias, mantendo-se uma redução de, aproximadamente, 30% nas categorias entre os períodos.

Também foi visto que a queda do consumo foi maior do que a da renda, fato que condicionou a queda da *PmeC* – que, diferentemente do consumo e da renda, não apresentou nenhum padrão de distribuição claro nas categorias. A última parte da análise observa os indicadores de Gini para as três variáveis, mostrando que a desigualdade se reduziu na renda (-10,62%), no consumo (-13,21%) e na *PmeC* (-1,04%) entre 2002-2003 e 2017-2018 – sendo que a queda nesta última variável foi ínfima em relação às outras.

As diferenciações em seu nível geográfico apontaram para uma concentração das rendas nas macrorregiões Norte e Nordeste – mesmo com a redução dos rendimentos entre os períodos, que afetou em maior grau o Sudeste. O consumo da macrorregião Sudeste também o mais afetado, marcando uma queda de quase 48%. Por outro lado, na análise da *PmeC* a redução não seguiu um padrão claro como no consumo e na renda, sendo que as maiores propensões, em termos medianos, se deram nas macrorregiões Nordeste (0,88 em 2002-2003 e 0,61 em 2017-2018) e Norte (0,88 em 2002-2003 e 0,62 em 2017-2018).

Olhando para os resultados encontrados nas estatísticas descritivas, já foi possível se ter uma noção sobre o comportamento da *PmeC* ao se considerar os grupos populacionais com distintos níveis de renda – foi visto que a *PmeC* se concentra nos grupos de menor renda (como trabalhadores, não-brancos e macrorregiões Norte e Nordeste). Contudo, para se ter uma noção mais concisa da divisão da propensão a consumir nas categorias supracitadas, realizou-se a aplicação do método DFL, simulando-se as diferentes composições da *PmeC* diante dos fatores explicativos (representativos dos grupos populacionais).

Com base nisso, os resultados encontrados no capítulo seis mostram que quando se compara 2002-2003 e 2017-2018, a composição dos fatores explicativos no segundo período apontam para uma menor *PmeC* em comparação com o primeiro período (como mostra a diferença das curvas na primeira parte do Gráfico 7). Isto possivelmente é explicado pela queda generalizada do consumo e da renda entre os períodos, sendo que a primeira se reduziu mais do que a segunda. Contudo, revisando a literatura de outros estudos sob o contexto político-econômico do período 2017-2018, é provável que outras questões que não foram aplicadas nos modelos empíricos possam contribuir com a explicação da queda da propensão a consumir dos brasileiros, como o próprio arcabouço das políticas restricionistas no horizonte de pós-crise, a

deterioração do estado de confiança dos agentes e a reversão do modelo de consumo via endividamento.

Outros resultados importantes também foram encontrados com aplicação da metodologia DFL no capítulo seis. Ao se estimar a densidade de Kernel de forma reponderada, criando curvas contrafactuais que simulam determinadas categorias das variáveis binárias, foi encontrado que os fatores que repartem os extremos da distribuição de renda são os que mais explicam as mudanças na *PmeC* (conforme o observado nos Gráficos 16 e 18). Quando se simula aqueles que estão acima do 90º percentil da renda como se estivessem abaixo deste corte, foi possível ver que a distribuição do logaritmo natural da *PmeC* possivelmente passa ser em média maior (centro da curva mais deslocado à direita) e com menor densidade (área abaixo da curva). Já ao se estimar as diferenças contrafactuais dos que estão abaixo do 10º percentil da renda para os que estão acima, foi observado um resultado contrário à estimação no corte do 90º percentil, visto a simulação mostra uma distribuição menor e mais densa na curva da *PmeC*. A diferença em questão parece ter sido maior para 2017-2018.

Ao se analisar os outros fatores explicativos, não foi possível demarcar diferenças tão visíveis como nas análises de corte dos percentis – tanto que a distinção entre branco e não-brancos foi dada como nula pela análise gráfica. Ao simular os empregadores como trabalhadores (Gráfico 10), foi possível ver uma sucinta redução nos valores médios da *PmeC*, mas com aumento de concentração na densidade. Possivelmente esse resultado mostra que a diferença de rendimentos entre trabalhadores e empregadores não é tão grande como na comparação do 10º e 90º percentil, sendo que no segundo período (2017-2018) – em que a diferença das curvas foi mais relevante – a crise entre 2014 e 2016 pode ter afetado mais o consumo dos trabalhadores, deixando-os em situação de extrema vulnerabilidade.

Já quando se simulou o fator Eixo-Sul (habitantes das macrorregiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) como Eixo-Norte (Norte e Nordeste), conforme o exposto pelo Gráfico 12, a curva representativa da *PmeC* passou a apresentar maior densidade e um leve deslocamento positivo (para direita), mostrando que, aparentemente, a composição do Eixo-Norte explica uma maior propensão ao consumo em relação ao Eixo-Sul. Nesta análise as diferenças parecem ter sido maiores para o período 2002-2003.

Ponderando as análises das principais diferenças nos resultados (Acima do 10º Percentil e Abaixo do 90º Percentil) pelos outros fatores explicativos, a estimação da razão de chances (*odds ratio*) mostrou que se um indivíduo for branco, empregador e habitar o Eixo-Sul, ele tem menos chances de não estar no decil superior da distribuição da renda quando comparado com um indivíduo não-branco, trabalhador e habitante do Eixo-Norte. Esta colocação reforça a ideia

de que os grupos que demarcam os menores rendimentos são aqueles que possuem as maiores propensões a consumir.

Com base nesses resultados, foi possível delinear melhor o comportamento da *PmeC* pela distinção dos grupos populacionais com distintos níveis de renda (conforme a colocação da pergunta de pesquisa), uma vez que a aplicação do método DFL permitiu comparar as curvas de distribuição da propensão ao consumo entre os diferentes categoriais representativas. De forma geral, foi visto que grupos com menores níveis de renda possuíssem maiores propensões ao consumo, seguindo o apontamento da hipótese no início deste trabalho, de que uma situação de menor disparidade na distribuição dos rendimentos, favorecendo os grupos de menor renda em detrimento dos de maior renda, poderia estimular a *PmeC* – o que foi testado pelas simulações contrafactuais no capítulo seis.

De modo geral, considerando os resultados obtidos pelas estatísticas descritivas e pela aplicação do método DFL, é possível observar que as maiores propensões estão presentes nos grupos populacionais de menores rendas, enquanto as menores propensões estão entre os estratos de maiores rendas. Isto indica que a alocação dos recursos para a base da distribuição pode fomentar a alavancagem da demanda agregada. Deste modo, considera-se a hipótese de pesquisa foi confirmada neste trabalho.

Dado tudo que foi exposto, é possível observar que este trabalho dialoga com a literatura recente, visto que seus resultados empíricos, sob a luz dos referenciais expostos, corroboram com o maior entendimento da relação entre a renda e o consumo no Brasil. Também é visto que o seu diferencial foi tratar as conjunturas históricas (no caso do modelo em que os períodos estão com variáveis explicadas) e os grupos populacionais (nos modelos secundários dos fatores explicativos) de forma dicotômica, o que permitiu a estimarções por meio das regressões logísticas. Contudo, também é possível ressaltar algumas limitações práticas na pesquisa. A primeira delas está intrínseca na própria metodologia utilizada. A aplicação do modelo DFL (presente no sexto capítulo) deu maior ênfase nas análises gráficas do que nas numéricas, o que pode tornar as interpretações menos precisas em alguns casos – quando, por exemplo, é difícil perceber as diferenças entre as curvas contrafactuais com as empíricas.

Outra limitação é a natureza dos microdados utilizados. Como se comparou a POF em duas periodicidades distintas, demarcando um estudo do tipo *cross-section*, não foi possível atribuir as observações de um período ao outro, dado que os indivíduos entrevistados em 2002-2003 não foram os mesmo de 2017-2018, o que restringe a realização de abordagens mais homogêneas e a utilização outros métodos e variáveis.

Contudo, tais lacunas abrem possibilidades para novos estudos sobre o tema. Dado a riqueza das informações disponibilizadas pela POF, é possível aprofundar as análises e considerar outras variáveis, separando o consumo e a renda em suas diferentes posições. Também pode-se utilizar os dados da POF referentes ao período 2008-2009, expandindo-se o horizonte da pesquisa. Uma outra alternativa, que talvez mudaria os resultados encontrados, seria trabalhar com a *PmgC* ao invés da *PmeC*, mostrando uma perspectiva mais dinâmica das variações no consumo e na renda. Como o método também pode interferir nos resultados, as aplicações de outros formatos de pesquisa podem dar mais aprofundamento aos estudos. Talvez ao se utilizar das análises econométricas baseadas em séries temporais, como alguns dos autores revisados no final do sexto capítulo fizeram, a comparação das variáveis ao longo dos ciclos econômicos pode se formatar de modo que complementem os resultados aqui apresentado.

Os dados, os métodos e as diferentes concepções sobre o tema abrem espaço para ampliar as discussões já existentes. Como as questões da renda e do consumo abrangem duas perspectivas econômicas, tanto no alcance do bem-estar social como na dinamização e internalização do desenvolvimento produtivo, esses estudos devem ser mais recorrentes e aprofundados no Brasil, assim como em todos os países que estão na margem da divisão produtiva internacional. As pesquisas acadêmicas e suas ferramentas devem dar base para construção do conhecimento científico, o qual, por sua vez, pode ser usado para mudar a realidade empírica.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, B.; GREEN, G. **Financial concerns and the marginal propensity to consume in COVID times**: evidence from uk survey data. Washington, DC: International Monetary Fund, 2022.
- ALONSO, C. Beyond labor market outcomes: The impact of the Minimum Wage on nondurable consumption. **Journal of the Human Resources**, [s. l.], v. 58, n. 3, Sep. 2022.
- AMITRANO, C. R. O Tratado sobre a Moeda e a Teoria Geral de Keynes: continuidades e rupturas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA., 33, 2005, Natal. **Anais [...]**. Natal, jan. 2005. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A008.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- AZEVEDO, J. P. **DFL**: Stata module to estimate DiNardo, Fortin and Lemieux Counterfactual Kernel Density. Massachusetts: Boston College Department of Economics, 2005.
- BANCO MUNDIAL. **Índice de Gini**: Brasil. c2022. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR>. Acesso em: 2 set. 2022.
- BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BARROS, L. A. Os Determinantes da Desaceleração Brasileira (2010-2015): uma Análise de Economia Política. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 88-102, jan./jun. 2021.
- BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, jun. 2014.
- BIANCARELLI, B.; ROSA, R.; VERGNHANINI, R. **O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise**. Campinas: IE-Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n. 296).
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 602 p.
- BONELLI, R.; CUNHA, P. V. Crescimento econômico, padrão do consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 703-756, dez. 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Emenda Constitucional Nº 95, de 16 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 10 out. 2022.



BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, Brasília, DF, 29 ago. 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 10 de out. 2022.

BROCHIER, L.; DE MENDONÇA, A. R. R. Crédito, riqueza e renda: uma revisão das teorias convencionais do consumo. **Ensaio FEE**, [s.l.] v. 38, n. 4, p. 959-988, jan. 2018.

BROWN, C. Does income distribution matter for effective demand? Evidence from the United States. **Review of Political Economy**, [s.l.] v. 16, n. 3, p. 291-307, out. 2004.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos avançados**, [s.l.] v. 30, n. 87, p. 103-121, mai - ago.2016.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.] v. 14, n. 2, p. 269-301, ago. 2010.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão**. Brasília, DF: IPEA, 2013. cap. 1. p. 15-24.

CAMPOS, L. F. **Globalização e desigualdade de renda no Brasil**: dimensões, efeitos e assimetrias regionais. 2020. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CANBARY, Z.; GRANT, C. The Marginal Propensity to Consume for different Socio-economic groups. **Economic and Finance Working Paper Series**, [s.l.] n. 1916, out. 2019. Disponível em: 1916-Oct-CG-The-Marginal-Propensity-to-Consume-for-Different-Socio-economic-Groups.pdf (brunel.ac.uk). Acesso em: 2 jun. 2023.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e sociedade**, Campinas: v. 21, n. 4, p. 831-851, dez. 2012.

CARDOSO, F. G.; LIMA, G. T. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. **Economia e Sociedade**, Campinas: v. 17, n. 3, p. 359-381, dez. 2008.

CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F. A importância econômica do princípio da demanda efetiva em Keynes-Kalecki no âmbito da economia política. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, [s.l.] v. 25, n. 52, p. 182-202, fev. 2019.

CARROLL, C.; SLACALEK, J.; TOKUOKA, K.; WHITE, M. N. The distribution of wealth and the marginal propensity to consume. **Quantitative Economics**, [s.l.] v. 8, n. 3, p. 977-1020, nov. 2017.

CAVALIERI, C. H. **Distribuição de Renda e consumo agregado**: uma avaliação para o Brasil. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994.

CHAVES JÚNIOR, M. L. R. **Distribuição funcional da renda e demanda agregada**: uma análise empírica para o caso brasileiro. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

CHERNAVSKY, E.; DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas: v. 29, n. 3, p. 811-834, set – dez. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS (CNI). **Indicadores Industriais**. 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CORAZZA, G. Aspectos metodológicos do pensamento de Keynes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30432/000732330.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CORSEUIL, C. H. L.; SERVO, L. M. S. **Salário mínimo e bem-estar social no Brasil**: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 880).

CORSI, F. L. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo: v. 52, p. 29-46, jul – dez. 2018.

CUARESMA, J. C.; KUBALA, J.; PETRIKOVA, K. Does income inequality affect aggregate consumption? Revisiting the evidence. **Empirical Economics**, Springer: v. 55, p. 905-912, set. 2018.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, [s.l.] v. 7, p. 91-103, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Cesta Básica de Alimentos (Sistema de Consultas)**. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DIEGUES, A. C. Os limites da contribuição da indústria ao desenvolvimento nos períodos Lula e Dilma: uma nova versão do industrialismo periférico?. **Economia e Sociedade**, Campinas: v. 30, p. 681-711, nov. 2021.

DINARDO, J.; FORTIN, N. M.; LEMEIX, T. Labor Market Institutions and the distribution of wages, 1973-1992: a semiparametric approach. **Econometrica**, [s.l.] v. 64, n. 5, set. 1996.

DRESCHER, K.; FESSLER, P.; LINDNER, P. Helicopter money in Europe: New evidence on the marginal propensity to consume across European households. **Economics Letters**, [s.l.] v. 195, out. 2020.

FERRARI FILHO, F. Os “keynesianos” neoclássicos e os pós-keynesianos. **Ensaio FEE**, [s.l.] v. 12, n. 2, p. 340-348, 1991.

FIGUEIRA, C. V. **Modelos de Regressão Logística**. 2006. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 179-206.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: v. 7, n. 2, p. 129-147, dez. 1997.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 352 p.

GROSS, T.; NOTOWIDIGDO, M. J.; WANG, J. The Marginal Propensity to Consume over the Business Cycle. **American Economic Journal: Macroeconomics**, [s.l.] v. 12, n. 2, p. 351-84, abr. 2020.

GUMIERO, R. G. O. **O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula**. Santiago, Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2014. (Série Documentos de Projetos, n. 585). Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/36674>. Acesso em: 25 nov. 2022.

HERSCOVICI, A. Keynes e o conceito de capital: reflexões epistemológicas a respeito das premissas sraffianas da Teoria Geral. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.] v. 33, n. 3, p. 486-504, set. 2013.

HONG, S. MPCs in an emerging economy: evidence from Peru. **Journal of International Economics**, [s.l.] v. 140, jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Mensal de Emprego**. 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: perfil da despesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 54 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). **Dados Macroeconômicos e Regionais**. 2022. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 10 set 2022.

IVAKHNEONKO, T. Y.; POLBIN, A. V. Income Inequality and Propensity to Consume in Russia's Regions. **Regional Research of Russia**, [s.l.] v. 13, p. 378-385, set. 2022.

JESUS, F. F. S. **Hegemonia e contra-hegemonia na inserção internacional do Brasil no governo Lula (2003 – 2010): uma análise com base nas agendas da rede brasileira pela integração dos povos (REBRIP)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1977. 204 p.

KERSTENETZKY, C. L. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.] v. 36, n. 1, p. 29-45, jan – mar. 2016.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 283 p.

KLAGSBRUNN, V. H. O princípio da demanda efetiva (a esperada), e o papel da demanda na teoria geral de Keynes. **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.] v. 16, n. 4, p. 547-566, out – dez. 2022.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. **Trabalho no governo Lula: avanços e contradições**. Campinas: IE-Unicamp, 2012. (Texto para Discussão, n. 201).

LEITE, F. P. Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009. **Economia e Sociedade**, Campinas: v. 24, n. 3, p. 617-650, dez. 2015.

LIMA, D. Desenlace da crise econômica: o princípio da demanda efetiva em Kalecki e Keynes. **Revista Debate Econômico**, Varginha: v. 8, n. 2, p. 78-80, jul-dez. 2020.

MELLO, G.; ROSSI, P. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma**. Texto para Discussão. Campinas: IE-Unicamp, n. 309, 2017.

MISSIO, F. J.; OREIRO, J. L. Equilíbrio com Desemprego Involuntário em um Modelo de Ciclo-Limite. **Revista EconomiA**, Brasília, DF. v.9, n.3, p. 545–575, set-dez. 2008.

MORAIS, A. E. A.; MARTINS, A. C. Distribuição de renda e a função de consumo keynesiana: evidências brasileiras. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 11., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/akb2/96200-distribuicao-de-renda-e-a-funcao-de-consumo-keynesiana--evidencias-brasileiras/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In*: CAMPELLO, T.; Neri, M. C. **Programa bolsa família uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013. p. 193-206.

LOURENÇO NETO, S. Entre o neodesenvolvimentismo e a ortodoxia: contradições da política econômica no governo Dilma Rousseff. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: v. 13, n. 1, p. 491-507, set-dez. 2021.

NUNES, G. S. **Política tributária, distribuição de renda e regime de demanda**: a evolução no Brasil entre 1988 e 2018. 2022. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. **Informe Gepec**, Toledo: v. 25, n. 1, p. 203-219, jan. 2021.

OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F. Pós-keynesianos e o intervencionismo estatal. **Jornal Valor**, Rio de Janeiro, p. a14, 6 de nov. 2003. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b75632ee67768a35b91ce103652e47774d9d75c.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro**: uma avaliação preliminar. Rio de Janeiro: mimeo, 2019.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2657).

PAULANI, L. O governo Lula é alternativa ao neoliberalismo? *In*: PAULANI, L. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 67-71.

PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G. Breves considerações sobre concentração de renda, tributação e o Imposto sobre Grandes Fortunas: IGR. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo: v. 27, n. 2, p. 30-30, ago. 2021.

PARZEN, Emanuel. On estimation of a probability density function and mode. **The annals of mathematical statistics**, [s.l.] v. 33, n. 3, p. 1065-1076, set. 1962.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. 672 p.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; BALANCO, P.; CHONERWALD, C.; NOGUEIRA, I. **A economia política dos governos Dilma**: acumulação, bloco no poder e crise. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2016. (Texto para Discussão, n. 4).

POLO, T. C. F.; MIOT, H. A. Aplicações da curva ROC em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, [s.l.] v. 19, 2020.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, [s.l.] v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949.

QUEIRÓZ NETO, J. B. **O Bloco no Poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

REZENDE, E. H.; LIMA, D. J. P.; DE SOUZA VELOSO, M. V. Multiplicadores de gastos e vazamento de renda: evidências preliminares para o Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 14., 2021, São Bernardo do Campo. **Anais [...]**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/akb2021/375720-multiplicadores-de-gastos-e-vazamentos-de-renda--evidencias-preliminares-para-o-brasil/>. Acesso em: 6 maio 2022.

RHEE, D. E.; KIM, H. Does income inequality increase marginal propensity to consume? **Applied Economics Letters**, [s.l.] v. 25, n. 17, p. 1218-1221, out. 2017.

RIBEIRO, M. G.; SALATA, A. R. A questão da desigualdade de renda do trabalho nas metrópoles brasileiras na última década. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Reforma Urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 107-128.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e sociedade**, Campinas: v. 20, n. 1, p. 113-139, abr. 2011.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 721).

RONCAGLIA, A.; BARBOSA, N. **Bidenomics nos trópicos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021. 286 p.

ROSENBLATT, M. Remarks on some nonparametric estimates of a density function. **The annals of mathematical statistics**, [s.l.] v. 27, n. 3 p. 832-837, set. 1956

SAKIA, R. M. The Box-Cox transformation technique: a review. **Journal of the Royal Statistical Society**. [s.l.] v. 41, n. 2, p. 169-178, 1992.

SANCHES, M.; CABELLO, A. O papel da distribuição de renda no crescimento econômico. **O Eco da Graduação**, [s.l.] v. 7, n. 1, p. 5-31, nov. 2022.

SCORALICH, D. D. **Política de transferência de renda no governo Lula: faces da nova ofensiva Neoliberal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? **Brazilian Journal of Political Economy**, [s.l.] v. 39, n. 1, p. 128-151, jan-mar. 2019.

SILVA, W. P.; BARBOSA, E. P. Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe. **Revista Sítio Novo**, Palmas: v. 4, n. 3, p. 336-347, jul-set. 2020.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curvas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [s.l.] v. 102, p. 43-71, jul. 2015.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1424).

SOLOW, R. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, [s.l.] v. 70, n. 1, p. 65-94, fev. 1956.

SPERANDEI, S. Understanding logistic regression analysis. **Biochemia medica**, [s.l.] v. 24, n. 1, p. 12-18, fev. 2014.

STATKUS, J.; TAMASAUSKIENE, Z. Analysis of the impact of changes in the functional distribution of income on Aggregate Demand. **Socialiniai tyrimai**, [s.l.] v. 43, n. 2, p. 15-25, dez. 2020.

TAVARES, M. C. **Entrevista concedida ao programa Roda Viva**. Entrevistadores: Rui Xavier, Carlos Alberto Sardenberg, Leonel Rocha, Carlos Marques, Marco Antônio de Resende, José Paulo Kupfer, Álvaro Zini Júnior. Programa Roda Viva, 1995. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xKXT\\_gfBbIA&ab\\_channel=RodaViva](https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA&ab_channel=RodaViva). Acesso em: 13 jun. 2023.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, Campinas: v. 21, n. 4, p. 909-941, dez. 2012.

TEODORO, L. C. A. A Onda Neoliberal no Brasil e o Desmonte das Políticas Públicas: análise das reformas trabalhistas e da previdência. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros: v. 4, n. esp., p. 792-805, set. 2020.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência nas duas últimas décadas na economia brasileira. *In*: MONTEIRO NETO, A (org.). **Política Externa, Estado e Desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 59-89. (Desenvolvimento nas ciências sociais: o estado da arte, v. 3).

TROVÃO, C. J. B. M.; DE ARAÚJO, J. B.; SILVA JÚNIOR, A. H. M.; NASCIMENTO, H. I. F. Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional: um olhar para as macrorregiões brasileiras de 2016 a 2019. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 20., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém, 2023. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st01-16.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

VALENTI, L. P. **Democracia, distribuição de renda e padrões de consumo na América Latina: os casos da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Chile (1980-2000)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, Campinas: v. 30, n. 1, p. 163-186, mai. 2021.

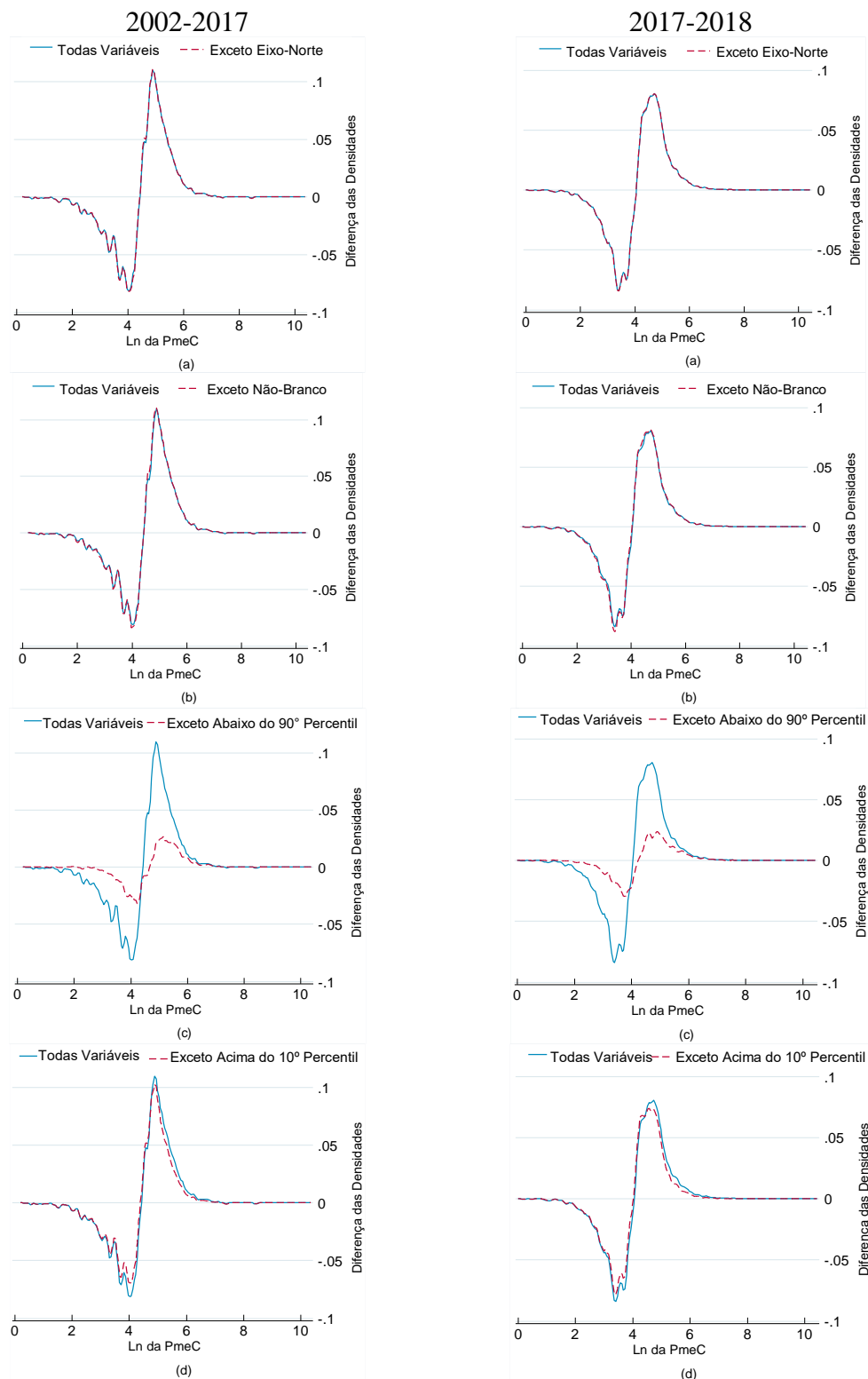
VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. O Consenso de Washington no Brasil: Estabilização Conservadora e Estagnação. **Revista Aurora**, Marília: v. 13, n. 1, p. 37-58, mar. 2020.

VENIERIS, Y. P.; GUPTA, D. K. Income distribution and sociopolitical instability as determinants of savings: a Cross-Sectional Model. **Journal of Political Economy**, [s.l.] v. 94, n. 4, p. 873-883, ago. 1986.

WELTER, Y. E. **Análise do poder de compra do salário mínimo a partir da alteração do processo de correção do salário estabelecido em 2007**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

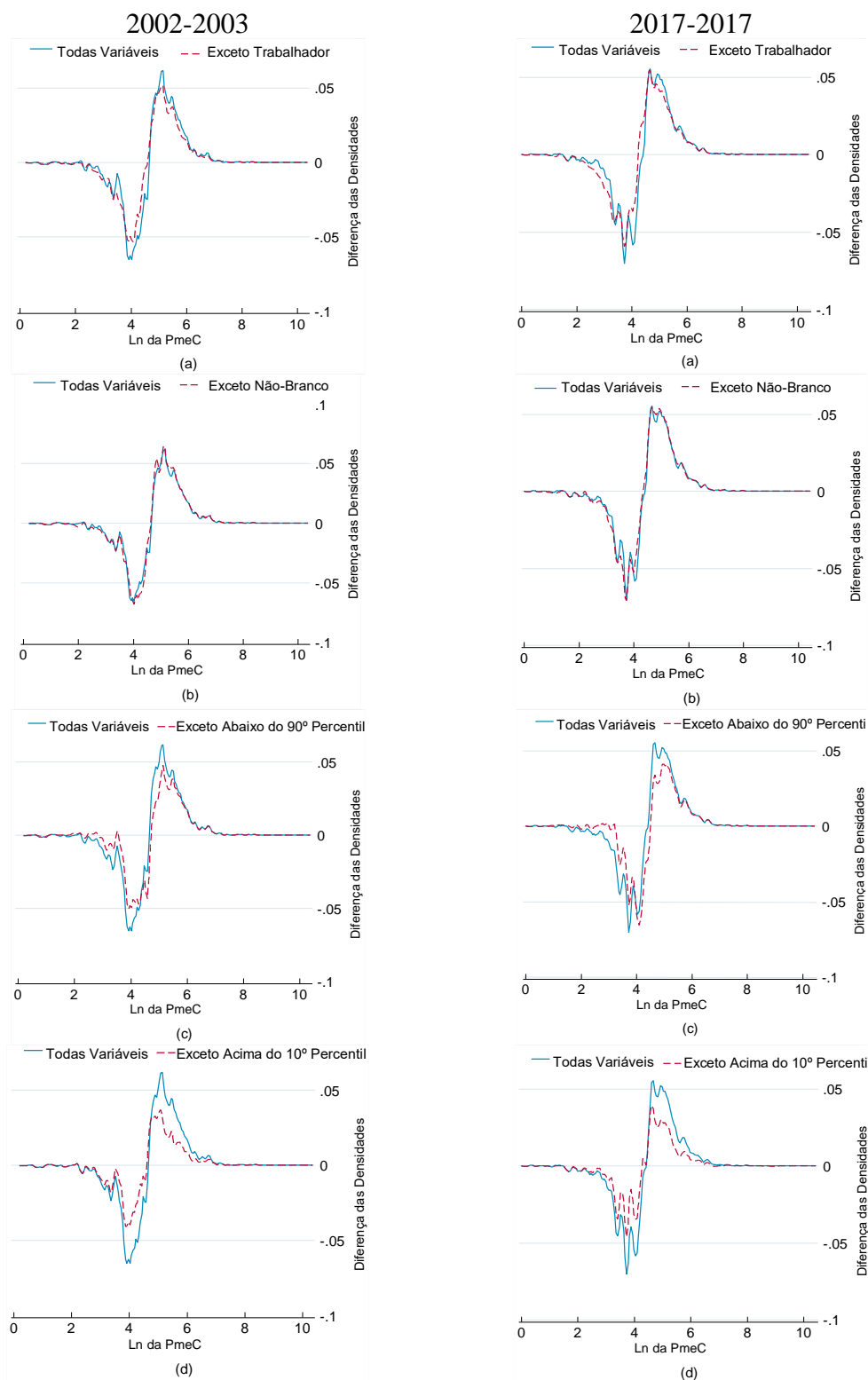


## APÊNDICE A – Fatores da Decomposição do Gráfico 11



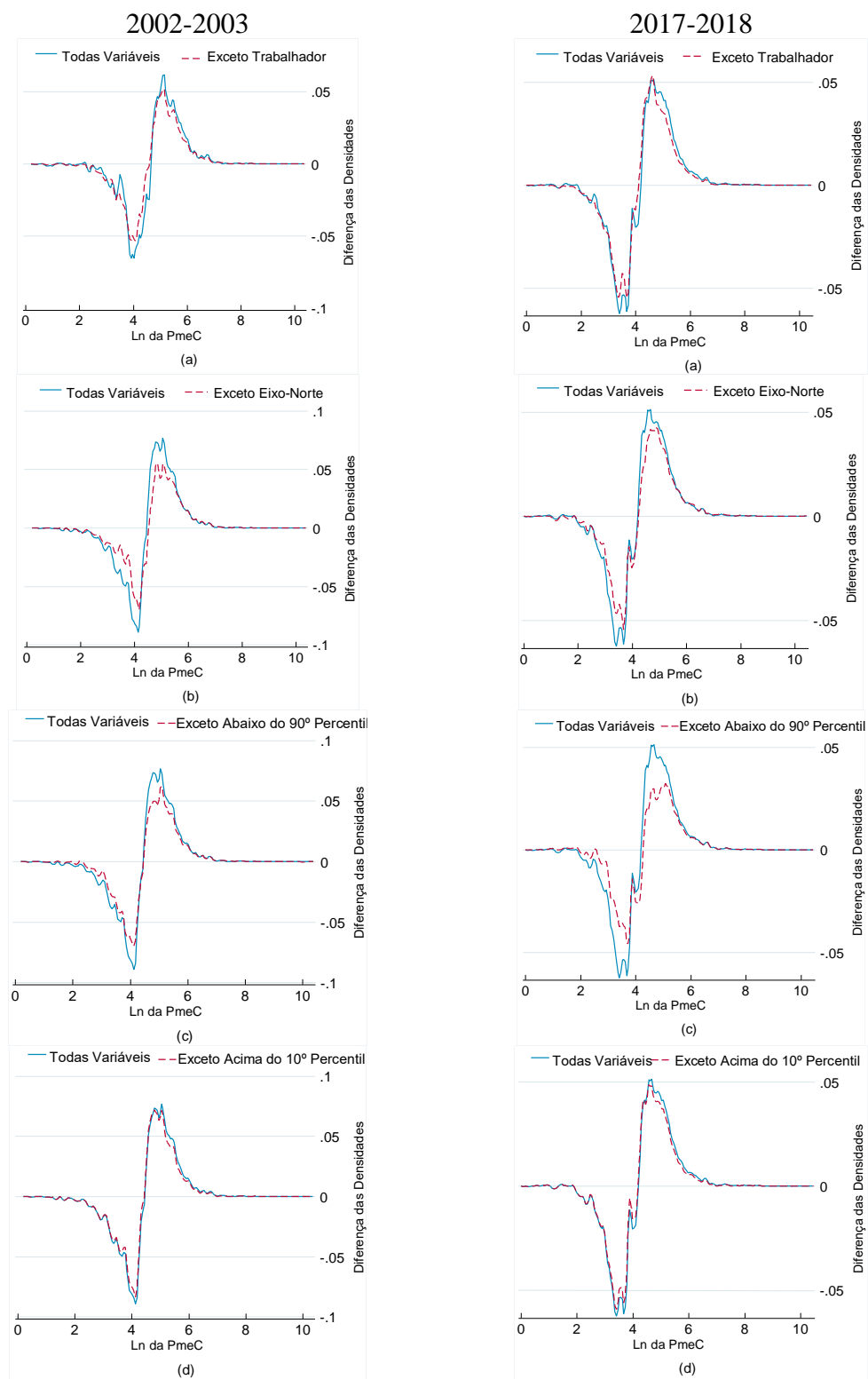
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

## APÊNDICE B – Fatores da Decomposição do Gráfico 13

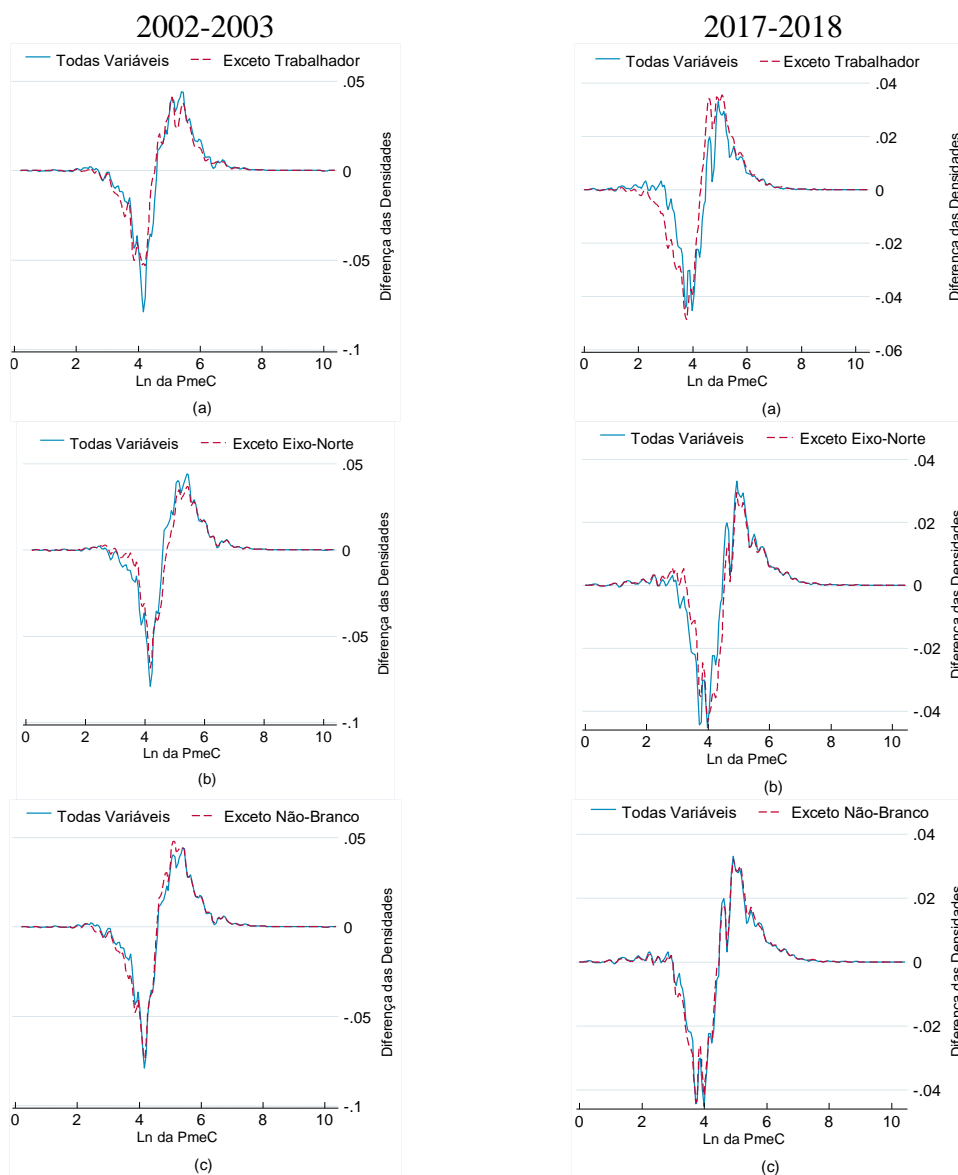


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

## APÊNDICE C – Fatores da Decomposição do Gráfico 15

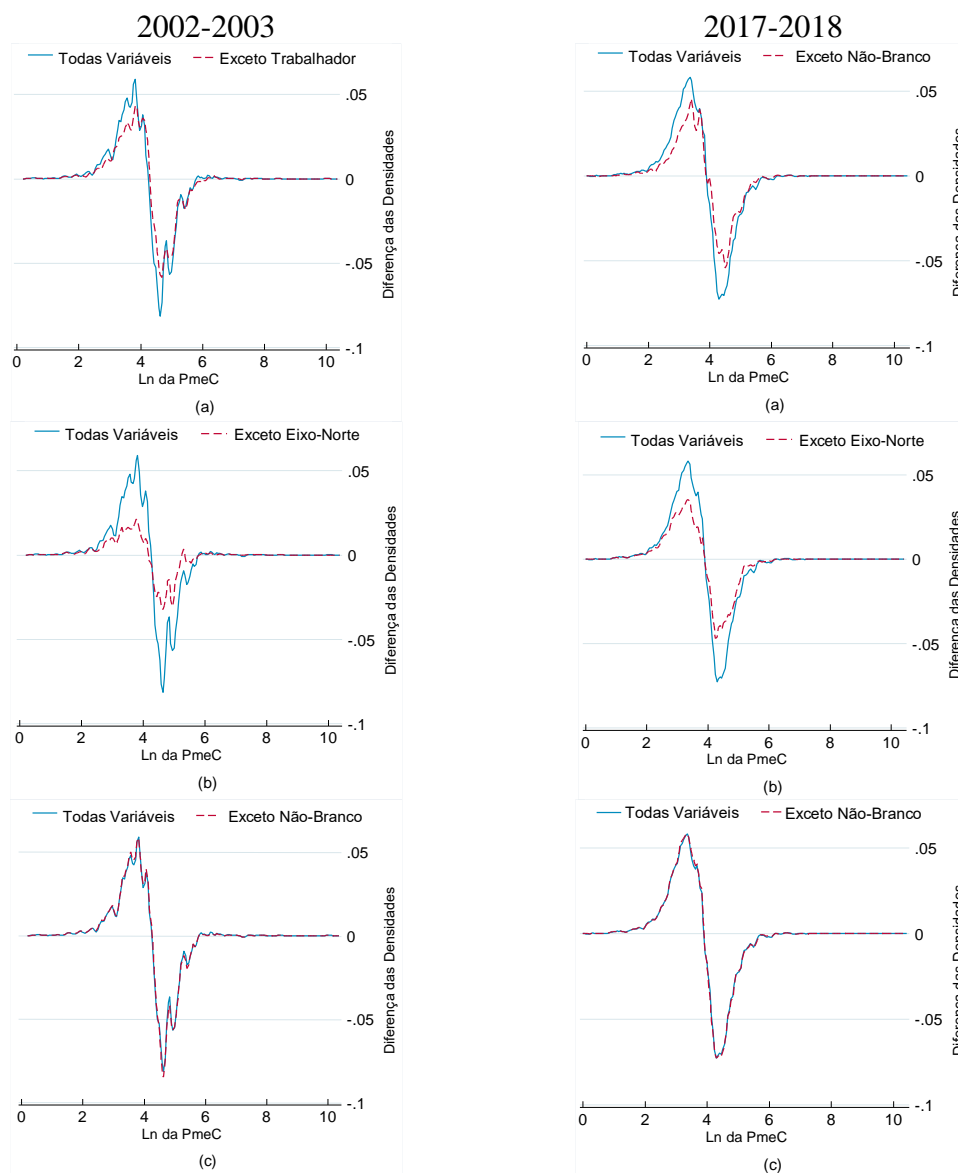


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

**APÊNDICE D – Fatores da Decomposição do Gráfico 17**

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).

## APÊNDICE E – Fatores de Decomposição do Gráfico 19



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da POF (IBGE, 2022).